

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**José Augusto Lucas Dutra**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ANÁLISE COMPARATIVA  
DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA  
DE 1970 A 2015**

**Porto Alegre**

**2018**

**José Augusto Lucas Dutra**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ANÁLISE COMPARATIVA  
DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA  
DE 1970 A 2015**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.

**Porto Alegre**

**2018**

CIP - Catalogação na Publicação

Dutra, José Augusto Lucas  
Desenvolvimento socioeconômico: análise  
comparativa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa  
Catarina de 1970 a 2015 / José Augusto Lucas Dutra. -  
- 2018.

103 f.

Orientador: Ronaldo Herrlein Jr..

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,  
Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Desenvolvimento. 2. Capital Social. 3.  
Desigualdade. 4. Rio Grande do Sul. 5. Santa  
Catarina. I. Herrlein Jr., Ronaldo, orient. II.  
Título.

**José Augusto Lucas Dutra**

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: ANÁLISE COMPARATIVA  
DOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA  
DE 1970 A 2015**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: Porto Alegre, 28 de junho de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Junior – Orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ricardo Dathein  
UFRGS

---

Prof. Dr. Glaison Augusto Guerrero  
UFRGS

À Alessandra, Miguel e Luiza, por quem existo.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS pela oportunidade recebida de graduar-me em Ciências Econômicas nesta instituição, a qual situa-se entre as mais renomadas universidades do país e cuja excelência no nível de ensino é reconhecida nacional e internacionalmente.

Agradeço, também, a todo o seu corpo docente e funcionários que, em conjunto com os alunos desta Universidade, fazem da UFRGS o que ela é.

Aos professores do Curso de Ciências Econômicas, de quem tive o privilégio de ser educando e em especial àqueles, aqui não nominados individualmente, nos quais encontrei mais que professores, mas verdadeiros mestres e amigos, meu especial agradecimento.

Ao meu orientador, professor Dr. Ronaldo Herrlein Jr., agradeço pela atenção, paciência e, principalmente, por colocar meus passos na direção correta.

Por fim, agradeço à minha família pelo apoio e compreensão, em especial nos momentos de necessária ausência para o atendimento de minhas tarefas acadêmicas.

“O capital é um produto comunitário e pode apenas ser posto em movimento por uma atividade comum de muitos membros, em última instância apenas pela atividade de todos os membros da sociedade. O capital não é, portanto, um poder pessoal, é um poder social.” (MARX, ENGELS, 1890)

## RESUMO

Estudos sobre o desenvolvimento socioeconômico assumem uma importância fundamental em uma época onde as economias nacionais se encontram em um nível tal de integração, que os efeitos de ordem política e econômica internacionais podem ser devastadores para as nações menos desenvolvidas. A busca do que está por trás das diferenças de desenvolvimento entre as regiões pode auxiliar na construção de ações que visem a reduzi-las. Um dos possíveis fatores que pode responder por estas diferenças é a forma como as estruturas sociais de uma região absorvem os resultados da sua produção. Entende-se que existam determinadas estruturas onde o crescimento econômico se transforma em desenvolvimento socioeconômico de forma mais efetiva do que em outras. Identificar estas estruturas, sua formação e estabelecer um nexo causal entre estas e o desenvolvimento regional, é o foco do presente trabalho. Tomando por base conceitos sobre Capital Social e elementos do pensamento de Celso Furtado relativos ao desenvolvimento sustentado, analisamos de forma comparativa os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que, conforme demonstram os dados selecionados, têm apresentado diferentes vieses de desenvolvimento nas últimas décadas, a fim de buscar indícios desta conexão entre estrutura social e desenvolvimento socioeconômico. De nossa análise, pudemos identificar que alguns elementos da teoria se fazem presentes em maior ou menor grau em cada um dos estados analisados e que parecem respaldar a existência de tal conexão. Por fim, sob a ótica das hipóteses estabelecidas, consideramos que uma mudança nos rumos que parece estar tomando a economia Sul Rio-grandense, implica em alterar a condução de sua política de incentivos à produção e ao desenvolvimento socioeconômico, passando a privilegiar investimentos de melhor retorno social e estruturas com maior homogeneidade da propriedade e da renda.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Capital Social. Desigualdade. Rio Grande do Sul. Santa Catarina.



## ABSTRACT

Socioeconomic Development studies have been of fundamental importance in a time when national economies are at such a level of integration that international political and economic effects can be devastating to less developed nations. The search for what lies behind the development differences between regions can help in the construction of actions aimed at reducing them. One of the possible factors that can account for these differences is how the social structures of a region absorb the results of their production. We believe that there are certain structures where economic growth can turn into socioeconomic development more effectively than in others. Identifying these structures, their formation and establishing a causal link between them and regional development is the focus of this work. Based on concepts of Social Capital and elements of Celso Furtado's thinking about sustained development, we analyze in a comparative way the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina, which, as the selected data show, have presented different development biases in recent decades, in order to seek indications of this connection between social structure and socioeconomic development. From our analysis, we could identify that some elements of the theory are present to a greater or lesser degree in each of the states analyzed and that seem to support the existence of such a connection. Finally, considering the established hypotheses, we consider that a change in the direction that the economy of estate of Rio Grande do Sul seems to be taking implies changing the conduct of its policy of incentives to production and socioeconomic development, favoring better investments social return and structures with greater homogeneity of property and income.

**Keywords:** Development. Social Capital. Social inequality. Rio Grande do Sul. Santa Catarina.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Mesorregiões geográficas do Rio Grande do Sul, suas áreas, população em percentuais e densidade demográfica (IBGE, 2010) .....	38
<b>Quadro 1</b> – Composição setorial do PIB do RS. Valor adicionado bruto no ano de 2014 .....	40
<b>Gráfico 1</b> – Comparativo entre nº de propriedades e área ocupada no RS.....	40
<b>Quadro 2</b> – Produção agropecuária do RS em 2015. Principais produtos, participação nacional e região predominante .....	41
<b>Quadro 3</b> – Principais segmentos da indústria de transformação do RS no ano de 2014 .....	42
<b>Quadro 4</b> – Perfil dos principais segmentos empresariais não financeiro do RS em 2014 .....	43
<b>Quadro 5</b> – Exportações RS em 2015 e variação percentual em relação ao ano de 2014 .....	43
<b>Figura 2</b> – Distribuição da despesa orçamentária do RS, por função, em 2015...	44
<b>Quadro 6</b> – Despesa orçamentária por grupo de gastos e relação despesa/RCL, RS em 2015 .....	45
<b>Quadro 7</b> – Situação social do Brasil, Região Sul e Rio Grande do Sul.....	46
<b>Figura 3</b> – Mesorregiões geográficas de Santa Catarina, suas áreas, população em percentuais e densidade demográfica (IBGE, 2010).....	57
<b>Quadro 8</b> – Composição setorial do PIB de SC. Valor adicionado bruto no ano de 2014 .....	58
<b>Gráfico 2</b> – Comparativo entre nº de propriedades e área ocupada em SC.....	59
<b>Quadro 9</b> – Produção agropecuária de SC em 2013. Principais produtos, participação nacional e região predominante .....	60
<b>Quadro 10</b> – Principais segmentos da indústria de transformação de SC no ano de 2014 .....	61
<b>Quadro 11</b> – Perfil dos principais segmentos empresariais não financeiro de SC em 2014 .....	61
<b>Quadro 12</b> – Exportações SC em 2015 e variação percentual em relação ao ano de 2014 .....	62
<b>Figura 4</b> – Distribuição da despesa orçamentária de SC, por função, em 2015...	63

<b>Quadro 13</b> – Despesa orçamentária por grupo de gastos e relação despesa/RCL, SC em 2015 .....	63
<b>Quadro 14</b> – Situação social do Brasil, Região Sul e Santa Catarina .....	64
<b>Gráfico 3</b> – Variação do PIB do Rio Grande do Sul e Santa Catarina de 1995 a 2015 .....	66
<b>Gráfico 4</b> – Variação do PIB/área e PIB/pc do RS e SC de 1986 a 2015.....	68
<b>Gráfico 5</b> – Crescimento demográfico e taxa de crescimento no RS e SC de 1970 a 2017 .....	69
<b>Gráfico 6</b> – Composição populacional por grupos etários no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina de 2001 a 2015.....	71
<b>Gráfico 7</b> – População ocupada/população total para grupos etários selecionados no RS e SC de 2002 a 2015.....	72
<b>Gráfico 8</b> – Perfil da propriedade rural em quantidade de estabelecimentos, por grupos, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina de 1970 a 2006 .....	73
<b>Gráfico 9</b> – Distribuição relativa da área rural no Rio Grande do Sul em 1970 e em 2006 .....	74
<b>Gráfico 10</b> – Distribuição relativa da área rural em Santa Catarina em 1970 e em 2006 .....	75
<b>Gráfico 11</b> – Evolução do índice de GINI para o Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina de 1976 a 2014 .....	76
<b>Gráfico 12</b> – Crescimento absoluto e por habitante do número de empresas em no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina de 1996 a 2015 .....	77
<b>Gráfico 13</b> – Evolução da expectativa de vida no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina de 2000 a 2014.....	80
<b>Gráfico 14</b> – Evolução da educação continuada de 2001 a 2015 e taxa de alfabetização de 2004 a 2015 no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina .....	81

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – PIB, PIB/pc e PIB/área, por mesorregião do RS em 2011 .....	39
<b>Tabela 2</b> – PIB, PIB/pc e PIB/área, por mesorregião de SC em 2011 .....	58
<b>Tabela 3</b> – Participação setorial no PIB do RS e SC em 1986 e 2015 .....	67
<b>Tabela 4</b> – Número de unidades e área ocupada, em percentual, de propriedades abaixo e acima de 100ha, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina em 1970 e em 2006 .....	74
<b>Tabela 5</b> – IDH do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – censos decenais 1991, 2000 e 2010 .....	78

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BADESC	Agência de Fomento de Santa Catarina S.A. (atualidade)
BDE	Banco de Desenvolvimento do Estado
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
ELETROSUL	ELETROSUL Centrais Elétricas S.A. (sistema ELETROBRÁS)
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried E. Heuser (RS)
FEPESSE	Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos (SC)
FIESC	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FUNDESC	Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo (1964 a 1966)
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PIB/pc	Produto Interno Bruto per capita
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar
PND I e II	Planos Nacionais de Desenvolvimento (1969 a 1979)
PROCAPE	Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas
PRODEC	Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense
RCL	Receita Corrente Líquida
RS	Sigla da Unidade Federativa do Estado do Rio Grande do Sul
SC	Sigla da Unidade Federativa do Estado de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O DESENVOLVIMENTO ECONOMICAMENTE SUSTENTADO</b> .....	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	<b>30</b>
3.1	A FORMAÇÃO E O PERÍODO ÁUREO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO RIO GRANDE DO SUL.....	30
3.2	A INTERRUPTÃO DE UM MODELO DE CRESCIMENTO.....	34
3.3	O RIO GRANDE DO SUL NOS DIAS ATUAIS.....	38
<b>4</b>	<b>PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA</b> .....	<b>47</b>
4.1	A FORMAÇÃO E A OCUPAÇÃO DO ESTADO CATARINENSE.....	47
4.2	A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO CAPITALISTA INDUSTRIAL .....	51
4.3	SANTA CATARINA NOS DIAS ATUAIS .....	56
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>65</b>
5.1	ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO .....	65
5.2	ANÁLISE DO CRESCIMENTO POPULACIONAL.....	69
5.3	ANÁLISE DA PROPRIEDADE, DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DO NÚMERO DE EMPRESAS.....	73
5.4	ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO .....	78
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>83</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>86</b>

<b>APÊNDICE A</b> – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA EM SANTA CATARINA E NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2016 .....	91
<b>APÊNDICE B</b> – SÍNTESE PIB, PIB/ÁREA E PIB/POPULAÇÃO DE 1986 A 2015.....	92
<b>APÊNDICE C</b> – PIB/MESORREGIÕES DE 2002 A 2015, RIO GRANDE DO SUL.....	94
<b>APÊNDICE D</b> – PIB/MESORREGIÕES DE 2002 A 2015, SANTA CATARINA .....	95
<b>APÊNDICE E</b> – RESUMO POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO, PROPORCIONALIDADE ENTRE RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 1970 A 2017 E COMPOSIÇÃO ETÁRIA DE 2001 A 2015 .....	96
<b>APÊNDICE F</b> – PERFIL DA PROPRIEDADE NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 1970 A 2006 .....	97
<b>APÊNDICE G</b> – ÍNDICE DE GINI DA RENDA DE 1976 A 2014 (ANOS NÃO CENSITÁRIOS) NO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA.....	98
<b>APÊNDICE H</b> – NÚMERO DE EMPRESAS/ANO E RELATIVO POR HABITANTE, NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 1996 A 2015 (TOTAL PARA TODOS OS SETORES) .....	99
<b>APÊNDICE I</b> – ACESSO À ÁGUA TRATADA, DOMICÍLIOS ADEQUADOS À MORADIA E EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 2000/2004 A 2015.....	100
<b>APÊNDICE J</b> – PESSOAS (EM MILHARES) COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 2001 A 2015 E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE 2004 A 2015 .....	101
<b>ANEXO A</b> – PNUD – IDH SANTA CATARINA, BASE 2010 .....	102
<b>ANEXO B</b> – PNUD – IDH RIO GRANDE DO SUL, BASE 2010 .....	103

## 1 INTRODUÇÃO

O *desenvolvimento econômico* tem sido um dos grandes temas de debate entre os economistas e, possivelmente, o mais complexo, pois abrange mais do que o estudo do crescimento econômico por si só, exigindo que se observem os aspectos sociais deste crescimento tanto pela forma como a produção é resultado das estruturas sociais<sup>1</sup>, como pela forma como a elas retorna. Entendemos que é nesta conexão circular entre crescimento econômico e estrutura social que residem as principais causas das diferenças observadas na evolução das regiões ao longo do tempo. Assim, o que procuramos aqui analisar é melhor conceituado como desenvolvimento *socioeconômico*.

O conceito clássico de que as “leis naturais” que regem a economia fazem convergir os interesses particulares para os interesses e benefício de toda a coletividade sucumbe diante da realidade, quando se amplia a esfera de análise tanto geograficamente, quanto temporalmente. Em sua concepção, este conceito compunha um cenário idealizado sobre os pressupostos da racionalidade virtuosa, da informação perfeita e do equilíbrio do mercado e, hoje, se mantém subentendido na abordagem neoclássica e no pensamento econômico liberal, quando consideram o desenvolvimento socioeconômico como um resultado esperado do crescimento econômico, o que viabiliza estabelecer-se um único caminho a ser seguido por todas as sociedades para que atinjam um mesmo nível de progresso – resumidamente, a correção das falhas para que o mercado possa se auto ajustar e, assim, elevar o nível do produto. Modelos de crescimento como os de Solow e Romer, por exemplo, concentram o foco nesta elevação do produto, privilegiando o comportamento maximizador do investidor privado e os efeitos multiplicadores da concentração de recursos. Sachs (2000) afirma que “É preciso haver crescimento para que o padrão de vida da população em crescimento possa aumentar”. Certamente, o desenvolvimento socioeconômico requer o crescimento do produto, mas não há qualquer garantia de que este crescimento incorra em melhoria do padrão de vida da

---

<sup>1</sup> Por *estruturas sociais* compreende-se a distribuição dos indivíduos de uma coletividade em grupos ou classes, por parâmetros funcionais, característicos ou classificatórios que possibilitem distingui-los e as relações entre estes.



região onde ele ocorre. Se houver a evasão dos excedentes gerados ou sua concentração na forma de riqueza privada mal distribuída, o desenvolvimento socioeconômico de uma região não florescerá.

Desta forma, a despeito da contínua globalização da economia e da crescente disponibilidade de informações acessíveis e instantâneas, a distribuição da renda, a qualidade de vida e a capacidade de crescer de forma autônoma não têm sido equânimes em todas as regiões como seria de se esperar pelo modelo clássico de equilíbrio de longo prazo. Embora a riqueza mundial não pare de crescer, as diferenças entre as regiões persistem. Entendemos que isto se deve, principalmente, a diferenças nas estruturas sociais regionais e não a diferenças de capacidades, de estágio econômico ou apenas de uma “conduta institucional ineficiente” como defendem alguns autores. Diferentes estruturas sociais respondem por diferentes absorções do crescimento econômico e configuram diferentes arranjos institucionais. As capacidades para um crescimento sustentado e, por consequência, o estágio econômico que uma sociedade pode alcançar, dependem do *capital social*<sup>2</sup> acumulado por esta sociedade. Este guarda as mais profundas relações com a motivação para progredir e com a identidade regional. Não havemos, então, de tomar crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico como sinônimos. Enquanto o crescimento econômico tem uma dimensão quantitativa e existe enquanto resultado do processo produtivo, o desenvolvimento socioeconômico é uma grandeza qualitativa e que depende de condições outras que não apenas a elevação do produto: é a capacidade de uma sociedade autogerir seu progresso, sendo, em última análise, um reflexo do seu capital social.

Cabe, então, olhar para as estruturas sociais e contrapô-las a indicadores de desenvolvimento socioeconômico, buscando identificar alguma possível relação causal entre estes elementos. Mas uma estrutura social se conforma sob influências do tempo e do espaço, então não há como prescindir de observar sua formação histórica e assim, também, a evolução dos indicadores de desenvolvimento ao qual se deseja contrapô-la. Ademais, sendo uma grandeza qualitativa, o desenvolvimento socioeconômico é compreensível quando observado de forma comparativa e, embora a construção de uma sociedade seja um advento histórico e irreproduzível

---

<sup>2</sup> Um conceito mais amplo de Capital Social é desenvolvido no segundo capítulo.

(FURTADO, 1981), se podem procurar igualdades e diferenças entre estruturas sociais e seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico, a fim de inferir sobre os possíveis nexos causais que buscamos. A diversidade de sociedades existentes, no entanto, torna uma análise comparativa ampla uma tarefa pouco exequível. Uma alternativa, então, é utilizar-se o método analítico indutivo que, a partir de uma análise parcial, busca projetá-la para o universo. Estreitando-se o conjunto da análise, através de uma pesquisa exploratória com uma abordagem de modelo dialético, a qual, de acordo com Ghedin e Franco (2008)<sup>3</sup>, tem a historicidade dos fenômenos como condição fundamental para a sua compreensão, se pode observar o desenvolvimento socioeconômico de duas sociedades ao longo do tempo e a conformação de suas estruturas sociais no intuito de, desta análise, extrair conclusões que possam ser levadas ao todo.

Dado que nosso interesse está no desenvolvimento regional, limitar o universo de pesquisa, além de facilitar a coleta e a análise dos dados, nos permite uma maior precisão em uma possível relação causa e efeito. No entanto, a análise a nível de municípios não nos parece favorável, visto a diversidade de diferenças com que nos depararíamos. Por outro lado, a nível nacional, ao agregarem-se excessivamente tais diferenças, perderíamos singularidades importantes para nossa avaliação. A opção se fez, então, pelo escopo de unidades federativas.

É sob esta visão que o presente trabalho propõe analisar, de forma comparativa, o desenvolvimento dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em sua formação histórica e em dados das últimas década que variam em períodos quem vão de 1970 a 2015, partindo de dois pressupostos básicos: o primeiro, é que os estados em questão, fronteiros um ao outro e pertencentes à mesma nação, guardam semelhanças em sua formação histórica bem como certo grau de miscigenação de seus povos, o que ensejaria esperar não apresentassem grandes diferenças em seu desenvolvimento socioeconômico. O segundo pressuposto é que, a despeito destas semelhanças, no último meio século o viés de progresso destes estados tem se diferenciado: enquanto Santa Catarina parece estar melhorando seus indicadores socioeconômicos e se tornando local atrativo para o investimento, o Rio Grande do Sul dá indícios de não estar conseguindo superar suas

---

<sup>3</sup> Ghedin; Franco (2008) (WILL, 2012, p. 24).

dificuldades, freando o ritmo de seu crescimento econômico diante de um quadro de desequilíbrio nas contas públicas e queda de seus indicadores socioeconômicos.

De forma ampla, o que se busca responder neste estudo é: o que determina que o crescimento econômico se reverta, em maior ou menor grau, no desenvolvimento socioeconômico de uma região? A estrutura social guarda relação com este fluxo virtuoso crescimento – desenvolvimento? Pressupondo a existência de tal relação, esta é identificada nos estados analisados? Por fim, que estratégias podem ser adotadas para que se alcance uma melhor relação entre estrutura social e desenvolvimento?

Para responder estas questões, partimos do axioma de que o propósito do crescimento econômico é o de melhorar as condições de vida de uma sociedade como um todo, para estabelecer as seguintes hipóteses: para que o crescimento econômico de uma região seja sustentado no longo prazo, é necessário que resulte em desenvolvimento socioeconômico desta região. Nossa segunda hipótese, é de que a reversão do crescimento em desenvolvimento socioeconômico depende da estrutura social existente. Por fim, decorrente das primeiras, nossa terceira hipótese é de que a estrutura social mais adequada ao desenvolvimento socioeconômico é aquela que apresenta uma melhor distribuição da propriedade e da renda que, pelo primeiro aspecto, exige ações cooperativas e associativas por parte dos investidores e, pelo segundo, provê uma demanda interna mais homogênea, o que estimula uma produção mais diversificada, dinâmica e menos suscetível aos choques externos, mantendo a riqueza e os investimentos na região.

Tais hipóteses são construídas sobre a leitura dos fundamentos teóricos do Capital Social, sintetizados em Higgins (2005) e sobre os conceitos de Celso Furtado (1981, 1984) e demais economistas encontrados em Rodríguez (2009), acerca dos estilos de desenvolvimento e da endogeneidade do desenvolvimento. Esta construção é apresentada no capítulo segundo que se segue a esta introdução. Em sequência, analisa-se as formações históricas dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina nos capítulos terceiro e quarto, onde já são observadas similaridades e diferenças entre os estados. Estes capítulos são desenvolvidos em sua maior parte sobre os trabalhos de Herrlein Jr. (2014) e Goularti Filho (2007), respectivamente, autores que apresentam a construção histórica de cada um dos

estados sob um enfoque econômico. No quinto capítulo, apresentamos os resultados da análise comparativa dos seguintes dados para os dois estados escolhidos, em períodos que variam de 1970 a 2015:

- a) análise do crescimento econômico;
- b) análise do crescimento populacional;
- c) análise da propriedade e da distribuição da renda pelo Índice de GINI;
- d) análise do crescimento empresarial;
- e) análise dos indicadores do desenvolvimento, pela ótica do índice de desenvolvimento humano (IDH) para as seguintes dimensões:
  - saneamento básico,
  - domicílios e acesso a bens e serviços (telefonia),
  - expectativa de vida e saúde,
  - educação,
  - produto interno bruto per capita – PIB/pc.

Por fim, no sexto capítulo apresentamos nossas conclusões sobre a pesquisa feita, bem como sobre um possível nexos causal entre estrutura socioeconômica e desenvolvimento regional e sugerimos o que entendemos ser uma alternativa para uma mudança de rumos no desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul.

A justificativa para este estudo reside no fato de que ainda há muito a ser explorado sobre a complexa questão do desenvolvimento econômico. Já a importância deste conhecimento é a de que este é fundamental para pautar ações no sentido de diminuir as diferenças socioeconômicas das regiões. Do ponto de vista pessoal, interessa-nos a busca pelas causas principais para a condição de aparente debilidade no crescimento do Rio Grande do Sul nas últimas décadas. Ciente do escopo limitado do presente trabalho, espera-se contribuir, de alguma forma, para o esforço acadêmico de construção do conhecimento e fomentar curiosidade que possa servir para um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento socioeconômico regional.

## 2 O DESENVOLVIMENTO ECONOMICAMENTE SUSTENTADO

Um aspecto dos modelos neoclássicos de crescimento é a projeção da análise microeconômica para o universo da macroeconomia. Ao observar fenômenos isolados sob condições ideais, o comportamento dos agentes é generalizado como aquele que parece ser o único que de fato importa ao funcionamento do sistema: o investidor maximizador, o que reduz as relações econômicas a taxas de retorno sobre o capital. Com isto, o que se apresenta como uma análise do longo prazo, se limita a modelar a economia – um evento de relações humanas, dinâmico, instável e cíclico –, como um quadro congelado no tempo e no espaço, impessoal e previsível. Não parece razoável considerar abrangente uma análise de relações econômicas em que não se levem em conta seus aspectos sociológicos, caso contrário, se está “justificando a acumulação, pela acumulação” (HIGGINS, 2005). As relações econômicas não decorrem apenas da lógica alocativa *paretiana* dos recursos escassos. São, também, relações de poder e disputa social. Desta forma, são um reflexo das estruturas e da organização social em que ocorrem, estruturas estas e sua organização, que diferem de uma região para outra e de uma época para outra em uma mesma região, e que pautam, mesmo, as relações entre as regiões, o que leva a supor haver uma estrutura social de âmbito global sobre a qual se desdobram as relações econômicas entre os países.

Mas de que forma as estruturas sociais que, em última instância, determinam o modelo econômico, resultam em diferenças no desenvolvimento das regiões? Uma boa aproximação a uma resposta para esta questão tem sido a elaboração de uma Teoria do Capital Social, um tipo de riqueza abstrata e cumulativa que guarda uma relação direta com o desenvolvimento socioeconômico. Como ponto de partida, pode ser entendido como um conjunto de capacidades e relações que uma sociedade possui em determinado momento, com potencial para promover o seu progresso. Desta forma, supõe-se que quanto maior o capital social, maior o seu potencial para o desenvolvimento. Mas conceituar exatamente o capital social e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico não é tarefa fácil e nem questão consensual na literatura, por isto, buscamos em Higgins (2005), uma síntese sobre

os principais autores acerca do tema, bem como as interpretações do próprio autor, para tentar estabelecer este entendimento.

Higgins elege James Coleman, Pierre Bourdieu, Robert Putnam, Francis Fukuyama e Alejandro Portes como os principais autores citados em trabalhos sobre o tema, identificando duas abordagens que se distinguem para o capital social: o capital social por um enfoque *político*, que o conceitua como o conjunto de relações familiares e de reconhecimento, construído ao longo do tempo e cujos laços se dão pela confiança e hierarquia, e o capital social por um enfoque *utilitarista*, onde este é um arranjo de relações que decorre de normas de convívio, tacitamente negociadas de forma a atender o interesse das partes. Neste, os laços se baseiam na reciprocidade e nas sanções dos acordos. Comum a ambos os enfoques, Higgins vê a função social deste capital.

Além das diferenças, as duas perspectivas [*política e utilitarista*] são convergentes na ideia de que as relações sociais constituem um patrimônio “não visível”, mas altamente eficaz, a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos. Neste sentido, se as relações estão baseadas na reciprocidade e na expectativa de cumprimento mútuo – caso contrário, haveria sanção social -, os motores da ação coletiva serão a confiança e a cooperação. (HIGGINS, 2005, p. 29).

O capital social é mais bem compreendido pela perspectiva de suas finalidades e de suas conexões com as estruturas institucionais. No enfoque político do capital social, Higgins destaca Pierre Bourdieu como um pioneiro. Bourdieu define o capital social como uma rede de relações que permite ao indivíduo um acesso diferenciado a recursos. Atribui ao capital social, assim, uma função distributiva de poder e riqueza sem, no entanto, desenvolver mais amplamente tais conceitos (HIGGINS, 2005). Esta construção nos leva a observar o capital social como sendo a *forma funcional* de uma estrutura social. É através dele que esta se insere na esfera política e institucionaliza as relações de poder e propriedade.

Pelo enfoque utilitarista, Higgins cita Coleman como o principal formulador de uma concepção do capital social como um conjunto de elementos funcionais que possibilitam aos indivíduos atingir seus interesses. Neste sentido, o capital social espelha a organização institucional, pois resulta do agregado de interesses particulares, balizados pelas normas e sanções sociais. Higgins aponta os trabalhos de Putnam como sendo uma sequência conceitual de Coleman quando, ao imprimir um caráter empírico à análise do capital social ampliando imensamente a evidência

de sua importância nas relações econômicas, não altera, no entanto, a concepção original dada pelo primeiro, apesar de modificar o aspecto do agregado de interesses particulares para o atendimento do interesse coletivo, ou seja, o aspecto social, em Putnam, prevalece sobre o individual. Esta visão preserva a base lógica dos arranjos eficientes pois o conceito da construção de uma *comunidade cívica* em Putnam, não tem por base o aspecto moral do indivíduo, mas a utilidade. Higgins considera que Fukuyama segue a mesma linha de Putnam, mas salienta a contribuição do autor na identificação do escopo da ação dos “círculos de capital social”, cujas lacunas permitem a ocorrência de externalidades negativas, como a corrupção, por exemplo. Tais lacunas seriam arranjos sociais ineficientes. Higgins apresenta a contribuição de Portes na distinção de fontes altruísticas e instrumentais na geração do capital social que, conforme seu peso na constituição deste, o capital social que favorece o desenvolvimento regional não é necessariamente o mesmo que favorece o desenvolvimento nacional, por exemplo. Ainda dentro do enfoque utilitarista, é tratada a questão do incremento do capital social. Este incremento pode advir de duas fontes: da evolução das relações sociais no tempo ou de fomento externo, surgindo a discussão do papel e dos limites do Estado. O Estado pode atuar sobre o capital social de forma direta, em especial através da *educação*, elevando as capacidades da sociedade ou de forma indireta, provendo a infraestrutura necessária para que a sociedade se desenvolva. Tanto a evolução ao longo do tempo quanto aquela resultante de ações direcionadas a tal fim, só serão efetivas em incrementar o capital social em seu enfoque utilitarista, se vierem de encontro às necessidades e expectativas dos diversos segmentos sociais, o que exige uma estrutura social mais homogênea a justa. Sobre este ponto, Higgins levanta questão se a incipiente adoção de políticas de desenvolvimento pelos organismos multilaterais, baseadas no conceito de capital social, tem por foco apenas a eficiência produtiva sem, no entanto, mexer nos problemas estruturais da redistribuição da riqueza, o que nos remete ao incremento do capital social pelo enfoque político: entendemos que elevar o capital social pelo aspecto das relações de poder e propriedade que este guarda, é aproximá-lo de um ponto onde a distribuição destes elementos seja mais igualitária e extensiva à sociedade como um todo. Em uma determinada estrutura social já configurada sobre grandes diferenças distributivas, uma mudança neste sentido esbarra em questões do direito e do

interesse privados e, grosso modo, só se viabiliza pela via de uma reforma estrutural (novo acordo social) ou de uma ruptura social (revolução). Na mesma linha de pensamento, espera-se que em estruturas sociais que originalmente se configuraram com menores diferenças de poder e propriedade, um aprimoramento destas relações se faz de forma mais fácil. Em outras palavras, ampliar o capital social em seu aspecto político e cívico (cidadania), é menos disruptivo e mais efetivo em uma estrutura social com menos desigualdades.

Higgins, por sua vez, não propõe uma resposta própria ao conceito de capital social, mas questiona a predominância do enfoque econômico utilitarista na literatura, para o qual altos níveis de sociabilidade resultam em melhor desempenho econômico e apresenta, então, uma hipótese alternativa onde: “Haverá altos níveis de sociabilidade que induzam a uma melhora no desempenho econômico, se estão dadas as condições de uma correlação simétrica do poder político e da distribuição simétrica da riqueza econômica [...]”<sup>4</sup> (HIGGINS, 2005, p.38). Neste sentido, afastamo-nos aqui da simplificação de que o capital social seja o próprio desenvolvimento socioeconômico. Sem que as relações de poder e propriedade sejam abordadas, o fomento ao capital social tende a ser apenas o fomento à elevação da capacidade técnica (produtividade) dentro de um arranjo social inalterado e qualquer desenvolvimento socioeconômico dele proveniente se torna vulnerável por não conter os elementos de identificação, motivação e colaboração.

Para avançarmos na busca da resposta para o que pode determinar as diferenças no desenvolvimento socioeconômico, vejamos o que dizem Celso Furtado (1984), sobre estrutura social e desenvolvimento, e Rodríguez (2009) em relação ao pensamento de Aníbal Pinto, José Serra e Maria da Conceição Tavares e do próprio Celso Furtado, relativo ao mesmo tema.

Furtado (1984) condiciona o desenvolvimento à existência prévia de acumulação, mas não subentende a sua transformação “natural” em desenvolvimento: “O excedente, ao permitir aprofundar no tempo e no espaço a divisão social do trabalho, viabiliza a acumulação, e o desenvolvimento não é senão

---

<sup>4</sup> Para melhor entendimento, pelo contexto de toda a obra, o autor se refere a uma melhor distribuição do poder político e da riqueza na sociedade o que, conforme este, são condições para o aumento da colaboração e cooperação entre os indivíduos, favorecendo o desenvolvimento econômico.



uma das formas que esta pode assumir.” (FURTADO, 1984, p.106). O autor diferencia o desenvolvimento da *técnica*, que é de natureza instrumental e pautada por fins objetivos, do desenvolvimento de *valores morais*, que são de natureza subjetiva e não-econômica e que a supremacia do desenvolvimento da técnica na expansão da civilização industrial, submeteu a criação de valores morais à sua própria lógica: a “acumulação pela acumulação”. Sob esta lógica, a maximização constante de resultados, os ganhos crescentes de escala e a expansão contínua de mercados não abrem espaço para um desenvolvimento correlato e autônomo no terceiro mundo.

Na formulação de sua teoria do subdesenvolvimento, identifica que isto ocorre porque as estruturas sociais existentes na periferia assim o possibilitam. Tais estruturas, adequando-se aos interesses externos, mantêm inalterado o padrão de distribuição da renda e destinação do excedente e, assim, a persistência de um quadro que impede a elevação de salários, a homogeneização social e a formação de poupança, comprometendo o desenvolvimento local. Identifica a ocorrência de quatro formas básicas de apropriação do excedente na formação histórica dos países da periferia:

- a) a apropriação total dos excedentes pelo núcleo central;
- b) a apropriação de uma parte do excedente por um segmento da classe dominante local;
- c) a apropriação de parte do excedente por grupos locais que o utilizam para ampliar sua própria esfera de ação;
- d) a apropriação de parte do excedente pelo Estado.

Observa que um misto destas formas ocorre ao longo da formação histórica destes países, o que caracteriza como sendo vários *estilos de desenvolvimento* no terceiro mundo e que estariam nas origens do subdesenvolvimento e da dependência, comuns nos países periféricos. Entre estes estilos, Furtado acredita que alguns apresentam possibilidades de superação desta condição de subdesenvolvimento se contornada a principal problemática que é, na concepção do autor, como evoluir tecnologicamente objetivando os interesses locais e a

construção de uma sociedade mais homogênea e justa diante de um sistema internacional de divisão do trabalho já dado e que tende à desigualdade social ao buscar a máxima eficiência dos fatores. Neste sentido, identifica três modelos de experiências internacionais de endogeneização do desenvolvimento:

- a) a coletivização dos meios de produção;
- b) a satisfação das necessidades básicas da coletividade;
- c) o aumento do grau de autonomia externa.

Sem avançarmos no seu detalhamento, o ponto chave que se apresenta é que a adoção de tais modelos busca ampliar o capital social em seus aspectos utilitaristas (técnica) mas requer um determinado grau de evolução do aspecto político deste capital social para que se viabilize, na forma de uma distribuição mais igualitária de poder e propriedade, ou pela motivação cívica, unificadora dos interesses coletivos e passa, necessariamente, pela esfera política.

Já Rodríguez (2009), ao analisar o estruturalismo latino-americano, apresenta o enfoque dos estilos de desenvolvimento pelo aspecto do efeito que a distribuição da renda gera sobre a demanda de consumo e, conseqüentemente, sobre o retorno do investimento. O conceito base, Rodríguez traz de Furtado, para quem, resumidamente, três tipos de bens se relacionam com três níveis de demanda:

- a) bens novos gerados pela inovação tecnológica, com alto retorno unitário e cuja demanda se dá nas camadas superiores de renda;
- b) bens em processo de difusão tecnológica, onde o retorno do investimento se dá pela escala de produção e cuja demanda abrange as classes superiores e intermediárias da renda;
- c) bens de ampla difusão e bens não duráveis, onde o retorno é decrescente pela competitividade e pela fácil substituição e que encontra demanda na classe superior, na intermediária e nas classes de renda inferiores.

Para que a produção de um bem percorra todo o ciclo *inovação – difusão tecnológica* é necessário que encontre demanda suficiente nos três níveis citados. Nos países desenvolvidos esta condição é satisfeita, dada uma homogeneidade da

renda. Nos periféricos, o grande distanciamento entre as faixas de renda superior e inferior faz com que somente os bens do tipo (a) acima citados, encontrem mercado atrativo ao investimento, pois o baixo nível de renda nas faixas inferiores, suprimindo a demanda, afetam em especial o momento (b) do processo de difusão tecnológica, freando o crescimento industrial. Furtado atribui o baixo nível salarial e a impossibilidade de sua evolução à superabundância de força de trabalho na periferia e entende que esta estrutura produtiva, assim configurada, tende a um ponto de estagnação do crescimento.

Rodríguez acrescenta à abordagem dos estilos de desenvolvimento a visão de Aníbal Pinto. Pinto, conforme Rodríguez (2009), trabalha sobre o conceito da “heterogeneidade estrutural” do setor produtivo, em que identifica três setores: o *setor primitivo*, o *setor intermediário* e o *setor moderno* que correspondem, respectivamente, a níveis de produtividade *baixa*, *normal* e *elevada*. A estes setores, também correspondem diferentes níveis de salários e de rendimentos do capital. Resumidamente, o princípio base é de que, quanto mais homogênea for a estrutura produtiva, melhor será a geração de renda e retornos dos investimentos. Nos países periféricos, considera, há uma grande lacuna entre o setor moderno e os demais, o que é a fonte da concentração dos ganhos e das conseqüentes diferenças de demanda. Diferentemente de Furtado, Pinto não vê que esta estrutura produtiva tenda à estagnação, mas considera que o crescimento se dá em diferentes intensidades diante de um quadro de concentração da renda e em outro, em que ela é mais homoganeamente distribuída.

Rodríguez (2009) encerra apresentando um resumo de trabalho de José Serra e Maria da Conceição Tavares, que contrapõe a visão estagnacionista de Celso Furtado, considerando possível a continuidade do crescimento mesmo diante de uma estrutura produtiva concentradora e excludente. A base de seu argumento está em que, diante de um quadro social marcado por diferenças extremas na renda e na capacitação do trabalhador, o investimento procura novas formas de remuneração e o desenvolvimento se configura em um *novo estilo*, em que o principal articulador do direcionamento dos recursos é o Estado, que privilegia os setores de maior eficiência produtiva e faz uso de políticas de estímulo à demanda

como forma de manter o crescimento. Sua visão é de que não ocorre a estagnação do crescimento, mas ciclos de crises de demanda intersetorial.

Com base no que foi até aqui exposto, passamos à construção de nossas hipóteses e à definição do que se entende ser o desenvolvimento economicamente sustentado.

Partimos da observação de que o crescimento econômico requer a geração de excedentes e a acumulação, mas que estes não necessariamente resultam no desenvolvimento socioeconômico de uma região. Conforme cita Furtado (1984), esta é apenas uma das possibilidades em que o excedente pode se configurar. Ao não se configurar em desenvolvimento local, então, duas destinações são vislumbradas para o excedente: sua evasão ou a concentração de renda e riqueza. Embora possa ocorrer crescimento econômico nestes arranjos, a não dispersão da renda nas diversas camadas sociais restringe a demanda privada e a não geração de poupança local perpetua a dependência ao investimento e interesse externos. Mesmo quando articulados através do poder público, o endividamento necessário para manter níveis contínuos de investimento e demanda e o “paternalismo” crescente que decorre desta solução, geram um quadro altamente vulnerável aos colapsos externos e suscetível a resultar em graves crises econômicas. Parece razoável questionar, então, se o que Serra e Tavares (RODRÍGUEZ, 2009) apontam como um novo estilo de desenvolvimento na periferia, não finda por se tratar apenas de um novo estilo de crescimento econômico que pode não resultar no desenvolvimento socioeconômico regional pois, em se perpetuando concentrador e excludente, é incompatível com a autonomia econômica e com o bem-estar social no longo prazo. Contrastando-o com a visão de Furtado, estes estilos parecem atender, de forma pouco diversa, ao processo de expansão do capitalismo central, preservando a dependência decisória e tecnológica do exterior e mantendo intactas as estruturas sociais historicamente formadas na periferia e, conseqüentemente, o subdesenvolvimento. Desta forma, é razoável considerar que o crescimento econômico, para ser sustentado no longo prazo, exige certo grau de autonomia da economia local tanto no aspecto do investimento (o que requer criação de poupança doméstica) quanto de uma demanda interna (o que tem relação com a evolução da renda), assim como deve prover ao cidadão as necessárias condições de vida e de

evolução, o que é, em outras palavras, o desenvolvimento socioeconômico de uma região, o que configura nossa primeira hipótese de trabalho: o crescimento econômico sustentado requer um desenvolvimento socioeconômico correlato.

Conforme o entendimento de Furtado (1984), a saída de uma condição de subdesenvolvimento requer a endogeneização da condição de desenvolvimento. Ao observar como bem-sucedidas as experiências de: coletivização dos meios de produção, atendimento das necessidades básicas da sociedade e elevação do grau da autonomia externa, em contraste com as formas de apropriação pré-existentes está, de fato, distinguindo a existência de estruturas sociais voltadas ao interesse comum, daquelas voltadas ao interesse de algumas classes dominantes. É possível considerar que condiciona, então, o desenvolvimento de uma região (em seu escopo, um país) ao tipo de estrutura social que ela possui. Em suma, a diferentes estruturas sociais irão corresponder diferentes graus ou estilos de desenvolvimento. A perspectiva de Aníbal Pinto (RODRÍGUEZ, 2009), na qual a heterogeneidade de uma estrutura produtiva correlata a uma estrutura social concentradora de renda imprime diferentes intensidades de crescimento e reduzida capacidade de geração de poupança local, também associa claramente o crescimento às estruturas sociais sobre o qual ele ocorre. O autor conclui que uma estrutura concentradora não parece ser pautada pela justiça, nem visar o bem-estar comum. Sendo assim, “questiona-se a viabilidade social deste estilo” (RODRÍGUEZ, 2009, p. 314). Do exposto, depreende-se que o grau em que o crescimento econômico irá se converter em desenvolvimento socioeconômico, dependerá da estrutura social existente, o que é a nossa segunda hipótese.

Identificar qual a estrutura social mais adequada para que o crescimento econômico se converta neste desenvolvimento socioeconômico, resgata nossa discussão acerca do capital social. Valendo-nos, ainda, das observações de Celso Furtado acerca da endogeneidade do desenvolvimento, a estrutura social que se aproxima dos modelos identificados pelo autor, é aquela que atenda aos interesses coletivos, na qual se encontrem elementos de ação colaborativa e cooperativa entre os agentes, por reciprocidade ou ideologia, onde o incentivo à inovação e a diversificação produtiva se façam presentes, por interesse ou necessidade do investidor local e onde a identidade e a confiança estejam na base das relações

sociais, seja por primitivos laços familiares ou por acordos civis que atendam a toda a sociedade. Esta é uma estrutura social onde o poder, a propriedade e a renda têm uma distribuição mais uniforme. De forma diversa, uma estrutura social pautada exclusivamente pelo interesse individual, com foco na maximização de resultados e sob a ideologia da competitividade, onde o direito privado esteja acima do direito coletivo, certamente não contém os elementos citados. Ao contrário, é a estrutura social característica da concentração da renda e da propriedade, onde se preservam latifúndios, elevada concentração industrial e matrizes produtivas de ganhos exclusivamente setoriais, o que amplia a estratificação de classes.

Já pelo aspecto político, de acordo com a perspectiva de Bourdieu apresentada em Higgins (2005), uma estrutura social é uma matriz de relações de poder. É razoável admitir que as instituições que dela se formam, preservem as características daquela estrutura social. Então, o Estado que se forma sobre uma estrutura heterogênea e polarizada, em que se distinga o poder de uma classe dominante, tende a atuar de forma a preservar o *status quo* concentrador e excludente daquela estrutura. Neste Estado, o interesse individual finda por se sobrepor aos interesses coletivos. Por outro lado, uma estrutura social mais homogênea e diversificada, onde há um maior equilíbrio de forças, pode institucionalizar um Estado onde há relativa dificuldade a que um segmento se torne preponderante aos demais, obrigando a processos colaborativos e acordos para seu funcionamento. Neste, espera-se que sejam atendidos, prioritariamente, os interesses da coletividade em detrimento dos interesses individuais. Nesta linha de raciocínio e considerando que o objetivo do crescimento econômico seja o progresso de toda a sociedade, conclui-se que a estrutura social mais adequada ao desenvolvimento socioeconômico de uma região é aquela na qual ocorra uma melhor distribuição da renda, da propriedade e do poder, e da qual decorra um Estado representativo dos interesses coletivos regionais. Esta é nossa terceira e central hipótese e para testá-la, tomamos por base os dois estados brasileiros referenciados em nossa introdução, por suas similaridades e diferenciações. Esta perspectiva vem ao encontro das formações sociais históricas experimentadas em algumas regiões destes estados, conforme descreve Accurso (2014), sobre a forma de ocupação do Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul.

O livre ou fácil acesso à terra [inexistência de latifúndios. N.A.] abre fronteiras inimagináveis aos [imigrantes] que chegam, permitindo-lhes toda a sorte de *iniciativa, de criatividade e de composição*, de modo a capitalizar o mais rápido as oportunidades abertas. Muito cedo, os excedentes locais ganham raio de mercado cada vez mais amplo, permitindo maior divisão do trabalho, diversificação da produção, intensificação comercial e ganhos de produtividade generalizada. Os excedentes captados no circuito econômico em boa parte retornam ao mesmo por força das oportunidades que vão se abrindo e dos agentes aí localizados. (ACCURSO<sup>5</sup>, grifo nosso).

E também no estado de Santa Catarina, conforme descreve Goularti Filho (2007), em referência a pesquisa de Armem Mamigonian sobre a formação da cidade de Blumenau, SC.

Mamigonian [...] conclui que o tipo de imigração e a presença da pequena produção mercantil propiciaram o nascimento de algumas fábricas e a ampliação da divisão social do trabalho, permitindo a formação de um relativo mercado de consumo. Boa parte do *excedente permaneceu em Blumenau e foi repartido entre os pequenos industriais e os pequenos comerciantes*, possibilitando a “constituição de uma base financeira indispensável a todo início industrial”. (GOULARTI FILHO, 2005, p. 40-41, grifo nosso).

Nos capítulos que se seguem procedemos, então, a análise das formações históricas de ambos os estados, buscando por similaridades e diferenças entre estes, com especial ênfase na sua evolução social e impactos para o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>5</sup> Acurso (HERRLEIN JR, 2014, p. 12, Prefácio).

### 3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Nosso estudo do estado do Rio Grande do Sul se dá através da análise da sua formação socioeconômica e de momento que entendemos ser marcante neste processo histórico pela ótica econômica. Encerramos com um painel da situação geral do estado nos anos recentes.

#### 3.1 A FORMAÇÃO E O PERÍODO ÁUREO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO NO RIO GRANDE DO SUL

Conforme observa Herrlein Jr. (2014), por sua posição geográfica extrema ao sul do Brasil e fronteira às terras de dominação espanhola, distante, portanto, do vórtice da expansão portuguesa no continente, o Rio Grande do Sul teve uma ocupação tardia em relação aos demais estados brasileiros. Iniciada já a idos de 1700, se deu pela necessidade de Portugal em estabelecer um marco limítrofe de suas terras e conter, assim, o avanço espanhol na região. Este cenário caracterizou a forma como se deu a ocupação inicial no estado: de cunho militar e com a concessão de grandes áreas a poucos proprietários vindos dos estados do centro e sudeste do país, cuja contrapartida à Coroa era a de organizar e manter a defesa da região. Tal modelo de ocupação, somado à escassez de grandes jazidas de metais preciosos e ao clima desfavorável aos produtos da economia colonial agrícola exportadora vigente, fez com que o Rio Grande do Sul experimentasse, em suas origens, um modelo produtivo diferente do resto do país. As extensas pradarias gaúchas favoreceram a multiplicação de rebanhos trazidos por espanhóis e portugueses para a região e foi através da pecuária de corte e de transporte que o estado se articulou, de forma subsidiária, com a grande indústria colonial agrícola e mineradora das demais regiões, lhes provendo alimento e animais de carga. A pecuária extensiva e a agroindústria do charque determinaram, assim, a primeira conformação socioeconômica do estado: grandes estâncias, relativamente isoladas,



autossuficientes em sua manutenção e com reduzida necessidade de mão de obra<sup>6</sup>. Se observa que esta conformação ainda preserva resquícios no estado, na existência de latifúndios agropastoris, na concentração de renda e no forte vínculo da economia com a produção primária.

Um segundo momento da ocupação das terras sulistas se deu através da colonização por imigrantes europeus, trazidos para ocupar áreas ainda despovoadas e pela preocupação do Império em contrabalançar o poder dos grandes estancieiros da Campanha gaúcha. Três momentos se destacam no processo migratório para o Rio Grande do Sul: a vinda de imigrantes portugueses de origem açoriana em fins do século XVIII, a vinda de imigrantes alemães no início do século XIX e a imigração italiana, em fins do século XIX. A forma de ocupação do território pelos imigrantes europeus se deu de forma bastante diversa daquela da ocupação da zona de Campanha. A imigração se compunha basicamente de famílias que recebiam pequenos lotes de terras e que iam constituindo colônias por suas afinidades culturais e parentesco. Esta forma de ocupação da terra fez com que, no século XIX, os imigrantes fossem promovendo uma mudança nos rumos da economia gaúcha, até então, quase exclusivamente agropastoril e charqueadora. A primeira onda migratória, açoriana, foi direcionada para o centro do estado. Não havendo seu isolamento físico e cultural foi, em grande parte, absorvida pela estrutura preexistente, não chegando a promover mudanças na ordem social. Economicamente, no entanto, introduziu uma alternativa para a reversão dos recursos mercantis acumulados na pecuária, que foi o plantio do arroz e, posteriormente, do trigo, já em um modelo de agroindústria capitalista. Estas reversões de capital, no entanto, ainda mantinham o foco empreendedor na produção de poucos produtos, preservando o modelo de latifúndios e a concentração de renda naquela região. De forma diversa, as subsequentes colonizações alemã e italiana, cada uma a seu tempo, ocupando respectivamente a região do Vale do Sinos e as terras altas do nordeste e norte do estado, trouxeram para o Rio Grande do Sul famílias com algum recurso financeiro e com uma diversidade de conhecimento e capacidades. As diferenças locacionais – regiões onde o acesso era difícil – e linguísticas, induziram à constituição de colônias

---

<sup>6</sup> O autor observa que nas charqueadas, onde a mão de obra fez-se mais necessária, ocorreu o trabalho escravo, porém em escala inferior ao exigido nas grandes lavouras açucareiras e cafeeiras do restante do país. (HERRLEIN JR., 2014).

relativamente isoladas, o que exigiu o trabalho cooperativo e o intercâmbio de recursos e conhecimentos, resultando no rápido florescimento de zonas rurais diversificadas em termos de produtos<sup>7</sup>. A necessidade crescente de meios de transporte e de instrumentos para o trabalho está na origem da maior parte da indústria rio-grandense que viria a se concentrar nestas regiões, como a metalomecânica. Assim como a região da Campanha guarda traços da sua ocupação primitiva, também o norte-nordeste do estado preserva características de sua ocupação pelos imigrantes nas indústrias familiares de produtos de tradição colonial, consumidos dentro e fora do estado, lado a lado com modernas indústrias de porte médio-grande, de administração profissionalizada, capital aberto e abrangência internacional.

Deste breve resumo da formação histórica do estado<sup>8</sup>, o aspecto que queremos relevar é que as bases primitivas da economia gaúcha, prevalecte no Centro-Sul do estado, basearam-se na grande propriedade, na concentração de renda e na agricultura e pecuária extensivas que, juntamente com a indústria charqueadora escravista, estiveram voltadas a suprir mercados de fora do estado. Este modelo trouxe a acumulação de capital mercantil ao longo de quase dois séculos que pouco se reverteu em desenvolvimento regional nas regiões onde se estabeleceu, o que nos leva a crer em uma conexão entre as sementes da construção socioeconômica destas regiões e a sua atual discrepância de desenvolvimento socioeconômico em relação ao Norte-Nordeste do estado. Mesmo os centros urbanos que afloraram próximos às grandes charqueadas, não experimentaram um desenvolvimento capaz de lhes auferir uma autonomia em relação à estas. Em outro extremo, o modelo de colonização em pequenas unidades familiares, melhor distribuição de renda e propriedade, com diversificação de produtos atendendo à necessidade local e expandindo paulatinamente seu mercado, onde foram necessárias formas cooperativas e complementares de produção, parece ter propiciado um crescimento mais sustentado e continuado nas regiões onde ocorreu, florescendo ali tanto a diversidade industrial, quando o

---

<sup>7</sup> Neste sentido, Ferreira Filho (1978) cita o isolamento linguístico e cultural das colônias alemãs como uma barreira à sua integração socioeconômica ao estado. Entende-se que, naquele cenário, este “isolamento inicial” foi a semente de um novo modelo produtivo no estado.

<sup>8</sup> Para um entendimento amplo da singular formação econômica do Rio Grande do Sul, ver Herrlein Jr. (2014). Sobre os aspectos gerais da história Rio-grandense, ver Ferreira Filho (1978).

desenvolvimento socioeconômico regional. Cabe, também, ressaltar o papel do poder público em cada momento histórico, poder que tanto pode ditar o modelo produtivo, quanto resultar deste, mas que certamente é contraparte necessária à sua realização. Neste sentido, leia-se o que escreve Herrlein Jr.:

A política de gastos dos governos republicanos gaúchos seguiu o propósito explícito de reorientar o modelo de acumulação dominante, baseado nas exportações pecuárias, para um modelo mais diversificado, baseado na integração e expansão do mercado interno e na agropecuária colonial. O projeto econômico do Estado associou-se à perspectiva dos novos agentes sociais, desvinculados do latifúndio, que promoviam a diversificação da base produtiva estadual e conferiam dinamismo à economia regional. Os gastos públicos foram decisivos para a promoção das transformações e da expansão da economia gaúcha, contribuindo para que se instaurasse um círculo virtuoso, na medida que o crescimento propiciava a ampliação das receitas públicas. (HERRLEIN JR., 2014, p. 132).

O autor chama à atenção que estes dois modelos produtivos não estiveram desconectados. Ao contrário, foram interdependentes ao passo em que zona agropecuária sulista fornecia os insumos para a zona colonial agrícola do norte-nordeste do estado, em emergente processo de industrialização (HERRLEIN JR., 2014), o que significa que experimentaram juntas um período de crescimento econômico, embora o viés da indústria pecuária-charqueadora fosse de estagnação, em parte pela extinção da escravatura, em parte pelas mudanças no mercado, e o da colonial-agrícola, de expansão e a distinção do desenvolvimento socioeconômico em cada uma delas, se fez presente. Cidades como Rio Grande e Pelotas prosperaram no auge do comércio portuário da produção agropastoril, mas não atingiram um patamar de crescimento persistente e autossustentado como observado na região colonial do Norte-Nordeste do estado, onde as mudanças no cenário nacional e internacional não promoveram a retração, mas sim a diversificação das atividades e a busca por novos mercados. Diferentemente do capital que sustentou a indústria pecuária-charqueadora, em boa parte externo como na instalação dos grandes frigoríficos, cabe a observação de Pereira e Arendt (2002) de que o capital formador da indústria nascente no Norte-Nordeste veio de reversão da própria acumulação ali gerada:

Este sistema [economia colonial agrícola] foi responsável pela ampliação e diversificação da estrutura industrial do Rio Grande do Sul, no sentido de que a maioria dos capitais necessários para alavancar o desenvolvimento industrial surgiram [sic] desta atividade. Surgiram principalmente da acumulação comercial praticada pelos imigrantes, que investiam os capitais acumulados provindos das trocas realizadas dentro do próprio estado, e dos

originários das relações com o mercado interno brasileiro na indústria gaúcha. (PEREIRA; ARENDT, 2002, p. 16).

Por força deste movimento, ao final dos anos 1920, a economia gaúcha se destacava no cenário nacional. Mesmo sem o volume e a reversão massiva de capitais da exportação cafeeira para a indústria, como acontecia em São Paulo, a indústria gaúcha rapidamente atingiu um patamar de produtividade e diversidade de produtos que lhe conferiu estar entre os maiores estados brasileiros em termos de produção industrial (HERRLEIN JR., 2014). Nesta época começam a surgir o que seriam as maiores empresas gaúchas de expressão nacional e internacional como Tramontina, Gerdau, Lochpe-Maxion, Todeschini, Taurus, Oderich, Randon, Languiru, Ortopé, Picadilly e Josapar, entre outras. Este momento de profícuo crescimento se estendeu até meados da década de 1930, quando mudanças no cenário mundial iriam impactar no arranjo econômico do Rio Grande do Sul, conduzindo, paulatinamente nas décadas que se seguiram, a uma interrupção do ritmo de crescimento que havia se estabelecido no período da Primeira República.

### 3.2 A INTERRUPÇÃO DE UM MODELO DE CRESCIMENTO

O modelo de crescimento econômico experimentado pelo Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do século XX, através da expansão da industrialização no norte-nordeste do estado e que absorvia boa parte dos insumos produzidos na Campanha, seria afetado por rápidas mudanças no cenário nacional e internacional. A eclosão das duas Grandes Guerras, intercaladas pelo *crash* de 1929, alteraram drasticamente oferta, demanda e preços no mercado mundial. A resultante reorganização política e econômica do mundo, marcadas pelos movimentos nacionalistas e pelo estado intervencionista, também promoveu no Brasil a integração da economia nacional. Neste momento de transformações, a economia gaúcha, em grande parte voltada ao mercado interno, não dispunha do mesmo volume de acumulação que a agroindústria cafeeira exportadora gerava em outros estados, em especial, a São Paulo. Some-se a isto, o esgotamento da fronteira agrícola no norte-nordeste do estado (HERRLEIN JR., 2014) e a inalterabilidade da estrutura fundiária e produtiva da Campanha gaúcha, barrando a expansão de um

modelo que talvez favorecesse a adequação da economia do estado às mudanças em curso. Este quadro resultou em que a indústria rio-grandense perdesse espaço no cenário nacional, diante da acelerada reversão de capital agrícola para capital industrial que ocorria no sudeste do país. O Rio Grande do Sul manteve-se vinculado ao fornecimento de gêneros alimentícios para os demais estados brasileiros, principalmente oriundos da pecuária, enquanto São Paulo tornava-se o maior polo industrial do país. A nascente indústria gaúcha, embora não retrocedendo, manteve-se por algumas décadas no mesmo patamar em que havia chegado aos anos 1930.

Nas décadas que se seguiram, a economia gaúcha oscilou entre avanços e paradas, agora correlatos ao movimento de toda a economia nacional (ACCURSO, 1993). O setor agrícola alterou as culturas produzidas, substituindo o arroz pelo trigo e, posteriormente, pela soja em alguns locais, seguindo a demanda internacional destes produtos, mas sem alterações na estrutura fundiária existente, sendo que a pecuária se manteve praticamente inalterada. O estado atravessou os anos 1950 – 1970 com poucas alterações na sua indústria, reduzindo-se a participação das indústrias tradicionais e surgindo novas indústrias “dinâmicas” (PEREIRA; ARENDT, 2002) nos principais centros urbanos, para as quais a mecanização da agricultura, provocando o êxodo do campo, forneceu a necessária mão-de-obra. A produção, no entanto, manteve-se no patamar dos bens intermediários, não aprofundando a indústria gaúcha para os bens de capital ou para a produção extensiva de bens de consumo industrializados.

Em relação ao setor agropecuário sul-riograndense, Benetti (2010), apresenta um importante painel sobre as mudanças ocorridas desde os anos 1970 até 2008, que foram do crescimento no período do chamado “milagre econômico” brasileiro, até a transferência do agronegócio para o domínio estrangeiro no período da abertura econômico-financeira do país, iniciada aos anos 1990 e que se estende até os dias atuais. Fato relevante a que a autora faz menção, é o incipiente processo de constituição de cooperativas agrícolas na região Norte do estado e que perduraram por algumas décadas, como uma alternativa à baixa capacidade de crescimento das pequenas lavouras, buscando a verticalização e o controle doméstico da cadeia produtiva ligada ao campo, no âmbito do esforço de substituição de importações.

Por outro aspecto, ao distinguir as formas como as regiões Sul-Sudoeste e Norte-Nordeste do estado se articularam diante das mudanças no período, associa estas à sua formação socioeconômica primitiva, ressaltando a melhor capacidade de adaptação do pequeno negócio às mudanças do cenário econômico. Tais considerações corroboram nossa visão de que estruturas menos concentradas e mais diversificadas se mostram menos vulneráveis às crises e com melhor capacidade para promover o crescimento sustentado.

Ainda neste período, assim como Benetti (2010), Accurso (1993) e Herrlein Jr. (2014) chamam à atenção ao processo de emigração gaúcha para outros estados, intensificado nos anos 1970. Diferentemente dos processos migratórios ocorridos no Nordeste brasileiro, onde o perfil do emigrante era do cidadão sem posses, que fora à busca de trabalho no intenso processo de urbanização do Sudeste, o emigrante sulista se caracterizou pelo agricultor que, limitado pelo esgotamento da fronteira agrícola ao norte-nordeste do estado e à configuração da propriedade ao sul, encontrou na migração para outros estados a forma de investir e ampliar suas atividades. Nas palavras do autor, enquanto o primeiro caso tem um caráter eminentemente proletário, o segundo se configura no “deslocamento de um modo de produção” (ACCURSO, 1993, p. 73). Este fato é relevante no sentido que implica na evasão de iniciativas e investimentos locais para outras regiões.

Nos anos 1980, a chamada “década perdida”, o Rio Grande do Sul sofreu os mesmos efeitos da crise de toda a economia brasileira. As altas taxas de juros, as flutuações cambiais, a inflação descontrolada e as repetidas tentativas frustradas de retomada de rumo pelo Estado promoveram altos e baixos na economia regional. Accurso (1993) observa o caráter de abertura da economia sul-rio-grandense que, em momentos de retração da demanda nacional, vai buscar mercado na exportação de suas *commodities* agrícolas o que, no entanto, não evita uma forte queda desta economia diante do constrangimento da demanda interna ao qual estava fortemente vinculada. Nos anos 1990, conforme Herrlein Jr. (2005), a economia gaúcha, embora vinculada à exportação de *commodities* agrícolas e, desta forma, suscetível às variações da demanda externa e, principalmente, do câmbio, experimentou um processo de diferenciação no peso intersetorial da sua produção, tendo aumentado a participação dos bens industrializados na sua pauta de exportações.

Dos anos 1990 até os tempos atuais, as transformações sofridas pela economia do Rio Grande do Sul estiveram ligadas aos movimentos da economia nacional e aos reflexos das crises mundiais. Mudanças na política macroeconômica e na matriz tributária nacional desde as reformas dos anos 1960 e da constituição de 1988, que reduziu o papel, a autonomia e a capacidade financeira dos estados, têm promovido a saída de empresas do mercado ou sua evasão, em função da competitividade com importações e do advento da “guerra fiscal” entre as unidades federativas. Conforme observa Lopreato (2000), a grande mudança político-econômica dos anos 1990, com a abertura do país para o investimento internacional e para a entrada de importados e a subsequente valorização cambial decorrente do Plano Real, impactou fortemente na capacidade de competição das empresas gaúchas, que passaram de um processo de expansão e diversificação de investimentos, para um processo de retração e especialização de atividades. Retomando o trabalho de Benetti (2010) mencionado anteriormente, neste período o agronegócio no Rio Grande do Sul, a exemplo de outras atividades e setores da economia nacional, passou a sofrer um intenso processo de transferência de controle para grandes grupos estrangeiros, incorrendo na concentração do capital e no forte condicionamento da produção primária gaúcha ao mercado mundial de *commodities* agropecuárias. Tal processo se deu em especial nas grandes lavouras da metade sul do estado e, segundo a autora, é de tal importância que; “[...] para um segmento importante da agroindústria, continuar a denominá-las gaúchas significa tão somente referir-se a sua localização geográfica.” (BENETTI, 2010, p. 95).

Inevitavelmente, estas mudanças na economia nacional impactaram fortemente as contas públicas estaduais, já então caracterizadas por um alto comprometimento de receitas com custeio e um cumulativo endividamento com a União<sup>9</sup>. A perda de capacidade do setor público de manter um alto nível de investimentos e de gastos cria, assim, uma espiral descendente na economia, pois é incapaz de gerar atrativos ao investimento privado e, por consequência, vê sua arrecadação reduzida, levando-nos à situação atual das finanças do estado.

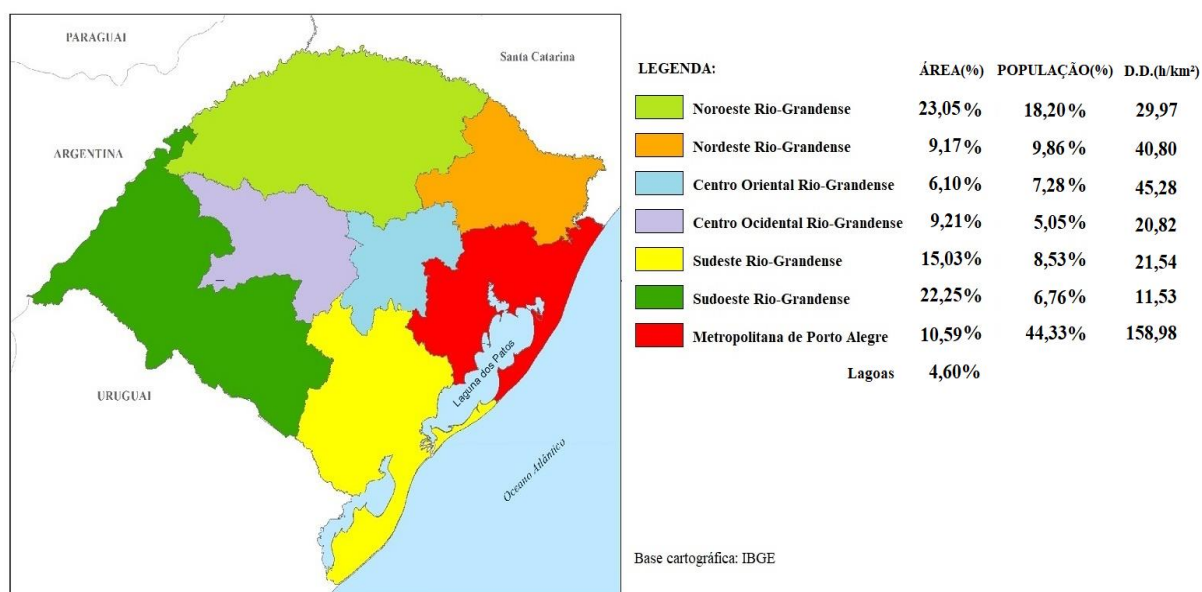
---

<sup>9</sup> Todas as unidades federativas foram atingidas pelas mudanças dos anos 1990 na economia brasileira. O impacto em cada uma, no entanto, se diferenciou pelo momento em que cada estado se encontrava tanto em termos de estabilidade econômica, quanto em posições de endividamento com a União. Para detalhes, ver FEE (1990) e Lopreato (2000).

### 3.3 O RIO GRANDE DO SUL NOS DIAS ATUAIS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), o Rio Grande do Sul ocupa uma área de 281.748,5 km<sup>2</sup> e contava com uma população de aproximadamente 10.696.929 habitantes no último censo de 2010, resultando em uma densidade demográfica de 39,79 hab/km<sup>2</sup>, desconsiderada área próxima a 13.100 km<sup>2</sup>, de lagoas. Se compõe de 497 municípios (IBGE, 2015), sendo que aproximadamente 15% destes têm área entre 900 km<sup>2</sup> e 7.800 km<sup>2</sup>, se concentrando, principalmente, na chamada Metade Sul do estado, ocupando aproximadamente 60% do território e onde predomina a região da Campanha. Os demais 85% dos municípios têm área abaixo de 900 km<sup>2</sup> e ocupam aproximadamente 40% do território, concentrando-se na chamada Metade Norte do estado, onde predominam os campos de planície, planalto e serra. Em termos gerais, se observa que os municípios de grande área coincidem com as regiões de ocupação histórica em sistema de latifúndio e pecuária extensiva, bem como os municípios de área menor, com a região de ocupação colonial em propriedades de médio e pequeno porte. A divisão por mesorregiões, metodologia adotada pelo IBGE para a análise estatística, é apresentada na figura 1, a seguir.

**Figura 1 – Mesorregiões geográficas do Rio Grande do Sul, suas áreas, população em percentuais e densidade demográfica (IBGE, 2010)**



Fonte: IBGE (2010), FEE (2017), elaboração do autor.



As mesorregiões Sudoeste, Sudeste e Centro Ocidental, juntas, representam 46,49% da área total do estado, abrigando 20,34% da população, pelos dados censitários de 2010, tendo uma média populacional de aproximadamente 17 h/km<sup>2</sup>. Nesta região predominam as propriedades de grande porte e a agroindústria de monocultura de soja, arroz e pecuária de corte. As mesorregiões Noroeste, Nordeste e Centro Oriental, se observadas em conjunto, ocupam uma área de 40,19% do estado com 35,34% da população em 2010 e uma densidade demográfica aproximada de 39 h/km<sup>2</sup>. Embora também exista nesta região a atividade agropastoril, esta apresenta uma estrutura fundiária diversa da região da Campanha, em relação ao tamanho das propriedades e à diversificação da produção agrícola, nas culturas de trigo, soja, milho, rebanhos de suínos e aves e frutas. Esta região, em especial no Nordeste gaúcho, se caracteriza por comportar uma diversidade de indústrias, desde aquelas ligadas à agropecuária colonial, como a indústria vitivinícola, a madeireira e a calçadista, até setores como o metalomecânico. Por fim, a mesorregião Metropolitana com 10,59% da área e 44,33% da população do estado, tem uma densidade demográfica próxima a 159 h/km<sup>2</sup>. Esta região é a de maior densidade populacional, a que concentra o maior número de empresas ligadas ao setor de serviços, parte das indústrias de bens e, também, a capital administrativa, Porto Alegre. Com relação à produção e a renda, as mesorregiões apresentam o perfil apresentado na tabela 1 abaixo:

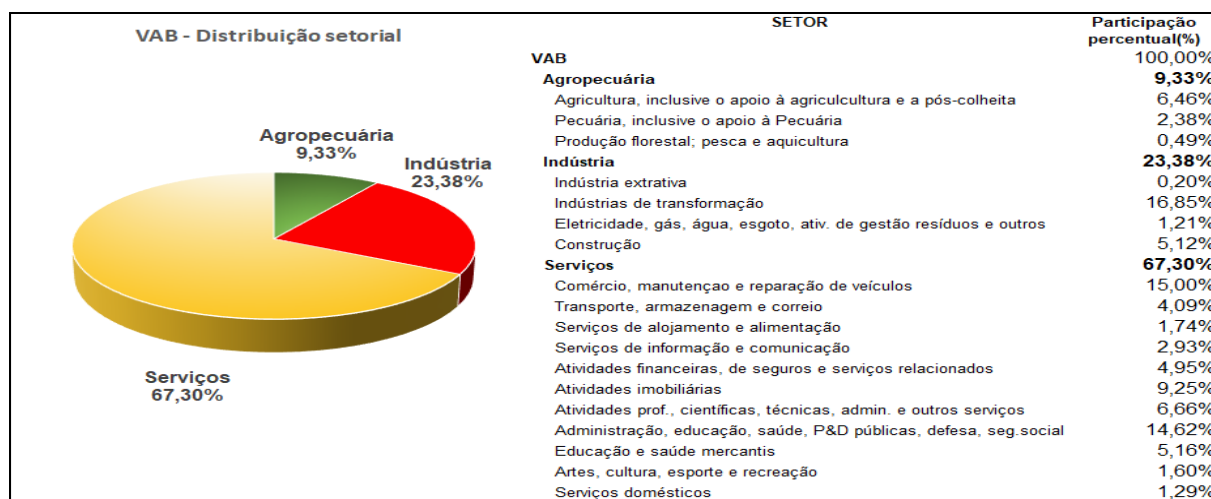
**Tabela 1 – PIB, PIB/pc e PIB/área, por mesorregião do RS em 2011**

Mesorregião	PIB (R\$ milhão)	PIB (%)	PIB PerCapita (R\$)	PIB/km <sup>2</sup> (R\$ mil)
Noroeste	44.557	16,90%	22.863	686,10
Nordeste	33.314	12,64%	31.376	1.289,27
Centro Oriental	19.694	7,47%	25.192	1.144,97
Centro Ocidental	9.466	3,59%	17.591	364,92
Sudeste	19.118	7,25%	20.913	451,48
Sudoeste	12.389	4,70%	17.126	197,64
Metropolitana Porto Alegre	125.095	47,45%	26.237	4.193,61
<b>Total/Média</b>	<b>263.633</b>	<b>100%</b>	<b>(μ) 23.643</b>	<b>(μ) 1.189,71</b>

**Fonte:** Fialkow (2014, FEE/Base IBGE) e IBGE (2010), elaboração do autor.

Quanto à composição setorial, dados de 2014 (FEE, 2107) apontam para uma participação de 9,3% da agropecuária, 23,4% da indústria e 67,3% do setor de serviços na composição do PIB estadual, conforme exibido no quadro 1, a seguir.

**Quadro 1 – Composição setorial do PIB do RS. Valor adicionado bruto no ano de 2014**

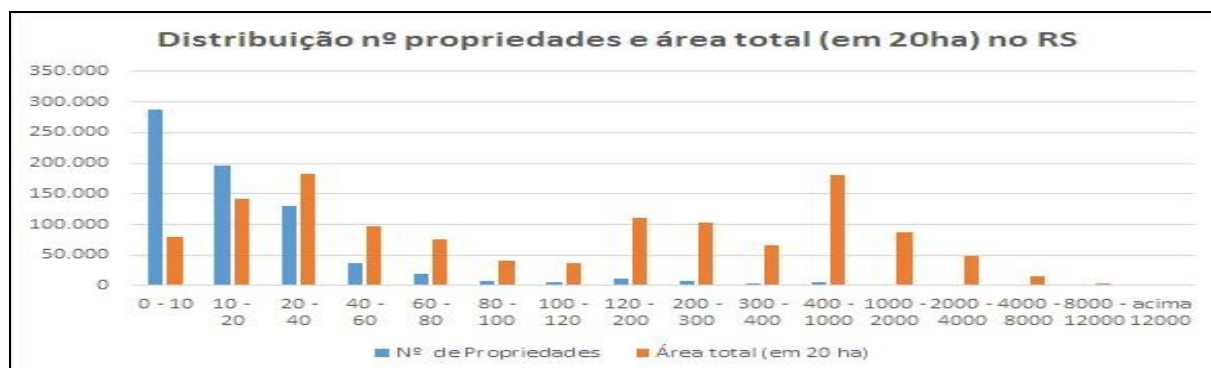


Fonte: IBGE-Estados (2014), elaboração do autor.

Em relação à agropecuária, dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE apontam a existência de 441.472 estabelecimentos agropecuários e dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2016), sintetizados no apêndice A, apontam que 93,96% destas tem até 80 hectares (ha), ocupando 45,46% da área, 4,65% tem de 80 a 300 ha, com 22,91% da área e 1,39% tem acima de 300 ha, detendo 31,63% da área. Observados os extremos, os estabelecimentos com 10 ha ou menos representam 40,16% do total em 6,32% da área e os com mais de 8.000 ha, menos de 0,01% do total e 0,4% da área.

O gráfico 1, a seguir, apresenta um comparativo ajustado entre o número de propriedades e a área total para cada categoria fundiária<sup>10</sup>, onde se observa uma concentração fundiária nas faixas acima de 120 ha.

**Gráfico 1 – Comparativo entre nº de propriedades e área ocupada no RS**



Fonte: base INCRA (2016) com adaptações (Apêndice A).

<sup>10</sup> Classificação INCRA, conforme notas explicativas no Apêndice A.

Referente ao valor da produção do setor primário, os principais produtos componentes do PIB do setor são a soja (27,9%), arroz (13,7%), frango (10,2%), leite (8,3%), fumo (7,1%), bovinos (6,8%) e suínos (5,5%) (FIERGS, 2017).

No quadro 2 a seguir, são apresentados os principais produtos agropecuários em volume, sua participação na produção nacional e mesorregião de predominância no Rio Grande do Sul no ano de 2015.

**Quadro 2 – Produção agropecuária do RS em 2015. Principais produtos, participação nacional e região predominante**

Lavouras	Produção (mil ton.)	% Produção nacional	Mesorregião predominante
Soja	15.700.3	16.11%	Noroeste e Cent. Ocíd.
Arroz	8.679.5	70.56%	Sudoeste e Sudeste
Milho	5.563.6	6.52%	Noroeste e Nordeste
Trigo	1.391.8	25.25%	Noroeste
Mandioca	1.155.2	5.01%	Noroeste e Cent. Orien.
Uva	876.2	58.52%	Nordeste
Cana-de-açúcar	834.5	0.11%	Noroeste e Cent. Ocíd.
Maçã	598.5	47.35%	Nordeste
Fumo	414.9	16.26%	Cent. Orien., Metrop. e Sudeste
Batata-inglesa	399.5	10.32%	Noroeste e Nordeste
Melancia	364.8	17.18%	Sudeste, Cent. Orien. e Metrop.
Laranja	356.3	2.13%	Noroeste
Aveia	310.7	61.39%	Noroeste
Erva-mate	292.3	48.55%	Noroeste
Banana	134.2	1.96%	Noroeste
Tangerina	131.4	13.15%	Metrop. e Noroeste
Pêssego	128.9	59.68%	Sudeste
Limão	16.9	1.43%	Noroeste
Pera	11.7	55.71%	Nordeste
Rebanhos	Quant.(em mil cabeças)	% Rebanho nacional	Mesorregião predominante
Galináceos	135.750.0	10.19%	Noroeste, Nordeste e Cent. Orien.
Bovino	13.737.0	6.38%	Sudoeste, Sudeste e Cent. Ocíd.
Suíno	5.949.0	14.75%	Noroeste, Nordeste e Cent. Orien.
Ovino	3.957.0	21.49%	Sudoeste e Sudeste
Codornas	599.0	2.72%	Cent. Orien. e Metrop.
Equino	535.0	9.64%	Sudoeste e Sudeste
Caprino	90.0	0.94%	Sudeste
Bubalino	63.0	4.61%	Sudoeste
Aquicultura	Quant.(em ton)	% Produção nacional	Mesorregião predominante
Carpa	12.036.4	63.73%	Cent. Oriental

Fonte: base FIERGS (2017), elaboração do autor.

Além dos produtos acima listados, cabe destacar a participação do estado na produção nacional, com 91,9% da lã, 13,1% do mel de abelha, 13,0% do leite, 22,5% da madeira para lenha e 9,2% da madeira para papel e outras finalidades, sendo que a extração de acácia negra ocorre 100% no estado (FIERGS, 2017).

No setor industrial, dados do IBGE de 2014 indicam a existência de 27.046 estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, sendo 79,4% na indústria de transformação, 19,2% na indústria de construção civil e 1,4% na indústria extrativa. Na indústria de transformação os principais segmentos, pelo Valor de Transformação Industrial – VTI total, são: alimentos (17,1%), máquinas e equipamentos (11,0%), veículos automotores (10,06%), químicos (8,86%), couro e calçados (6,62%), produtos de metal (6,67%), refino de petróleo (6,15%), borracha e

plástico (4,30%) e tabaco (4,24%) e, pelo número de empregados: alimentos (18,0%), couro e calçados (16,4%), máquinas e equipamentos (9,8%), produtos de metal (8,4%), veículos automotores (6,9%), móveis (5,7%), borracha e plástico (4,7%) e minerais não metálicos (3,5%). Quanto ao número de firmas, produtos de metal (13,1%), alimentos (12,8%), couro e calçados (12,8%), vestuário e acessórios (7,4%), máquinas e equipamentos (7,2%), móveis (7,1%) minerais não metálicos (6,1%) são os principais segmentos. O quadro 3 abaixo exhibe as três classificações lado a lado, para fins comparativos.

**Quadro 3 – Principais segmentos da indústria de transformação do RS no ano de 2014**

Por Valor de Transformação Industrial		Por número empregados em 31/12/2014		Por número de empresas	
Segmento industrial	VTI (R\$ milhões)	Segmento industrial	Empregados (mil)	Segmento industrial	Número de empresas
Alimentos	13.479,4	Alimentos	131,7	Produtos de metal	2.819
Máquinas e equip.	8.698,4	Couro e calçados	119,7	Alimentos	2.760
Veículos automotores	7.926,6	Máquinas e equip.	71,7	Couro e calçados	2.754
Químicos	6.983,1	Produtos de metal	61,5	Vestuário e acessórios	1.593
Couro e calçados	5.217,8	Veículos automotores	50,8	Máquinas e equip.	1.538
Produtos de metal	5.258,4	Móveis	41,7	Móveis	1.531
Refino de petróleo	4.850,4	Borracha e plástico	34,7	Minerais não metálicos	1.311
Borracha e plástico	3.386,0	Minerais não metálicos	26,1	Produtos de madeira	1.256
Tabaco	3.343,6	Vestuário e acessórios	25,6	Borracha e plástico	1.016
Móveis	3.118,1	Produtos diversos	18,4	Produtos diversos	693
Bebidas	2.192,5	Químicos	17,4	Manut. e rep. de maq	658
Minerais não metálicos	2.131,3	Produtos de madeira	16,9	Impressão e reprod.	567
Metalurgia	1.726,3	Equip. info. e eletrôn.	14,3	Químicos	532
Produtos diversos	1.365,1	Manut. e rep. de maq	14,1	Veículos automotores	510
Celulose e papel	1.337,1	Material elétrico	13,5	Têxteis	400
Equip. de transporte	1.281,9	Celulose e papel	11,8	Celulose e papel	309
Material elétrico	1.261,0	Metalurgia	11,6	Material elétrico	306
Manut. e rep. de maq	1.027,0	Bebidas	11,0	Metalurgia	279
Vestuário e acessórios	952,8	Têxteis	10,4	Equip. info. e eletrôn.	226
Equip. info. e eletrôn.	912,4	Impressão e reprod.	8,3	Bebidas	211
Produtos de madeira	886,6	Equip. de transporte	8,2	Tabaco	63
Têxteis	661,6	Tabaco	6,0	Farmacêuticos	54
Impressão e reprod.	582,5	Farmacêuticos	2,4	Equip. de transporte	53
Farmacêuticos	236,3	Refino de petróleo	1,5	Refino de petróleo	17

**Fonte:** IBGE – dados da indústria para 2014, selecionados e reordenados para apresentação.

No setor terciário, os principais segmentos que compõem o PIB são o comércio e serviços que respondem por 35,6% do total, seguido pelo setor público com 14,6%, serviço de profissionais liberais com 6,7%, setor financeiro com 5% e transporte e correios com 4,9% (FEE, 2017). Registrou-se um total de 753,3 mil pessoas ocupadas no comércio em 2014, gerando uma receita bruta de R\$ 232,1 bilhões naquele ano, ocupando a quinta posição nacional tanto em pessoal quanto em valor bruto, atrás de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. O quadro 4 a seguir, exhibe os dados do IBGE de 2014 para o comércio e serviços de empresas, excetuando-se o setor financeiro e públicas, em relação à receita bruta, número de empresas e empregados:

**Quadro 4 – Perfil dos principais segmentos empresariais do setor terciário não financeiro do RS em 2014**

Rio Grande do Sul		Receita bruta (R\$ 1000)	Pessoal ocupado em 31.12.2014	Número de Empresas
<b>Comércio</b>		<b>232 100 523</b>	<b>753 338</b>	<b>151 072</b>
Comércio de veículos, peças e motocicletas		29 176 725	66 421	13 804
Comércio por atacado		94 303 027	131 877	21 798
Comércio varejista		108 620 771	555 040	115 470
<b>Serviços</b>		<b>80 282 412</b>	<b>774 223</b>	<b>108 544</b>
Serviços de informação e comunicação		20 926 335	60 953	7 198
Transporte rodoviário		18 700 028	162 980	18 682
Serviços profissionais, administrativos e complementares		16 429 502	259 014	28 932
Serviços de alojamento e alimentação		7 427 513	130 548	24 541
Armazenamento e atividades auxiliares aos transportes		3 702 626	25 878	1 995
Outras atividades de serviços		3 218 681	24 104	2 884
Atividades imobiliárias		2 604 259	14 249	3 924
Outros transportes		2 515 835	6 177	123
Serviços de manutenção e reparação		1 540 438	36 726	9 989
Correio e outras atividades de entrega		982 744	13 103	912
Atividades de ensino continuado		847 053	17 548	3 519
Serviços pessoais		774 828	12 110	2 787
Atividades culturais, recreativas e esportivas		612 570	10 833	3 058

Fonte: IBGE – dados do comércio e serviços para 2014.

Com relação ao comércio exterior, conforme dados da Fundação Estadual de Economia e Estatística do RS – FEE (2016), em 2015 o Rio Grande do Sul foi o terceiro maior exportador do país, com 9,2% das exportações nacionais. Os principais destinos foram a China (27,8%), União Europeia (14,6%), Argentina (7,3%), EUA (6,8%) e Uruguai (2,4%). O quadro 5 apresenta as principais exportações gaúchas naquele ano, onde se salienta o grande peso da produção primária na pauta de exportações do estado, representando 53,21% destas.

**Quadro 5 – Exportações do RS em 2015 e variação percentual em relação ao ano de 2014**

Produto	Valor (U\$ mil FOB)	Participação (%)	Variação 2014-2015 (%)		
			Valor	Volume	Preço
<b>Total</b>	<b>17.518.130</b>	<b>100,00%</b>	<b>-6,3%</b>	<b>16,5%</b>	<b>-19,6%</b>
<b>Produtos básicos</b>	<b>9.321.761</b>	<b>53,21%</b>	<b>-5,2%</b>	<b>22,3%</b>	<b>-22,5%</b>
Soja	4.095.147	23,38%	2,7%	23,6%	-16,9%
Fumo	1.535.064	8,76%	-15,6%	2,0%	-17,2%
Carne de frango	1.134.215	6,47%	-9,8%	1,7%	-11,3%
Farelo e resíduos óleo soja	980.181	5,60%	-15,4%	10,2%	-23,2%
Carne de suíno	398.457	2,27%	-5,8%	21,8%	-22,7%
Arroz	338.777	1,93%	-9,7%	13,9%	-20,7%
Trigo	309.896	1,77%	217,5%	454,9%	-42,8%
<b>Produtos semi-manufaturados</b>	<b>1.317.312</b>	<b>7,52%</b>	<b>3,8%</b>	<b>18,5%</b>	<b>-12,5%</b>
Couros e peles	490.786	2,80%	-18,0%	-1,5%	-16,7%
Celulose	305.681	1,74%	136,0%	133,9%	0,9%
Óleo de soja	212.386	1,21%	-7,9%	5,1%	-12,4%
<b>Produtos manufaturados</b>	<b>6.688.982</b>	<b>38,18%</b>	<b>-9,2%</b>	<b>7,0%</b>	<b>-15,2%</b>
Polímeros químicos	1.059.694	6,05%	-4,3%	20,8%	-20,7%
Plataformas de perfuração *	394.181	2,25%	-	-	-

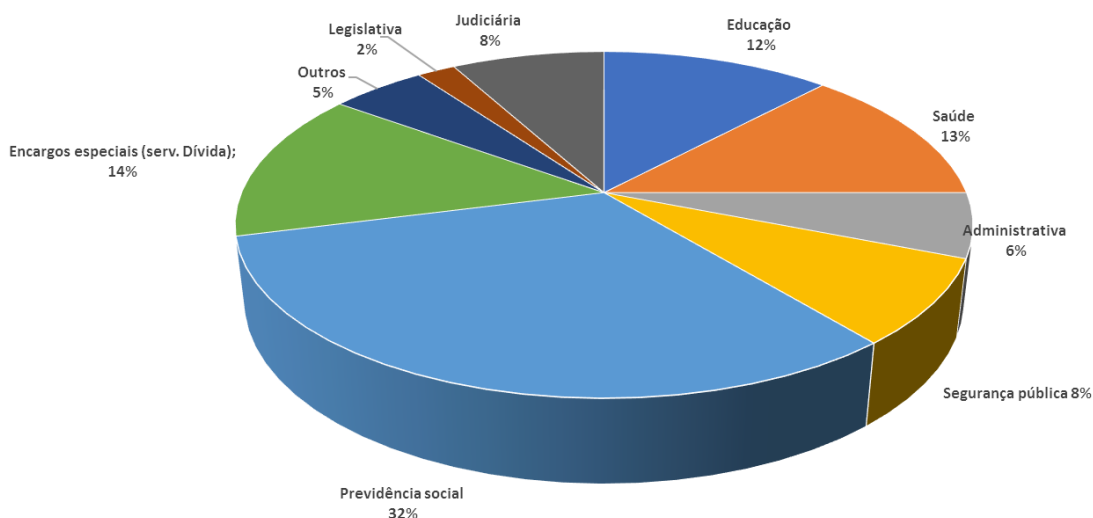
Fonte: FEE, 2016. \* Referente à venda da plataforma petrolífera P-67 para a China.

Com relação à esfera pública, de acordo com os relatórios da FEE (2016), o estado vem apresentando um crescimento na arrecadação nos últimos anos, baseado na evolução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS per capita, principal tributo estadual. No entanto, o quadro de endividamento público, com o crescimento do serviço da dívida fundada face aos modelos contratuais junto ao governo federal e a elevação das despesas correntes com pessoal e previdência social, tem consumido a maior parte das finanças estaduais, reduzindo a capacidade do estado de promover investimentos em infraestrutura e manter o custeio administrativo. Também operam negativamente para a administração pública, os efeitos da Lei Kandir de 1996, reduzindo o montante do ICMS recolhido sobre exportações, as renúncias fiscais concedidas pelo estado nas últimas décadas e os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000. Disposição do relatório FEE (2016), observa que:

A carga tributária per capita estadual vem crescendo nos últimos anos. [..]. Apesar disto, a receita de que o Estado dispõe para honrar seus compromissos (receita corrente líquida) está comprometida com pessoal e encargos sociais e as demais despesas correntes. A Previdência Pública estadual configura-se como a principal despesa do estado [..]. O atual cenário das finanças públicas do Rio Grande do Sul é bastante delicado, apresentando sucessivos déficits orçamentários e elevado nível de endividamento. (FEE, 2016. RS em números -2016, p. 22).

A figura 2 a seguir apresenta a distribuição dos gastos públicos por função e o quadro 6, a relação despesa/Receita Corrente Líquida - RCL, ambos em 2015.

**Figura 2 – Distribuição da despesa orçamentária do RS, por função, em 2015**



**Fonte:** FEE (2016), elaboração do autor.

**Quadro 6 – Despesa orçamentária por grupo de gastos e relação Despesa/RCL, RS em 2015**

<b>Grupos</b>	<b>Despesa (R\$ milhões)</b>	<b>Despesa/RCL (%)</b>
Pessoal e encargos sociais	23.964,7	79,5%
Juros e encargos da dívida	1.664,5	5,5%
Demais despesas correntes(custeio)	8.567,6	28,4%
Investimentos	403,4	1,3%
Inversões financeiras	150,8	0,5%
Amortização da dívida	2.075,4	6,9%

**Fonte:** FEE (2016, base SEFAZ/RS-Execução orçamentária 2015), elaboração do autor.

Com relação ao quadro do funcionalismo público estadual, dados de 2014 do IBGE-ESTADIC apontam a existência de 164.895 funcionários ativos na administração direta e indireta resultando em um índice de funcionários públicos ativos/População Economicamente Ativa – PEA ocupada, de 2,69%, sendo 120.466 sob regime estatutário e 44.429 celetistas ou temporários, representando, estes segundos, 26,94% do total.

Encerrando o presente capítulo, transcrevemos no quadro 7 a seguir, síntese dos principais indicadores sociais do Rio Grande do Sul elaborados pelo Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada – IPEA no ano de 2012, e passamos a analisar o estado de Santa Catarina no capítulo que se segue, para que se possam observar, em linhas gerais, as semelhanças e as diferenças entre os dois estados.

**Quadro 7 – Situação social do Brasil, Região Sul e Rio Grande do Sul**

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Sul	Rio Grande do Sul
Demografia	Taxa de fecundidade total	<b>1,90</b>	1,62	1,55
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	<b>15,33</b>	16,10	17,85
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	<b>77,37</b>	82,34	83,33
	Esperança de vida aos 60 anos <sup>1</sup>	<b>21,30</b>	21,50	21,60
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	<b>5,16</b>	2,05	2,16
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	<b>631,71</b>	778,66	773,28
	Índice de Gini	<b>54,01</b>	48,79	49,69
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) <sup>2</sup>	<b>20,00</b>	12,90	12,80
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) <sup>3</sup>	<b>94,30</b>	81,70	74,00
Seguridade	Percentual da renda com transferências	<b>20,74</b>	20,05	23,99
Trabalho e renda	Desemprego	<b>8,16</b>	5,77	5,99
	Rendimento médio do trabalho (salário)	<b>1.116,39</b>	1.261,34	1.216,45
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	<b>9,70</b>	5,46	4,60
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	<b>7,55</b>	7,93	7,82
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	<b>87,72</b>	94,87	94,31
	Acesso à energia elétrica	<b>98,82</b>	99,73	99,70
Cultura	Telefone celular no domicílio	<b>81,05</b>	88,34	91,96
	Internet no domicílio	<b>28,14</b>	34,87	32,94
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	<b>86,49</b>	91,38	92,51
	Extrema pobreza (rural)	<b>12,64</b>	3,34	3,30
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	<b>314,25</b>	511,40	559,95
	Índice de Gini (rural)	<b>49,02</b>	42,88	44,27
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	<b>625,45</b>	964,18	1.038,87
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	<b>22,77</b>	9,58	7,52
	Acesso à energia elétrica (rural)	<b>93,29</b>	98,84	98,87
	Telefone celular no domicílio (rural)	<b>54,49</b>	79,71	89,33
	Internet no domicílio (rural)	<b>4,25</b>	8,86	9,80

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

Notas: <sup>1</sup> Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.

<sup>2</sup> Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.

<sup>3</sup> Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

**Fonte:** IPEA, 2012.



## 4 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

De forma semelhante ao estudo do estado do Rio Grande do Sul, analisamos a formação socioeconômica de Santa Catarina ao longo da história, salientando momento que nos parece mais significativo em seu processo histórico pela ótica econômica. Ao final, apresentamos um painel da situação geral do estado nos anos recentes, no intuito de estabelecer um comparativo com o Rio Grande do Sul.

### 4.1 A FORMAÇÃO E A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CATARINENSE

A formação socioeconômica do estado de Santa Catarina guarda semelhanças e diferenças com a formação do Rio Grande do Sul. As semelhanças ficam por conta da ocupação extensiva relativamente tardia, do modelo de colonização via imigração e da sua fronteira comum, estabelecendo laços culturais e econômicos entre as regiões. Já as diferenças se dão, principalmente, pela motivação e forma primária de suas ocupações (Santa Catarina, fora um entreposto de abastecimento, o Rio Grande do Sul, uma fronteira a ser defendida), pelas características geográficas de cada uma das regiões, favorecendo diferentes atividades econômicas, por diferentes inserções na economia nacional e laços com os demais estados, em especial, com São Paulo e finalmente, pelos rumos que tomou a econômica de cada um dos estados diante da centralização econômica brasileira ocorrida a idos do século XX.

Santa Catarina apresenta um dos litorais mais recortados do Brasil, então repleto de mata nativa ao século XVI e dispendo de inúmeras baías e enseadas propícias à ancoragem dos navios que para ali passavam a caminho do sul do continente. Alcançando repetidamente a costa, as expedições iam deixando parte de seu contingente nos portos mais acessíveis para consolidar locais de abastecimento e manutenção de embarcações. Aos poucos, estas paragens foram se transformando em vilas e em pequenas cidades ao longo dos séculos XVI e XVII e caracterizando a atividade portuária e litorânea peculiar do leste catarinense. Desta

forma, a ocupação do estado iniciou-se pela região costeira e por colonos de descendência portuguesa vindos de São Paulo e Rio de Janeiro. Apesar da precocidade da fixação colonial-lusitana ao litoral, a ocupação do interior do estado se deu tardiamente, uma vez que a região não era propícia ao extenso plantio de cana ou café nem à extração de metais preciosos, as grandes atividades do Brasil-colônia. As primeiras atividades que ali se desenvolveram foram a pesca, o cultivo da mandioca para moagem, a produção de mel e a extração de madeira que visavam, de imediato, a subsistência, mas que, aos poucos, foram gerando pequenos excedentes comercializáveis. Estes excedentes já tinham como principal destino a capital Rio de Janeiro mas, também, as trocas com navegantes que por ali passavam, sendo esta uma característica marcante das áreas portuárias. O primeiro aspecto, da não implantação da grande lavoura colonial-exportadora nos moldes do Nordeste-Sudeste do país ou da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul, promoveu uma ocupação da área em sistema de minifúndios com limitado uso de trabalho escravo, constituindo, já nas suas origens, zonas mais homogêneas em termos de propriedade e renda. Sobre este aspecto, Cabral (1970) registra que:

Não conheceu a terra catarinense a sociedade colonial que vicejou noutras paragens, o senhor de engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos, a mestiçagem palpitando em redor. O latifúndio não se converteu em grande domínio [...]. Muito cedo iniciou-se então o regime da pequena propriedade e logo surgiu o trabalho livre. (CABRAL, 1970, p. 204).

Ainda sobre o modelo fundiário, a instituição da atividade litorânea e a não inserção no modelo produtivo escravista, observa o autor:

Em todas as vilas havia uma população na qual os ricos eram poucos ou mesmo nem sequer existiam, mas também onde a extrema pobreza era quase desconhecida. [...] O preto [escravo] só foi empregado na lavoura em número restrito e o pequeno número de cativos existentes em Santa Catarina, comparado ao de outros pontos do país, era quase todo empregado nos serviços domésticos e no carregamento de barcos ou, nestes mesmos, como tripulantes. (CABRAL, 1970, p. 93).

Já o segundo aspecto, do comércio interestadual e portuário, pode revelar a origem da economia catarinense como sendo uma economia mais aberta e adaptável ao fluxo comercial e humano externos, bem como a facilidade com que iria se conectar à economia nacional no correr dos séculos, especialmente, pelo empuxo do crescimento do estado de São Paulo, com o qual guardava estreita ligação política, administrativa e econômica.

Por muitos anos, a ocupação da zona litorânea se manteve pouco alterada. Diferentemente, no interior do estado nos idos do século XVIII, o Oeste e Norte Catarinense eram passagem obrigatória das tropas muares gaúchas que seguiam em direção à zona de mineração ao centro do país, o que levou, paulatinamente, a processos migratórios internos oriundos do Paraná e do Rio Grande do Sul na busca da extensão das áreas produtivas. Expulsando ou escravizando as tribos indígenas e miscigenadas ali existentes, instalaram-se nestas regiões grandes propriedades onde a pecuária extensiva e o extrativismo da madeira e da erva-mate eram as principais atividades<sup>11</sup>. Estas duas zonas, costeira e interiorana, mantiveram-se desconectadas por muitos anos, separadas pelas serras litorâneas e pela inexistência de vias de comunicação até fins do século XIX e início do século XX, quando ocorreria a sucessiva vinda de imigrantes alemães e italianos, em sua maioria, em novas ondas de ocupação do território catarinense. No mesmo esforço de ocupação, fez-se necessário que se abrissem estradas, bem como avançar as linhas férreas existentes, ligando o Rio Grande do Sul a São Paulo. Ao Sul do estado, a possibilidade de transporte e o descobrimento de grandes jazidas de carvão, favoreceu os investimentos na nascente atividade de exploração do minério, fazendo aumentar o número de empresas mineradoras na região.

Estes dois processos – as novas ondas de colonização europeia e comunicação intraestadual – mudaram o ritmo do desenvolvimento de Santa Catarina. A necessidade da pecuária de transporte se reduziu com a implantação das linhas ferroviárias, tendo crescido a atividade madeireira e a produção de erva-mate na região do planalto catarinense, alterando brevemente o sistema de latifúndios daquela região com a constituição de propriedades menores, com maior absorção de mão-de-obra e surgimento de atividades complementares a estas. Já o processo de colonização da região serrana pelos imigrantes, trouxe um leque de atividades variadas, a fundação de vilas e a integração de negócios que foram desde a agricultura colonial até a manufatura de ferramentas e vestuário. Sobre esta integração, Goularti Filho (2007) chama à atenção que, com poucas exceções, o uso de capital e mercadorias produzidas localmente foi a principal característica da

---

<sup>11</sup> Não há, aqui, contraposição ao exposto anteriormente e referenciado em Cabral (1970). Mesmo ocorrendo ao Norte e Oeste catarinenses, o latifúndio não foi característica dominante em Santa Catarina, comparativamente a outros estados, nem em extensão de área, nem em persistência, o que é ratificado por Goularti Filho (2007).

formação socioeconômica de Santa Catarina nesta região, favorecendo o encadeamento e a verticalização das diversas indústrias que desta iriam surgir. Cabe registrar-se aqui, breve diferença entre a atividade pecuária-charqueadora do Rio Grande do Sul e a ocorrência do latifúndio pecuarista instalado no Oeste Catarinense. Como observa Goularti Filho (2007) sobre este período:

Quando afirmamos que no período de 1880 a 1945 predominou o padrão de crescimento baseado na pequena propriedade mercantil e nas atividades tradicionais, não estamos excluindo o planalto serrano. É sabido que a grande propriedade pecuária e extrativista mercantil constituiu a base econômica do planalto serrano por um longo período. O padrão *hegemônico* no Estado [no entanto] era o da pequena propriedade, que ditava o ritmo de grande parte da economia catarinense (GOULARTI FILHO, 2007, p. 71, grifo nosso).

Embora existente e ainda presente até os dias atuais, conforme o autor, a pecuária extensiva não foi a principal força motriz da formação econômica do estado, tendo sofrido em muitas áreas, e este é um aspecto importante, modificação na sua composição quando o momento exigiu, através da substituição do gado muar e vacum pelos pequenos rebanhos de suínos e a avicultura, que iriam prover insumo à futura indústria alimentícia de embutidos e de banha. Além desta indústria, atividades ligadas às indústrias madeireira, carbonífera e têxtil iriam surgir deste processo de modificação da estrutura socioeconômica do estado, bem como as novas indústrias de móveis, papel e papelão, ramificações da extração madeireira e a de cerâmica na região carbonífera. Goularti Filho (2007), em minuciosa descrição, observa que o surgimento de todas estas atividades teve em comum a *acumulação local*, baseada na pequena propriedade colonial-agrícola.

A diversificação e a ampliação da estrutura industrial catarinense, iniciada nos anos 1940, primeiramente deve ser entendida dentro desse contexto mais amplo, e em seguida vem a capacidade interna dos agentes locais – leia-se, principalmente, o Estado – em dinamizar a economia, enganchando-a no movimento geral de acumulação. Esse dinamismo interno tem a ver com a estrutura da propriedade, que permitiu uma acumulação pulverizada, gerando condições internas para iniciar um processo de diversificação produtiva. Mesmo com a acumulação mais lenta – comum nas estruturas pulverizadas –, a pequena propriedade ganhou dimensão de grande empresa, formando grupos econômicos fortes e capazes de anular concorrentes tradicionais. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 147).<sup>12</sup>

Por outro lado, o autor chama à atenção que, não obstante suas origens, o processo que irá permitir a transformação da produção local mercantil em uma

---

<sup>12</sup> Observa-se que movimento semelhante ocorreu na região colonial Norte-Nordeste do Rio Grande do Sul.

matriz industrial capitalista, pelo qual os grupos mais destacados nas diversas atividades viriam a se tornar grandes indústrias de nível nacional, são os incentivos governamentais implementados a partir de 1962, com a sua integração nos planos de desenvolvimento nacionais que se sucederam a partir de então, consolidando o modelo capitalista industrial catarinense de forma bem mais acentuada do que ocorreu no Rio Grande do Sul.

#### 4.2 A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO CAPITALISTA INDUSTRIAL

Seguindo a periodização proposta por Goularti Filho (2007), o período de 1945 a 1962 foi de diversificação e ampliação da base produtiva em Santa Catarina, mas ainda sem a consolidação da grande indústria concentrada e integrada nacionalmente. Em função da baixa capacidade de acumulação, o processo de transformação do capital mercantil em capital industrial em Santa Catarina vai se iniciar somente em meados da década de 1940 ao passo que, nos estados mais avançados, este processo já havia se iniciado ao final da República Velha. Esta transformação se dá dentro de um processo maior de reestruturação da economia nacional, que aos poucos altera o eixo principal da acumulação do setor agrícola-exportador para o industrial de substituição de importações. Estas mudanças, por um lado exerceram um efeito de empuxe à industrialização do estado e, por outro, abriram espaço para uma maior integração da economia catarinense à economia do país, em especial naqueles setores onde as forças produtivas se encontravam em relativa evolução e puderam responder à demanda crescente que o processo de urbanização gerava. Os setores tradicionais encontraram demanda para a ampliação e para diversificação da sua produção, como a indústria alimentícia com a expansão dos frigoríficos para o cenário nacional, a indústria madeireira, passando a produzir papelão e pasta de celulose em novas empresas subsidiárias, algumas, fruto de reversão do próprio capital oriundo daquelas primeiras e a indústria têxtil, que já se encontrava em processo mais avançado de consolidação e ampliou-se via verticalização de atividades. Também novos setores surgiram, como o cerâmico, decorrente da reversão da acumulação propiciada ao setor carbonífero durante as

grandes guerras, quando o Estado se tornou consumidor monopsonista do carvão catarinense. O setor metalomecânico surge da extensão das atividades ervateiras (GOULARTI FILHO, 2007) e do necessário provimento de equipamentos para as indústrias em crescimento. O que se observa neste período, então, são diversas atividades se expandindo, ampliando o número de empresas e a difusão do capital local em novos empreendimentos.

Apesar deste fecundo momento de expansão, Goularti Filho (2007) observa que a estrutura industrial catarinense ainda se encontrava baseada em um somatório de pequenas e médias empresas, de baixa acumulação e de restrição tanto de crédito quanto de uma infraestrutura capaz de alavancar a aceleração do seu crescimento. Somente pela implantação dos planos de desenvolvimento a nível nacional que se dariam a partir de 1962, dos quais Santa Catarina se beneficiou, é que a indústria catarinense encontraria o volume de recursos e incentivos necessários para completar o processo de conversão do pequeno capital mercantil no grande capital industrial. Cita o autor que:

Do ponto de vista das forças endógenas, não foi a pulverização do capital que consolidou e integrou a indústria e a agroindústria catarinense e sim o processo de concentração e centralização de capital. O grande capital concentrado nas mãos de poucos grupos empresariais tem uma capacidade de alavancagem financeira e tecnológica muito maior do que um conjunto de micro e pequenas empresas. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 186).

Corroborou com este processo o fato de que as administrações estaduais de Santa Catarina estabeleceram planos para o desenvolvimento da indústria regional que colimaram em maior ou menor grau com os objetivos do Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG de 1964 a 1966 e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento - PND I e II dos anos 1969 a 1974 e 1975 a 1979. Mesmo durante os períodos de governo de foco liberal, a intervenção estatal na economia fez-se de modo contínuo, alterando profundamente as condições de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento da indústria. A pavimentação de estradas, a construção de hidroelétricas e a ampliação das redes de distribuição de energia e telefonia foram objeto de ação mista ou direta dos governos federal e estadual. A absorção pelo governo estadual de pequenas iniciativas privadas, criando grandes empresas como CELESC, ELETROSUL e companhias públicas de administração portuária, se fez possível pelo volume de recursos então disponibilizado. Também através dos bancos de fomento nacional e regional, criados em governos anteriores, mas

mobilizados fortemente neste momento via programas de financiamento direcionados, o capital financeiro necessário à consolidação dos grandes grupos empresariais se fez possível. Nesta fase despontam as grandes empresas catarinenses de projeção nacional como Consul, WEG motores, Sadia, Perdigão, Hering, Sulfabril, Teka, Artex, Cerâmicas Portobello, entre outras, sendo, alguns setores como o de cerâmicas, líderes nacionais do seu segmento.

Este crescimento só se fez possível graças à concentração e centralização do capital, descritas por Goularti Filho (2007), permitindo as empresas maiores incorporarem as menores e reverterem grandes volumes de capital em modernização e ampliação de seus parques fabris, mas também pela característica de grande parte das empresas serem de propriedade local, com menor evasão de recursos. Isto possibilitou que, mesmo havendo a reconfiguração da indústria em termos de quantidade e tamanho das empresas, não fosse necessariamente rompida a estrutura socioeconômica intrínseca à continuidade do desenvolvimento regional, pois não se observaram significativas reduções em postos de trabalho nem em oportunidades de investimento, dada a diversidade de atividades paralelas e correlatas.

Também a atividade agrícola foi em larga medida alterada pela disponibilidade massiva de recursos. A aquisição de maquinários e de meios de transporte e a criação de órgãos de pesquisa e apoio à produção do campo, deram origem às agroindústrias capitalistas, transformando a agropecuária em uma extensão da atividade industrial: o “agronegócio”. Mas, apesar do domínio de grandes empresas, centralizando e oligopolizando o beneficiamento de carnes, grãos e outros e gerando dependência econômica e tecnológica do produtor em torno daquelas, a estrutura fundiária de pequenas propriedades se manteve praticamente inalterada, assim como as grandes empresas mantiveram-se por muito tempo, em sua maioria, de propriedade nacional.

Em resumo, conforme Goularti Filho (2007), a indústria catarinense foi beneficiada e soube aproveitar este momento de impulsão nacional para o desenvolvimento. Escreve o autor:

Fazendo uma análise de todos os recursos liberados pelo BDE, FUNDESC, PROCAPE, BRDE, BADESC e PRODEC<sup>13</sup>, é fácil entender por que o complexo agroindustrial deu um salto quantitativo e qualitativo, por que o complexo eletro-metal-mecânico tornou-se tão dinâmico, por que a indústria de revestimentos cerâmicos rapidamente integrou-se na economia nacional e internacional e por que o Vale do Itajaí consolidou-se como o segundo polo têxtil do país. [...]. Não existe empresário inovador sem um arranjo institucional e financeiro propício à realização de novos investimentos, sem um estado de confiança, sem expectativas favoráveis e com retorno garantido. (GOULARTI FILHO, 2007, p. 217).

Ratificando as considerações do autor, permitimo-nos focar a questão por outra ótica, observando que, se o surgimento de um arranjo institucional e financeiro propício ao crescimento não encontrar uma estrutura socioeconômica que o difunda na coletividade, este crescimento e a acumulação dele provenientes irão beneficiar apenas uma parte da sociedade, mas não produzirão desenvolvimento para a região, o que não parece ser o que ocorreu em Santa Catarina, onde o desenvolvimento socioeconômico proliferou.

Comparativamente a outros estados, Goularti Filho (2007) descreve que, no decorrer dos anos 1980, década de forte recessão para a economia latino-americana, a economia catarinense cresceu acima da média nacional e credita tal fato a que a crise atingiu menos os setores em que a economia do estado era mais forte, como o carbonífero, a indústria cerâmica e o frigorífico, à abertura da economia catarinense, que direcionou parte da produção para o setor externo, favorecido pelo câmbio desvalorizado, mas, principalmente, pelo processo de crescimento bem estruturado das décadas anteriores, onde os investimentos em infraestrutura, linhas de financiamento de longo prazo e programas de incentivo ao desenvolvimento consolidaram um indústria integrada e dinâmica que pôde manter taxas constantes de inovação tecnológica e diversificar atividades no mercado intraestadual. Acreditamos que a afirmativa do autor vem ao encontro do que postulamos anteriormente: que uma economia melhor distribuída, em termos de apropriação e diversidade de produtos, tende a atravessar melhor os momentos de crise generalizada, permitindo a busca de alternativas para o investimento, o que raramente é possível em arranjos centrados na produção massiva de poucos produtos e dependente de recursos externos.

---

<sup>13</sup> Banco de Desenvolvimento do Estado (BDE), Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina (FUNDESC), Programa Especial de Apoio à Capitalização de Empresas (PROCAPE), Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Agência de Fomento de Santa Catarina S.A. (BADESC) e Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC).



A crise financeira e cambial dos anos 1980 foi o resultado de um período de elevação do endividamento externo nas duas décadas anteriores que, se por um lado comprometeu o equilíbrio fiscal e impactou o crescimento econômico naquele momento, por outro, foi fundamental para o desenvolvimento da indústria nacional em curto espaço de tempo. Mas, por força de seus efeitos, a chegada aos anos 1990 foi marcada pelo fim do modelo estatal-desenvolvimentista na maior parte dos países. O retorno ao liberalismo fez-se marcante pelos movimentos de redução do tamanho do Estado, via privatizações, desmonte de estruturas de financiamento público e liberalização do fluxo financeiro internacional. O cerne da acumulação capitalista deixa de estar na produção industrial para concentrar-se no mercado financeiro. Em Santa Catarina, assim como em todo o Brasil, esta alteração incorreu em profundas modificações na estrutura produtiva, em especial, a valorização cambial derrubou a exportação e favoreceu a entrada massiva de importações a preços com os quais a indústria nacional não pode competir, mas, também, pela contração dos programas de investimento em infraestrutura e entrada de grandes empresas estrangeiras que, contrariamente ao esperado dos investimentos diretos do exterior, não elevaram o nível de emprego e renda, dada a implantação de tecnologia de ponta e automatização de parques fabris que, elevando a produtividade em um mercado de grande oferta de mão-de-obra, não promovem a elevação de salários. O resultado para Santa Catarina foi a retração da expansão das empresas que, nos anos 1960 – 1970 haviam se projetado nacionalmente e a quase extinção de atividades como a carbonífera no Sul do estado. Convém observar também que o domínio da propriedade pelo capital estrangeiro altera o nível de retenção de excedentes e de reinvestimentos locais. Talvez o efeito mais funesto deste processo de desmonte do Estado-intervencionista seja o da falta de uma coordenação nacional para o desenvolvimento do país, tendo jogado as unidades federativas em um processo competitivo de atração de investimentos via renúncia fiscal, dentro de um quadro de finanças públicas estaduais deteriorado pela configuração de uma matriz tributária centralizadora, que se iniciou na reforma fiscal de 1966 e se consolidou na constituição de 1988. Sem o aporte federal de recursos, sem as instituições financeiras regionais e tendo que seguir metas de austeridade fiscal, os estados brasileiros passam a uma situação de completa falta de recursos para o investimento.

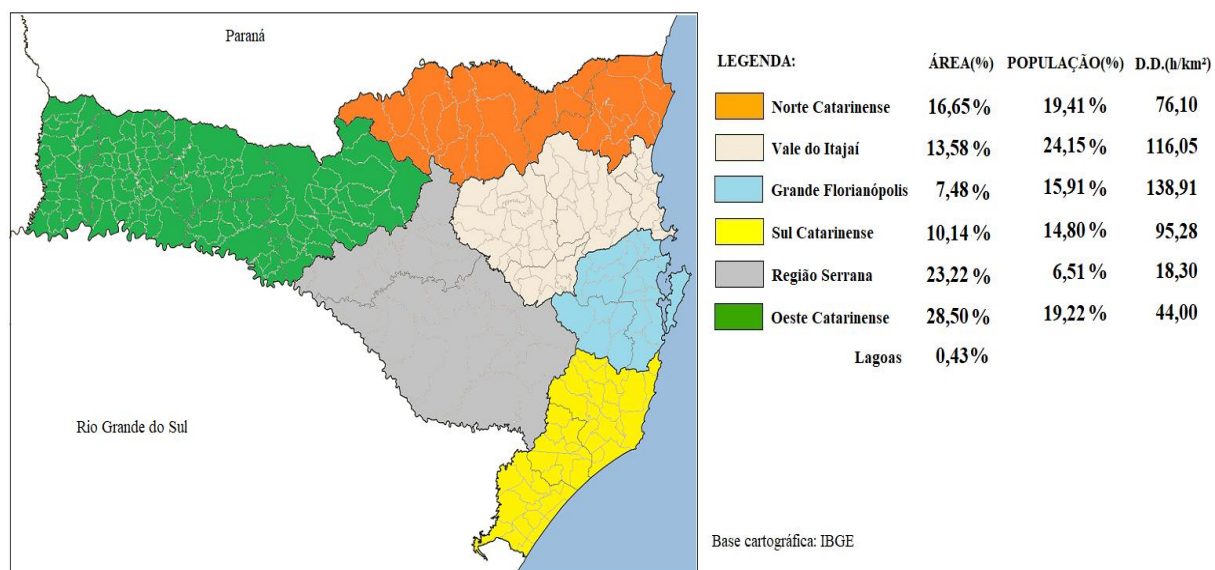
Mas mesmo neste quadro caótico do ponto de vista de um plano nacional de desenvolvimento, Goularti Filho (2007) ainda registra movimentos no investimento privado local em Santa Catarina, diversificando-se em novas atividades ou especializando-se naquelas de maior domínio. Desta forma, a estrutura industrial construída no momento áureo do crescimento não foi extinta e vem buscando se reinventar em um novo cenário mais competitivo, dinâmico e agressivo do mercado, gerando o que parece ser um viés de crescimento sustentado nos dias de hoje.

#### 4.3 SANTA CATARINA NOS DIAS ATUAIS

Segundo o IBGE (2010), Santa Catarina ocupa uma área de 95.737,9 km<sup>2</sup>, divididos em 295 municípios. Em torno de 7,0% destes, possuem área acima de 900 km<sup>2</sup> ocupando em torno de 26% do território e 93,0%, abaixo de 900 km<sup>2</sup>, ocupando 74% do território. A sua distribuição é relativamente regular, havendo alguma concentração dos municípios maiores no eixo norte-sul da região do planalto serrano, e dos menores no Oeste catarinense. No planalto serrano, os grandes municípios coincidem com a zona de pecuária extensiva e extração madeireira da formação histórica do estado, porém esta característica se altera na ocupação dos pequenos municípios no Oeste, zona que originalmente acolheu grandes latifúndios. Esta ocupação coincide, assim, com a mudança na estrutura socioeconômica ocorrida no início do século XX, passando a prevalecer a pecuária de rebanhos suínos e a avicultura.

Quanto à população, conforme dados do IBGE relativos ao censo de 2010, a população de Santa Catarina era de 6.842.436 pessoas com uma densidade populacional de 65,26 hab/km<sup>2</sup>. Seguindo o mesmo modelo utilizado para a análise do estado do Rio Grande do Sul, a divisão por mesorregiões é apresentada na figura 3, a seguir.

**Figura 3 – Mesorregiões geográficas de Santa Catarina, suas áreas, população em percentuais e densidade demográfica (IBGE, 2010)**



**Fonte:** base IBGE (2010), elaboração do autor.

A população do estado é relativamente bem distribuída, sendo exceção a Região Serrana, com baixa densidade populacional, o que se explica, em certa medida, pelas características geográficas da região. As regiões produtivas de Santa Catarina se configuram aproximadamente da seguinte forma: no Oeste Catarinense predominam as indústrias alimentícias, em especial as ligadas à pecuária de pequeno porte (galináceos e suínos) como os grandes frigoríficos e parte da indústria moveleira. Na mesorregião do Norte Catarinense, destacam-se as indústrias madeireiras e moveleira mais ao norte e de plásticos, eletro-metal-mecânicas e vestuário mais ao nordeste do estado. A região do Vale do Itajaí se destaca como polo têxtil, tecnológico, naval, pesca e de vestuário. A região Serrana responde pela indústria madeireira, de papel e celulose. No Sul Catarinense, concentram-se as indústrias cerâmicas e de extração carbonífera, mas também vestuário e plástico. Por fim, na Grande Florianópolis, o destaque são as indústrias tecnológicas, calçados, pesca e o maior polo turístico do estado, ao longo de toda a região litorânea. A composição do PIB por mesorregião, em 2014, apresentou a seguinte distribuição, exibida na tabela 2, a seguir.

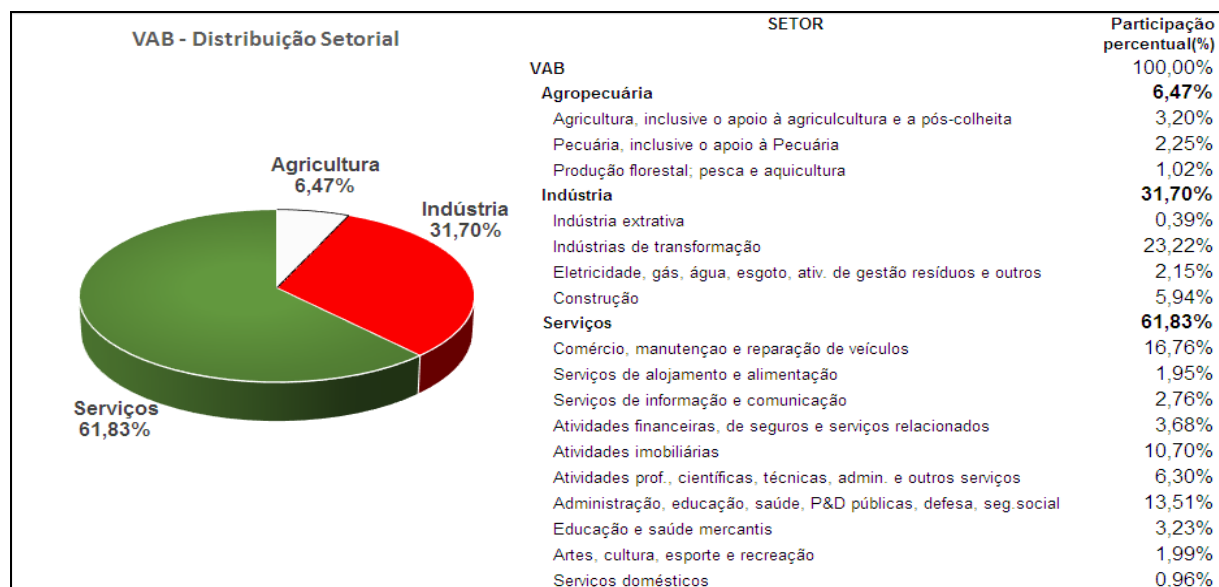
Tabela 2 – PIB, PIB/pc e PIB/área, por mesorregião de SC em 2011

Mesorregião	PIB (R\$ milhão)	PIB (%)	PIB PerCapita (R\$)	PIB/km <sup>2</sup> (R\$ mil)
Norte Catarinense	40.432	23,9%	33.332	2.536,87
Vale do Itajaí	51.786	30,6%	34.198	3.982,61
Grande Florianópolis	23.954	14,2%	23.318	3.347,12
Sul Catarinense	18.423	10,9%	19.913	1.897,47
Região Serrana	7.526	4,5%	18.499	338,52
Oeste Catarinense	26.928	15,9%	22.436	986,78
<b>Total/Média</b>	169.049	100%	(μ) 25.283	(μ) 2.151,56

Fonte: Santa Catarina. SEF/SC (2013, Relatório anual), elaboração do autor.

A análise da composição setorial da produção catarinense, para o ano de 2014, apresenta a seguinte configuração, apresentada no quadro 8 abaixo:

Quadro 8 – Composição setorial do PIB de SC. Valor adicionado bruto no ano de 2014



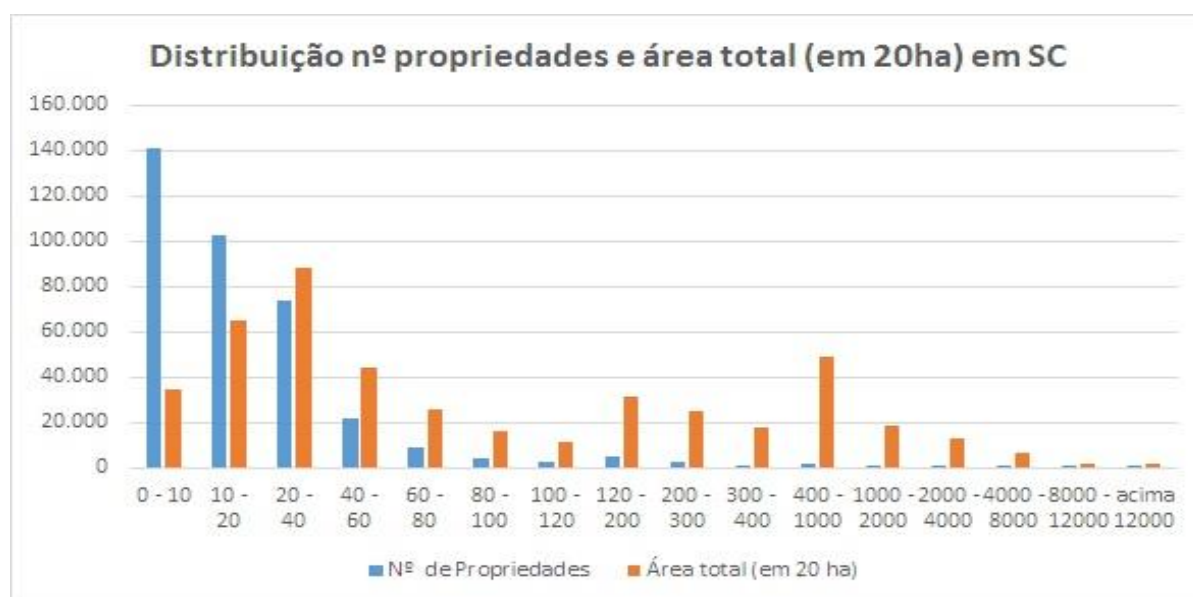
Fonte: IBGE-Estados (2014), elaboração do autor.

Em relação à agropecuária, o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE) indica a existência de 193.668 estabelecimentos agropecuários. Dados do INCRA (2016) do cadastro de propriedades de titularidade privada, sintetizados no apêndice A, apontam que 95,40% destas tem até 80 ha, ocupando 57,29% da área, 3,65% tem de 80 a 300 ha, com 18,63% da área e 0,95% tem acima de 300 ha, detendo 24,08% da área privada. Os estabelecimentos com 10 ha ou menos são 38,71% do

total, ocupando 7,69% da área e os acima de 8.000 ha, menos de 0,01% com 0,76% da área privada total.

O gráfico 2, a seguir, exhibe o comparativo ajustado entre o número de propriedades e a área total para cada categoria fundiária, onde se observa uma concentração um pouco menos acentuada nas faixas acima de 120 ha, em relação ao Rio Grande do Sul.

**Gráfico 2 – Comparativo entre nº de propriedades e área ocupada em SC**



**Fonte:** INCRA (2016), com ajustes conforme Apêndice A.

Segundo Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE (2008), os principais produtos que compuseram o PIB da agropecuária de Santa Catarina em 2008 foram: aves (27,4%), suínos (14,0%), milho (10,1%), fumo (8,3%), leite de vaca (8,1%), soja (4,4%), bovinos (4,0%), arroz (3,7%), madeiras (3,5%) e maçã (2,9%). O quadro 9 abaixo, apresenta os principais produtos agrícolas e sua participação na produção nacional.

**Quadro 9 – Produção agropecuária de SC em 2013. Principais produtos, participação nacional e região predominante**

<b>Lavouras</b>	<b>Produção (mil ton.)</b>	<b>% Produção nacional</b>	<b>Mesorregião predominante</b>
Milho	3.326,4	4,10%	Oeste Catarinense
Soja	1.586,4	1,90%	Oeste e Norte Catarinenses
Arroz	1.021,0	8,70%	Sul Catarinense
Banana	664,3	9,60%	Grande Florianópolis
Mandioca	551,3	2,60%	Sul Catarinense
Maçã	530,7	43,10%	Região Serrana
Cebola	497,0	32,30%	Vale do Itajaí
Trigo	250,2	4,40%	Oeste e Norte Catarinenses
Fumo	244,5	28,70%	Vale do Itajaí
Tomate	166,1	4,00%	Norte Catarinense e Vale do Itajaí
Feijão	135,9	4,70%	Oeste Catarinense
Batata	121,0	3,40%	Norte Catarinense e Vale do Itajaí
Erva-mate	69,7	20,22%	Oeste e Norte Catarinenses
Uva	69,5	4,80%	Grande Florianópolis
Alho	19,2	18,80%	Região Serrana
Pinhão	3,2	36,15%	Região Serrana
<b>Rebanhos</b>	<b>Quant.(em mil cabeças)</b>	<b>% Rebanho nacional</b>	<b>Mesorregião predominante</b>
Galináceos	152.982,7	12,25%	Oeste e Sul Catarinenses
Suíno	6.270,8	17,07%	Oeste Catarinense
Bovino	4.201,6	1,98%	Norte Catar. e Vale do Itajaí
Codornas	859,3	4,73%	Oeste e Sul Catarinenses
Ovino	295,2	1,71%	Oeste Catarinense
Equino	118,3	2,23%	Região Serrana
Caprino	50,5	0,58%	Oeste Catarinense
Bubalino	10,4	0,78%	Região Serrana
<b>Aquicultura</b>	<b>Quant.(em ton)</b>	<b>% Produção nacional</b>	<b>Mesorregião predominante</b>
Ostras, vieiras e mexilhões	18.816,6	97,20%	Litoral Norte a Sul
Carpa	3.550,7	18,80%	Oeste e Sul Catarinenses
Truta	347,1	36,30%	Oeste e Sul Catarinenses
Sementes de moluscos	62,0	92,50%	Litoral Norte a Sul

Fonte: FIESC (2016), elaboração do autor.

Destaca-se a participação catarinense na produção de maçãs, cebola, erva-mate, fumo e pinhão, bem como a quase totalidade nacional da cultura de moluscos, realizada na Zona Litorânea. Além destes produtos, o estado também participa na produção de lã, mel de abelha e madeira do mercado nacional. Na indústria extrativa, destaca-se a atividade carvoeira do Sul Catarinense que detém as maiores reservas de carvão mineral do país.

No setor industrial, dados de 2014 indicam a existência de 27.471 estabelecimentos industriais em Santa Catarina, 81,3% na indústria de transformação, 17,6% na indústria de construção civil e 1,1% na indústria extrativa (IBGE, 2014). Conforme mostra o quadro 10, a seguir, na indústria de transformação os principais segmentos são: em termos de Valor de Transformação Industrial (VTI): alimentos (20,9%), vestuário e acessórios (10,6%), material elétrico (9,7%), máquinas e equipamentos (7,1%), têxteis (7,0%), borracha e plástico (6,1%), metalurgia (6,1%) e celulose e papel (4,5%). Com relação ao número de empresas: vestuário e acessórios (24,1%), alimentos (10,8%), metalurgia (9,4%), produtos de madeira (8,3%), minerais não metálicos (7,9%), móveis (7,0%), têxteis (6,1%), máquinas e equipamentos (5,1%). Quanto ao número de empregados: vestuário (17,6%), alimentos (16,5%), têxteis (8,8%), produtos de madeira (6,3%), borracha e

plástico (6,1%), máquinas e equipamentos (6,0%), material elétrico (5,9%), minerais não metálicos (5,4%).

**Quadro 10 – Principais segmentos da indústria de transformação de SC em 2014**

Por Valor de Transformação Industrial Segmento industrial	VTI (R\$ milhões)	Por número empregados em 31/12/2014 Segmento industrial	Empregados (mil)	Por número de empresas Segmento industrial	Número de empresas
Alimentos	12.340,22	Vestuário e acessórios	122,6	Vestuário e acessórios	4.768
Vestuário e acessórios	6.222,99	Alimentos	114,7	Alimentos	2.137
Material elétrico	5.708,58	Têxteis	61,5	Produtos de metal	1.849
Máquinas e equip.	4.207,61	Produtos de madeira	43,8	Produtos de madeira	1.649
Têxteis	4.137,69	Borracha e plástico	42,6	Minerais não metálicos	1.572
Borracha e plástico	3.589,82	Máquinas e equip.	41,7	Móveis	1.385
Metalurgia	3.587,73	Material elétrico	41,6	Têxteis	1.200
Celulose e papel	2.641,98	Minerais não metálicos	37,6	Máquinas e equip.	1.013
Minerais não metálicos	2.600,97	Produtos de metal	36,0	Borracha e plástico	818
Produtos de metal	2.311,98	Móveis	31,0	Manut e rep de maq	572
Produtos de madeira	2.133,78	Veículos automotores	24,5	Impressão e reprod.	442
Veículos automotores	2.052,16	Celulose e papel	20,9	Produtos diversos	366
Químicos	1.397,77	Metalurgia	13,7	Químicos	331
Móveis	1.156,49	Químicos	10,1	Veículos automotores	292
Bebidas	1.102,95	Couro e calçados	10,0	Material elétrico	284
Equip. de transporte	718,47	Manut e rep de maq	8,9	Celulose e papel	275
Produtos diversos	555,31	Produtos diversos	7,6	Couro e calçados	230
Tabaco	524,55	Equip. de transporte	7,0	Metalurgia	211
Manut e rep de maq	490,27	Impressão e reprod.	6,0	Equip. info. e eletrôn.	129
Couro e calçados	485,05	Equip. info. e eletrôn.	5,1	Bebidas	89
Equip. info. e eletrôn.	409,64	Bebidas	5,0	Equip. de transporte	70
Impressão e reprod.	342,88	Farmacêuticos	2,4	Tabaco	29
Farmacêuticos	336,68	Tabaco	0,7	Farmacêuticos	24
Refino de petróleo	52,81	Refino de petróleo	0,4	Refino de petróleo	18

Fonte: IBGE – dados da indústria para 2014, selecionados e reordenados para apresentação.

Para o comércio e serviços, dentro do segmento empresarial não financeiro e excluído o setor público, conforme dados do IBGE de 2014, o setor terciário apresenta a seguinte estrutura com relação à receita, número de empresas e empregados, exibida no quadro 11, abaixo:

**Quadro 11 – Perfil do segmento empresarial não financeiro de SC em 2014**

Santa Catarina	Receita bruta (R\$ 1000)	Pessoal ocupado em 31.12.2014	Número de Empresas
<b>Comércio</b>	<b>168 050 261</b>	<b>526 291</b>	<b>93 176</b>
Comércio de veículos, peças e motocicletas	23 001 594	53 559	8 339
Comércio por atacado	75 885 712	106 047	17 668
Comércio varejista	69 162 955	366 685	67 169
<b>Serviços</b>	<b>55 944 815</b>	<b>560 945</b>	<b>76 095</b>
Serviços de informação e comunicação	12 554 601	42 397	4 057
Transporte rodoviário	12 195 434	105 417	14 662
Serviços profissionais, administrativos e complementares	11 382 506	181 338	18 339
Serviços de alojamento e alimentação	6 215 944	109 011	17 990
Armazenamento e atividades auxiliares aos transportes	4 704 625	20 053	1 226
Atividades imobiliárias	2 405 740	10 041	3 954
Outras atividades de serviços	1 775 611	20 951	1 975
Outros transportes	1 577 961	3 130	76
Serviços de manutenção e reparação	987 881	30 703	7 799
Correio e outras atividades de entrega	709 804	7 593	470
Atividades culturais, recreativas e esportivas	574 205	10 083	2 133
Serviços pessoais	502 984	9 633	1 898
Atividades de ensino continuado	357 519	10 595	1 516

Fonte: IBGE – dados do comércio e serviços para 2014.

Sobre o turismo no estado, dados da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC (2015) em painel para o mês de fevereiro de 2014, apontam um movimento estimado de 1,89 milhão de turistas no mês, com a geração de receita

estimada em R\$ 1.812,14 milhões no período. Em sua grande maioria (89%) provém do próprio país, principalmente turismo interno de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, sendo estimados em torno de 75% em viagens de turismo e 25% a negócios. O mercado de turismo em Santa Catarina tem sido o propulsor de investimentos em infraestrutura em diversas regiões do estado, gerando postos de trabalho e consumo para as indústrias de vestuário e alimentos.

Em relação ao comércio exterior, dados do relatório resumo da FIESC para o ano de 2015, exibido no quadro 12 a seguir, apontam a que os principais produtos exportados por Santa Catarina são: carnes de frango e suínos, máquinas e aparelhos eletromecânicos, madeira e carvão, soja e derivados (brutos), fumo em folhas, produtos da aquicultura, papel e pasta de celulose, móveis e cerâmicos. Os cinco principais compradores, em ordem de valor neste ano foram: Estados Unidos, China, Japão, Rússia e Argentina.

**Quadro 12 – Exportações de SC em 2015 e variação percentual em relação ao ano de 2014**

Produto	Valor (US\$ FOB mil) 2015	Valor (US\$ FOB mil) 2014	Varição 2015/2014
Carnes e miudezas, comestíveis	2.049.276,7	2.531.469,4	-19,05%
Máquinas e aparelhos mecânicos, e suas partes	1.105.588,3	1.304.768,2	-15,27%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes	611.191,2	807.934,1	-24,35%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	595.657,8	574.788,4	3,63%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes	582.932,5	834.266,7	-30,13%
Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	540.399,3	550.477,1	-1,83%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos	282.957,4	382.398,6	-26,00%
Papel e cartão, pasta de celulose	250.782,1	235.804,9	6,35%
Móveis, mobiliário e semelhantes	214.148,9	214.231,2	-0,04%
Produtos cerâmicos	125.605,4	121.193,5	3,64%

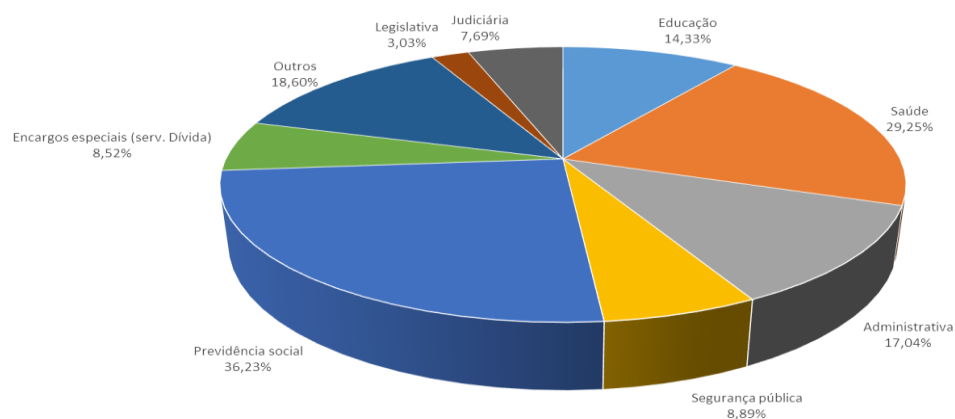
**Fonte:** FIESC – resumo exportações 2015.

Com relação ao setor público, balanço do ano de 2015 publicado pelo governo de estado de Santa Catarina destaca algumas ações que, conforme publicação, puderam evitar a tendência nacional de elevação de impostos para o reequilíbrio das finanças públicas. Entre estas ações, se destacam uma reorganização administrativa com foco na redução de custos e uma reforma na previdência estadual. No que se refere aos investimentos, especial ênfase foi dada à área de transporte e turismo, um dos principais setores em crescimento na economia



catarinense. Também investimentos em modelo de parcerias público-privadas são mencionados, com principal foco em infraestrutura portuária, mobilidade e segurança pública. A figura 4 a seguir, mostra a distribuição da despesa orçamentária por função e o quadro 13, por grupos de gastos, ambos em 2015.

**Figura 4 – Distribuição da despesa orçamentária de SC, por função, em 2015**



**Fonte:** Santa Catarina. SEF/SC. Elaboração do autor.

**Quadro 13 – Despesa orçamentária por grupo de gastos e relação Despesa/RCL, SC em 2015**

Grupos	Despesa (R\$ milhões)	Despesa/RCL (%)
Pessoal e encargos sociais	13.473,0	58,6%
Juros e encargos da dívida	957,0	4,2%
Demais despesas correntes(custeio)	5.775,0	25,1%
Investimentos	1.816,0	7,9%
Inversões financeiras	123,0	0,5%
Amortização da dívida	835,0	3,6%

**Fonte:** Santa Catarina. SEF/SC. Elaboração do autor.

Sobre o quadro do funcionalismo público, os dados de 2014 do IBGE-ESTADIC (2014) apontam a existência de 77.810 funcionários ativos na administração direta e indireta, sendo o índice de funcionários públicos ativos/PEA ocupada de 2,12% (IBGE PNAD – 2014). Deste total, 45.251 funcionários estavam sob o regime estatutário e 32.559 eram celetistas ou temporários, representando 41,84% do quadro.

Encerramos com a síntese do IPEA (2012) dos principais indicadores sociais de Santa Catarina, apresentada a seguir, e passamos à análise comparativa dos dados selecionados em ambos os estados.

**Quadro 14 – Situação social do Brasil, Região Sul e Santa Catarina**

Áreas de atuação política	Indicadores	Resultados/valores mais recentes		
		Brasil	Sul	Santa Catarina
Demografia	Taxa de fecundidade total	<b>1,90</b>	1,62	1,65
	Razão de dependência de idosos (60 ou mais)	<b>15,33</b>	16,10	14,14
Previdência social	Cobertura da população idosa (60 ou mais)	<b>77,37</b>	82,34	86,68
	Esperança de vida aos 60 anos <sup>1</sup>	<b>21,30</b>	21,50	21,70
Pobreza e desigualdade	Extrema pobreza	<b>5,16</b>	2,05	1,38
	Renda domiciliar <i>per capita</i>	<b>631,71</b>	778,66	864,66
	Índice de Gini	<b>54,01</b>	48,79	45,75
Saúde	Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) <sup>2</sup>	<b>20,00</b>	12,90	12,80
	Taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) <sup>3</sup>	<b>94,30</b>	81,70	35,40
Seguridade	Percentual da renda com transferências	<b>20,74</b>	20,05	18,24
Trabalho e renda	Desemprego	<b>8,16</b>	5,77	5,06
	Rendimento médio do trabalho (salário)	<b>1.116,39</b>	1.261,34	1.372,57
Educação	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais)	<b>9,70</b>	5,46	4,92
	Número médio de anos de estudos (15 anos ou mais)	<b>7,55</b>	7,93	8,17
Saneamento e habitação	Abastecimento adequado de água	<b>87,72</b>	94,87	91,91
	Acesso à energia elétrica	<b>98,82</b>	99,73	99,97
Cultura	Telefone celular no domicílio	<b>81,05</b>	88,34	86,06
	Internet no domicílio	<b>28,14</b>	34,87	38,76
Desenvolvimento agrário	Cobertura da população idosa (rural)	<b>86,49</b>	91,38	96,02
	Extrema pobreza (rural)	<b>12,64</b>	3,34	2,10
	Renda domiciliar <i>per capita</i> (rural)	<b>314,25</b>	511,40	529,28
	Índice de Gini (rural)	<b>49,02</b>	42,88	36,13
	Rendimento médio do trabalho (salário) (rural)	<b>625,45</b>	964,18	993,66
	Taxa de analfabetismo (15 anos ou mais) (rural)	<b>22,77</b>	9,58	8,88
	Acesso à energia elétrica (rural)	<b>93,29</b>	98,84	99,95
	Telefone celular no domicílio (rural)	<b>54,49</b>	79,71	71,65
	Internet no domicílio (rural)	<b>4,25</b>	8,86	9,52

Fontes: PNAD 2009/IBGE e Ripsa/MS.

Notas:<sup>1</sup> Os valores da esperança de vida aos 60 anos apresentados representam 2008.

<sup>2</sup> Os valores da taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) apresentados representam 2007.

<sup>3</sup> Os valores da taxa de homicídio masculina (15 a 29 anos) apresentados representam 2007.

**Fonte:** IPEA, 2012.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

A seguir, apresentamos os resultados da análise feita sobre os dados selecionados relativos ao crescimento econômico, estrutura da propriedade e da renda e indicadores do desenvolvimento social, em períodos que variam de 1970 a 2015, para os estados em estudo.

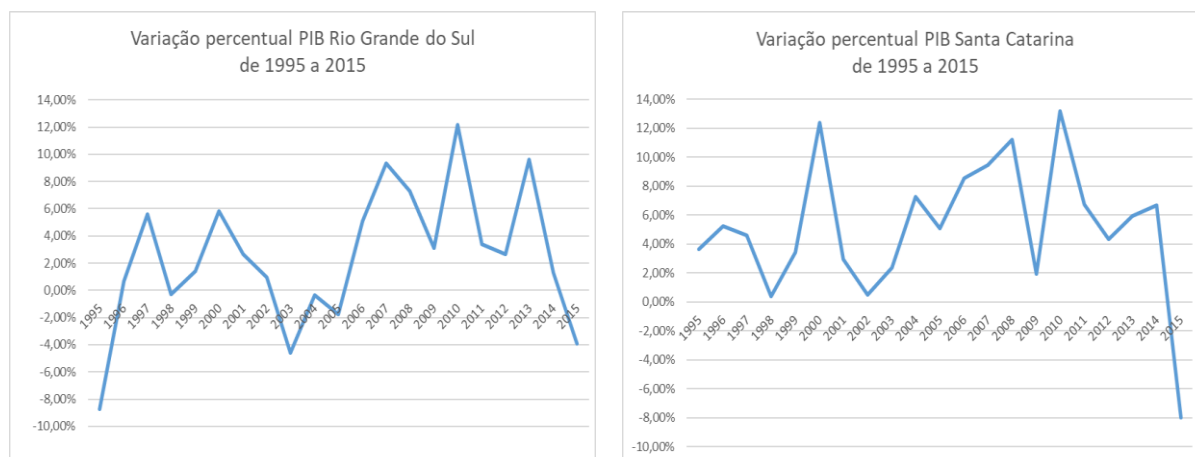
### 5.1 ANÁLISE DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Para a análise do crescimento econômico, foram selecionados os dados do valor adicionado bruto – VAB municipal dos estados em estudo do período de 1986 a 2015, disponíveis nas séries históricas do IBGE que dão a referência necessária ao perfil comparativo que buscamos. Os dados foram agrupados por mesorregiões/ano e distintos pelo PIB agropecuário, industrial, de serviços privados, serviços públicos, impostos e total. Uma síntese destes dados é apresentada nos apêndices B, C e D. Onde utilizada a exposição gráfica, limitamos o período para os anos de vigência do Real, de 1994 em diante, evitando as distorções que as consecutivas conversões monetárias ocorridas em 1986, 1989, 1990, 1993 e 1994 provocam, mas sem prejuízo ao nosso estudo visto que nosso foco está no viés do crescimento. Para a análise específica do perfil das mesorregiões, observamos o período de 2002 a 2015, cujos dados são mais abrangentes.

Os dados mostram que o PIB gaúcho foi maior que o catarinense ao longo de toda a série, sendo quase 2,3 vezes o segundo no ano de 1986, mas esta proporção se apresenta em declínio, notadamente de 1994 em diante, com o PIB do Rio Grande do Sul equivalendo a aproximadamente 1,5 vezes o catarinense em 2015. Embora em grandes linhas ambos os estados apresentem um comportamento semelhante diante das oscilações econômicas nacional e externa, Santa Catarina apresentou uma taxa de crescimento média de 5,14% a.a. de 1994 a 2015 contra 2,46% a.a. no Rio Grande do Sul, no mesmo período. Santa Catarina também parece apresentar uma oscilação mais *positiva* na variação do seu crescimento em

relação ao Rio Grande do Sul no período, no sentido de que, excetuando-se o ano de 2015, não apresentou resultado negativo de seu PIB ao longo do período, o que pode indicar uma melhor absorção dos choques externos, em sua economia. O gráfico 3 abaixo, exibe a variação do PIB de 1995 a 2015, nos estados.

**Gráfico 3 – Variação do PIB do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina de 1995 a 2015**



**Fonte:** IBGE-SIDRA. Variação anual do PIB corrigida pelo IPCA (IBGE), elaboração do autor.

O perfil da produção total por mesorregiões, brevemente exibido nos capítulos anteriores, se apresenta com maior disparidade na geração do produto entre as mesorregiões do estado do Rio Grande do Sul do que nas de Santa Catarina, quando de uma análise mais extensa dos dados, ratificando que esta é mais homogênea no segundo estado. No Rio Grande do Sul, a metade (50%) mais produtiva responde por aproximadamente 81% da produção e a menos produtiva, por 19%. Já em Santa Catarina, a metade mais produtiva, representa 71% da produção e a menos produtiva, 29% desta.

Quanto ao comportamento setorial, ambos os estados apresentam uma redução na participação da agropecuária e da indústria e uma elevação da participação do setor de serviços ao longo da série analisada, seguindo uma tendência da economia mundial, no entanto, a variação dos índices se apresenta com alguma diferença nos dois estados, conforme tabela 3 a seguir.

**Tabela 3 – Participação setorial no PIB do RS e SC em 1996 e 2015**

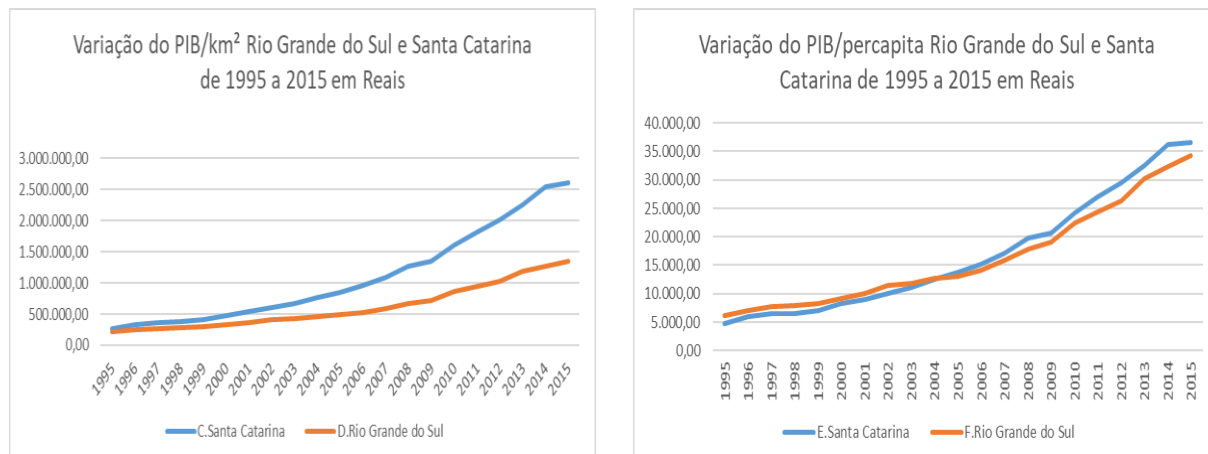
Estado-ano / Setor		Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública	Impostos
Rio Grande do Sul	1986	18,35%	27,65%	29,19%	10,29%	14,53%
	2015	8,18%	20,27%	46,07%	12,76%	12,72%
Santa Catarina	1986	18,18%	34,86%	23,52%	8,93%	14,50%
	2015	5,01%	24,20%	43,51%	11,46%	15,82%

**Fonte:** IBGE-SIDRA, elaboração do autor.

No Rio Grande do Sul, apesar da significativa redução da participação do setor primário na composição do PIB, esta ainda mantém uma participação maior do que em Santa Catarina, o que condiz com uma maior resistência da estrutura produtiva agropecuária gaúcha a mudanças (BENETTI, 2010). Em Santa Catarina, destaca-se a grande redução da participação do setor industrial que, em 1986, era o mais representativo na composição do PIB, o que pode decorrer dos períodos de restrições do crédito e da abertura da economia às importações na década de 1990. Fato relevante, é a redução percentual da participação dos impostos no PIB gaúcho diante de uma elevação na participação deste no PIB catarinense, o que pode estar relacionado ao nível ou ao perfil da produção. A redução da intensidade da atividade produtiva, associada aos não repasses de compensações da Lei Kandir pela União e que impacta com maior intensidade economias baseadas na produção primária voltada à exportação, podem estar na origem desta queda da *participação* da arrecadação no montante do PIB, que no Rio Grande do Sul recuou 13% em relação ao nível de 1986, enquanto, em Santa Catarina, elevou-se em torno de 10%, de 1986 para 2015.

Quando observado o PIB/área, Santa Catarina apresenta uma melhor relação da produção por km<sup>2</sup> em toda a série de dados, sendo 28% superior à mesma relação no Rio Grande do Sul em 1986, e chegando a 92% superior a este em 2015. Em relação ao PIB/pc, o Rio Grande do Sul apresenta melhores índices de 1986 até o início dos anos 2000, quando Santa Catarina passa a apresentar níveis mais elevados, com uma tendência de crescimento ligeiramente superior deste índice. Este comportamento é apresentado no gráfico 4 a seguir, para o período de 1995 a 2015.

**Gráfico 4 – Variação do PIB/área e PIB/pc do RS e SC de 1995 a 2015**



**Fonte:** IBGE-SIDRA. PIB a preços nominais. População estimada a taxas de crescimento de 1,1% a.a. em Santa Catarina e 0,7% a.a. no Rio Grande do Sul conforme IBGE(2010), elaboração do autor.

Um aspecto a salientar, é que este maior crescimento do PIB/pc catarinense se dá, ainda, em um contexto em que a redução de crescimento populacional naquele estado tem sido menos intensa do que no Rio Grande do Sul, conforme dados do IBGE (2010) que analisaremos adiante, o que intensifica a significância desta diferenciação entre os estados.

Diante do exposto, relativo ao crescimento econômico nos estados em estudo no período analisado de 1986 a 2015, se pode considerar que o Rio Grande do Sul apresenta valores absolutos de produção maiores que Santa Catarina, mas quando observado o viés de crescimento, a produção/área e a produção per capita, Santa Catarina apresenta um melhor aproveitamento, em termos gerais, de sua área e um viés de crescimento econômico mais dinâmico que o Rio Grande do Sul nas últimas décadas. Um outro aspecto de destaque é a queda na participação dos impostos no PIB gaúcho, que aponta para uma relativa redução na atividade econômica do estado ou na *eficiência econômica* desta. Por um ou outro aspecto, é fator que contribui negativamente para o reequilíbrio das contas públicas do estado.

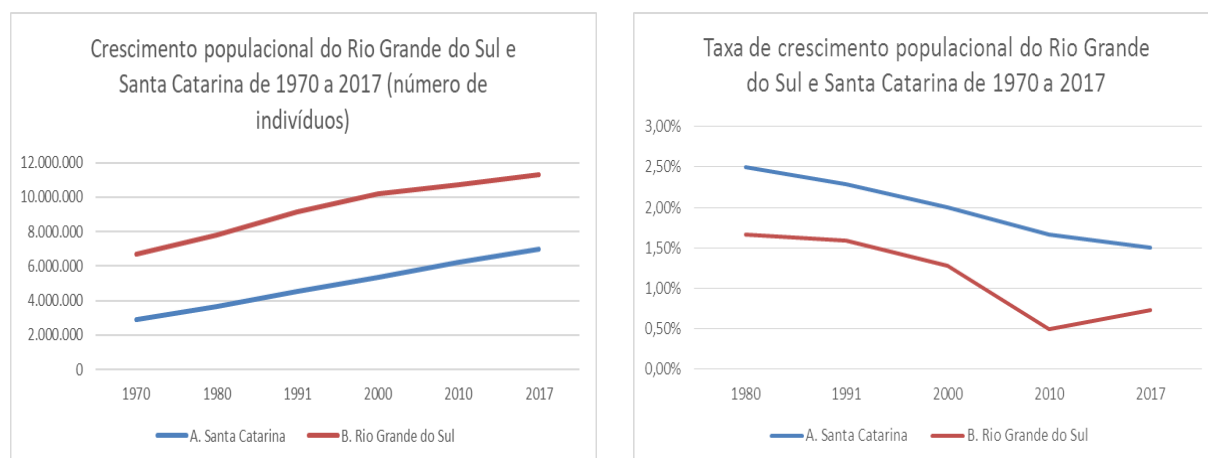
Dada a relação existente entre produtividade e população economicamente ativa – PEA, faz-se necessário observar o crescimento e a composição populacional dos estados, o que fazemos a seguir.

## 5.2 ANÁLISE DO CRESCIMENTO PUPULACIONAL

A análise do crescimento populacional foi feita sobre dados do Censo Demográfico decenal do IBGE, de 1970 a 2017 (projeção) e PNAD/IBGE para os anos de 2001 a 2015, cuja síntese é apresentada no apêndice E – Resumo população, taxa de crescimento e proporcionalidade entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina de 1970 a 2017 e composição etária dos estados de 2001 a 2015.

O crescimento populacional absoluto dos dois estados não apresenta, de imediato, comportamento significativamente diferente entre si, estando em conformidade com uma tendência nacional, pela qual, o crescimento demográfico nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina vem apresentando taxas decrescentes nas últimas décadas em função da redução no número de nascimentos, mesmo tendo em contrapartida um aumento da expectativa de vida. As taxas, no entanto, se diferenciam de estado para estado sendo esta redução, pelos dados do IBGE para os anos censitários, menos intensa em Santa Catarina, onde a taxa de crescimento populacional se reduz em 39%, de 2,5% a.a. em 1980 para 1,5% a.a. em 2017. Já no Rio Grande do Sul, esta passa de 1,66% em 1980 para 0,74% em 2017, uma redução de 56%. O gráfico 5, a seguir, apresenta o perfil da variação do crescimento populacional nos estados.

**Gráfico 5 – Crescimento demográfico e taxa de crescimento no RS e SC, de 1970 a 2017**



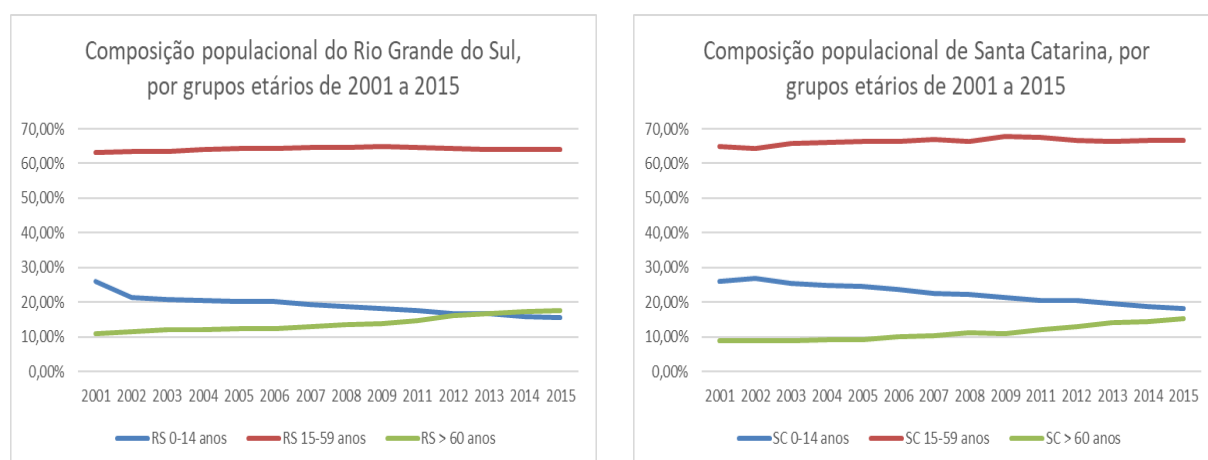
**Fonte:** IBGE-SIDRA. Censo demográfico decenal, elaboração do autor.

Observando-se a composição populacional em relação aos grupos etários ao longo do período de 2002 a 2015, sobre dados da PNAD/IBGE, também de acordo com um padrão nacional, a queda da natalidade e o aumento da expectativa de vida vêm alterando a composição etária da população nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina nas últimas décadas. Esta mudança de configuração tem impactos diretos de ordem socioeconômica, pois as faixas abaixo de quinze e acima de sessenta anos concentram a população “dependente economicamente”. Já a faixa de quinze a cinquenta e nove anos concentra a força de trabalho mais ativa da população. Marilene Dias Bandeira (2010) em pesquisa sobre as últimas três décadas da economia gaúcha, sintetiza algumas observações sobre a questão da composição etária da população. Conforme observa, um aumento na faixa de concentração da população economicamente ativa, em situações normais de absorção da mão de obra, amplia o nível da produção e, conseqüentemente, da renda, impostos e investimento, ou seja, promove crescimento econômico. Já a elevação do percentual de idosos tende a elevar as transferências de renda, através dos gastos com previdência e saúde. Já uma redução da taxa de natalidade, se ao nível ou abaixo do índice de reposição, associada ao aumento da longevidade, incorre no gradativo envelhecimento da população com uma tendência à redução do crescimento econômico, pelos mesmos aspectos acima citados. Os motivos para a redução da natalidade, conforme cita, podem estar associados a alterações na taxa de fertilidade em uma região, mas os estudos apresentados pela autora apontam a que os principais fatores são o aumento da urbanização e do nível informacional das mães, o que promove a redução espontânea do número de filhos. Já o aumento da longevidade tem relação direta com a qualidade de vida, através do acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento. Dos dados analisados, observa-se que a população idosa em Santa Catarina aumentou em torno de 108% de 2001 a 2015, diante de um aumento próximo a 75% no Rio Grande do Sul no mesmo período. O aspecto dos fluxos migratórios, em especial na faixa da população economicamente ativa, também se reflete na capacidade produtiva de uma região. Relatórios do IPEA (2012), indicam fluxo migratório negativo no Rio Grande do Sul na faixa etária de jovens e positivo em Santa Catarina, na mesma faixa nas últimas décadas.

A variação da composição populacional por grupos etários nos últimos anos, é apresentada no gráfico 6, a seguir, para ambos os estados.



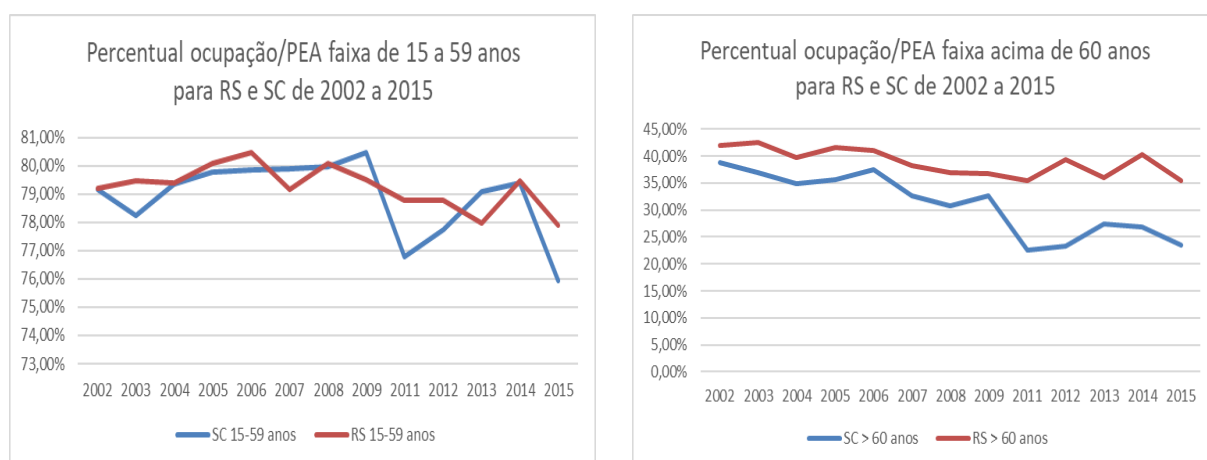
**Gráfico 6 – Composição populacional por grupos etários no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, de 2001 a 2015**



**Fonte:** PNAD/IBGE, elaboração do autor.

Observados os dados relativos à ocupação dos indivíduos, em Santa Catarina houve uma pequena elevação de 2,31% na faixa de quinze a cinquenta e nove anos, enquanto no Rio Grande do Sul, ocorreu uma breve queda de -0,21%, na mesma faixa e período. Embora estas variações sejam aparentemente pouco significativas, ratificam o efeito da composição etária na PEA, conforme descrito por Bandeira (2010) e podem apontar um dos motivos para as diferenças de produtividade entre os estados, descritas no subcapítulo anterior relativo ao crescimento per capita. Em ambos os estados há redução percentual na participação da faixa até quinze anos, o que pode indicar um aumento no número de anos de escolaridade, em ambos os estados. Salienta-se a elevação da participação percentual da faixa acima de sessenta anos, também, em ambos os estados, sendo bem mais representativa no Rio Grande do Sul, onde elevou-se em 31% do que em Santa Catarina, onde o aumento foi de 6%. Esta elevação pode resultar de mudanças tanto na longevidade, quando na estrutura de aposentadorias, mas a diferença dos índices entre os estados, pode estar relacionada à necessidade de suprimento de mão de obra economicamente ativa onde se faz escassa na faixa de quinze a cinquenta anos. Já pela ótica do percentual de ocupação em relação à população total, o gráfico 7 a seguir, apresenta a variação da população ocupada em relação à população total para os grupos de quinze a cinquenta e nove anos e acima de sessenta anos, em ambos os estados, com base nos dados da PNAD/IBGE de 2002 a 2015.

**Gráfico 7 – Pessoal ocupado/população para grupos etários selecionados no RS e SC de 2002 a 2015**



**Fonte:** PNAD/IBGE, elaboração do autor.

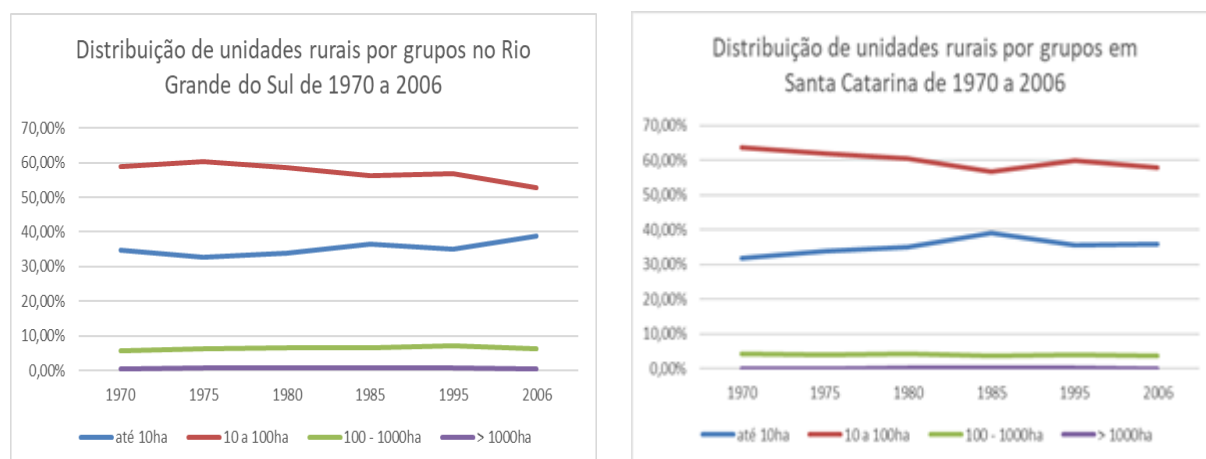
Os gráficos acima apontam a que o Rio Grande do Sul apresenta uma menor oscilação na ocupação (emprego) na principal faixa da PEA (15 a 59 anos) e confirmam uma maior permanência da população idosa no mercado de trabalho neste estado, em comparação à Santa Catarina.

A manutenção de uma proporção populacional maior na principal faixa da PEA (15 a 59 anos) em Santa Catarina em função de melhores índices relativos de crescimento e saldos migratórios positivos, pode ser uma das respostas, como antes mencionado, para uma melhor produtividade no estado. Cabe lembrar, no entanto, que para o crescimento econômico não basta apenas a ampliação da oferta da mão de obra, o emprego depende de fatores conjunturais (macroeconômicos) e também estruturais (estrutura produtiva). Se considerarmos que os fatores conjunturais, em prazos longos, devem atuar de forma não muito distinta sobre a economia de ambos os estados, podemos supor a influência dos fatores estruturais como origem para as diferenças de viés de crescimento que ambas as economias estaduais apresentam. Entende-se que parte destes fatores estruturais se referem a um modelo produtivo mais diversificado encontrado em Santa Catarina, onde a ocupação espacial é mais homogênea, a renda aponta a uma menor concentração e onde os demais indicadores sociais parecem ser mais atrativos, atualmente, do que no Rio Grande do Sul. Passamos, então, a uma análise sobre a propriedade, a renda e volume de empresas para, mais adiante, observarmos os demais indicadores socioeconômicos.

### 5.3 ANÁLISE DA PROPRIEDADE, DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DO NÚMERO DE EMPRESAS

Iniciamos pela análise da propriedade rural, para a qual utilizou-se dados do Censo Agropecuário decenal disponibilizados pelo IBGE no período de 1970 a 2006, cujo resumo é apresentado no apêndice F. Seguindo a divisão adotada pelo IBGE, as propriedades são observadas em quatro grupos: até 10ha, consideradas minifúndios, de 10 a 100ha, consideradas propriedades pequenas, de 100 a 1000ha, consideradas propriedades médias e acima de 1000ha, consideradas grandes propriedades. Em relação a quantidade de estabelecimentos, no período observado se verificam poucas alterações que ocorrem, principalmente entre os grupos de minifúndios e propriedades pequenas em ambos os estados. Há uma redução no número de propriedades entre 10 e 100ha com uma aparentemente correspondente elevação no número de propriedades até 10ha, conforme exhibe o gráfico 8, a seguir.

**Gráfico 8 – Perfil da propriedade rural em quantidade de estabelecimentos, por grupos, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina de 1970 a 2006**



**Fonte:** IBGE. Censo Agropecuário decenal, elaboração do autor.

Em Santa Catarina, destaca-se o aumento relativo do número de unidades de minifúndios sem que se eleve, significativamente, a sua área ocupada. No outro extremo, eleva-se a área ocupada pelas grandes propriedades, com a manutenção da sua quantidade. Como o grupo de propriedades médias se mantém inalterado, deduz-se ter havido a migração de área das pequenas propriedades para as grandes. No Rio Grande do Sul, o aumento do número de minifúndios também não é

acompanhado pelo aumento relativo de sua área ocupada, mas a elevação relativa não se dá nas grandes propriedades e sim, nas médias, de 100 a 1000ha, cuja quantidade é mantida, mas a ocupação relativa da área se eleva.

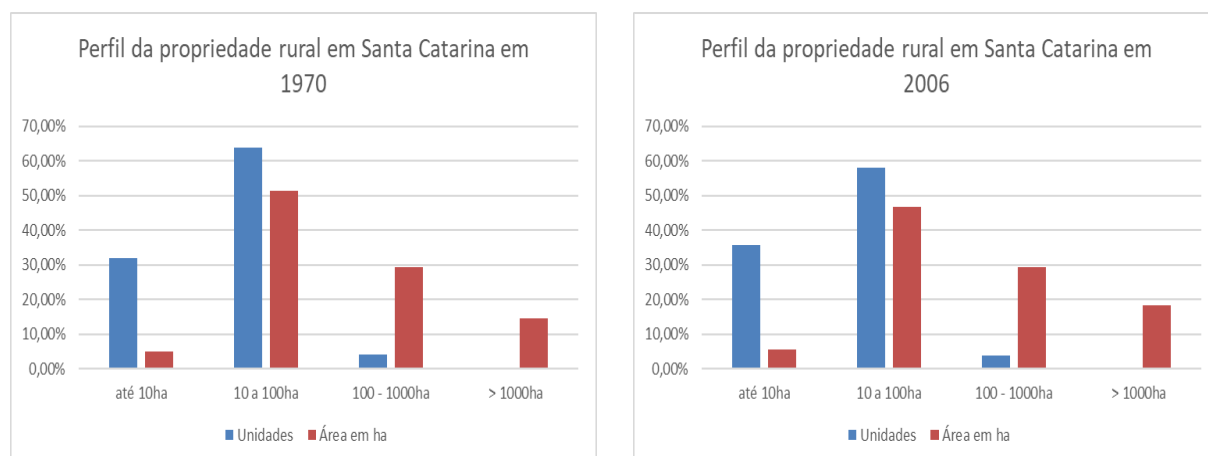
Em termos gerais, o que se observa é uma relativa preservação dos modelos de ocupação histórica, sendo que o Rio Grande do Sul mantém uma ocupação rural de predomínio de médias e grandes propriedades, salientando-se o crescimento da área ocupada pelos estabelecimentos entre 100 e 1000ha. Em Santa Catarina, apesar da elevação da ocupação percentual de área pelas grandes propriedades, o maior percentual de ocupação ainda é de pequenas propriedades, conforme apresentado na tabela 4, e nos gráficos 9 e 10 a seguir, em 1970 e em 2006.

**Tabela 4 – Número de unidades e área ocupada, em percentual, de propriedades abaixo e acima de 100ha, em Santa Catarina e Rio Grande do Sul em 1970 e em 2006**

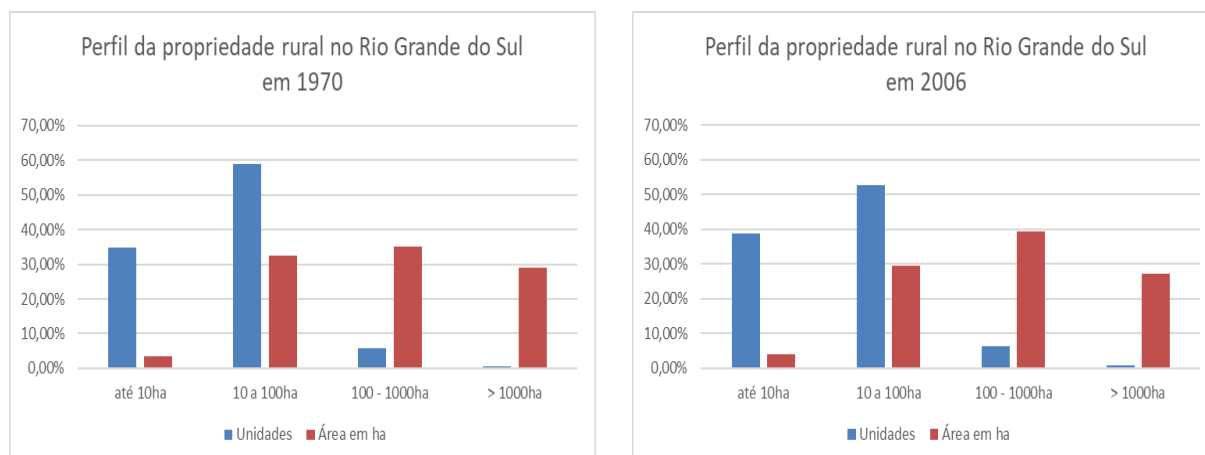
Estado	Unidades/Área	Até 100ha	Acima de 100ha
Santa Catarina	Unidades em 1970	95,68%	4,32%
	Área em 1970	56,22%	43,78%
	Unidades em 2006	95,93%	4,07%
	Área em 2006	52,40%	47,60%
Rio Grande do Sul	Unidades em 1970	93,54%	6,46%
	Área em 1970	35,93%	64,07%
	Unidades em 2006	93,00%	7,00%
	Área em 2006	33,46%	66,54%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário decenal, elaboração do autor.

**Gráfico 9 – Distribuição relativa da área rural em Santa Catarina em 1970 e em 2006**



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário decenal, elaboração do autor.

**Gráfico 10 – Distribuição relativa da área rural no Rio Grande do Sul em 1970 e em 2006**

**Fonte:** IBGE. Censo Agropecuário decenal, elaboração do autor.

Acerca da renda, além do já exposto perfil da evolução do PIB/pc nos estados em estudo, observamos o comportamento da sua distribuição através do índice de GINI<sup>14</sup>, sobre dados do IBGE, apresentados no apêndice G – Índice de GINI da Renda de 1976 a 2014 (anos não censitários). Brasil, Rio Grande Sul e Santa Catarina.

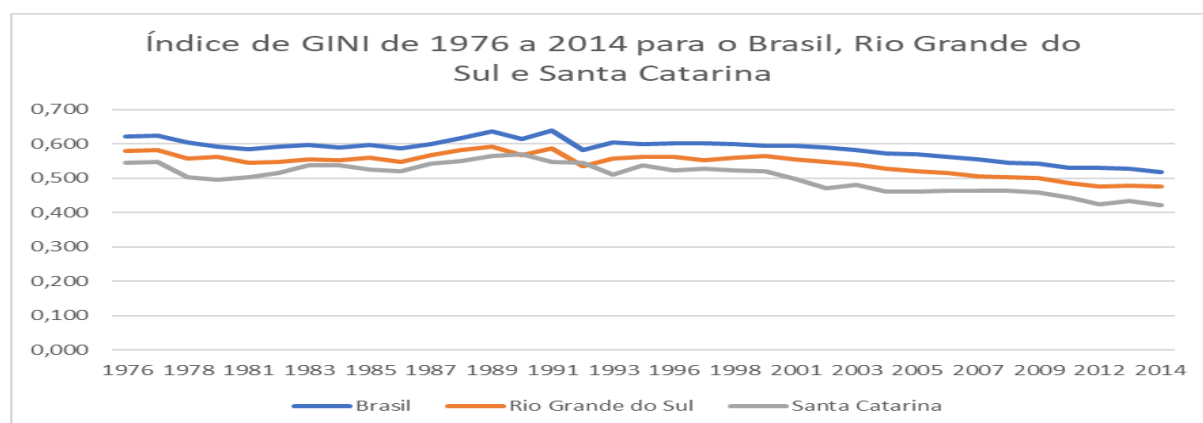
O índice de GINI para a renda varia de 0 a 1 sendo que, quanto mais próximo a 1, maior a heterogeneidade da distribuição. De acordo com IPEA (2017), o Brasil está entre os países com maior desigualdade de renda, ocupando a 10<sup>o</sup> posição entre os 143 países mais desiguais indexados em 2016. Ainda assim, a análise dos dados para o Brasil e para os dois estados selecionados, no período de 1976 a 2014, aponta que este índice, em termos gerais, vem decrescendo. Chama à atenção uma elevação da desigualdade de meados da década de 1980 até anos iniciais da década de 1990. Este período coincide com a época de adoção de políticas macroeconômicas liberais no Brasil, em consonância com uma tendência internacional. A partir de meados dos anos 1990, retorna a tendência de queda no índice, provavelmente decorrente da estabilização econômica e queda da inflação pós Plano Real. A partir dos anos 2000 até o final da série em análise, esta queda

<sup>14</sup> O índice de GINI é uma medida entre a distribuição observada e uma distribuição perfeitamente homogênea. Aplicado sobre a curva de Lorenz, é a razão entre a área da curva formada pela função de distribuição e o eixo diagonal (0,0) – (100,100) [percentuais] e a área total, formada por este eixo diagonal e a curva de uma distribuição perfeitamente heterogênea. Razão 0 indica perfeita distribuição e a razão 1, perfeita distinção distributiva dos valores.

se intensifica, provavelmente por reflexos da retomada do crescimento em conjunto com políticas distributivas dos governos Lula e Dilma Rousseff.

No Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a tendência de decréscimo do índice de GINI acompanhou, em linhas gerais, o movimento nacional, tendo sido mais acentuada em Santa Catarina no longo prazo. Tomado o comparativo do ano de 2014 em relação ao ano de 1976, a queda foi de 22,80% em Santa Catarina e 18,05% no Rio Grande do Sul, contra um total de 16,83% no Brasil. Isto indica que, a despeito das oscilações, a desigualdade da renda em Santa Catarina tem se mantido menor do que no Rio Grande do Sul, nas últimas décadas. O gráfico 11 a seguir apresenta este comparativo para os estados em questão e para o Brasil.

**Gráfico 11 – Evolução do índice de GINI para o Brasil, Rio Grande do Sul e Santa Catarina de 1976 a 2014**



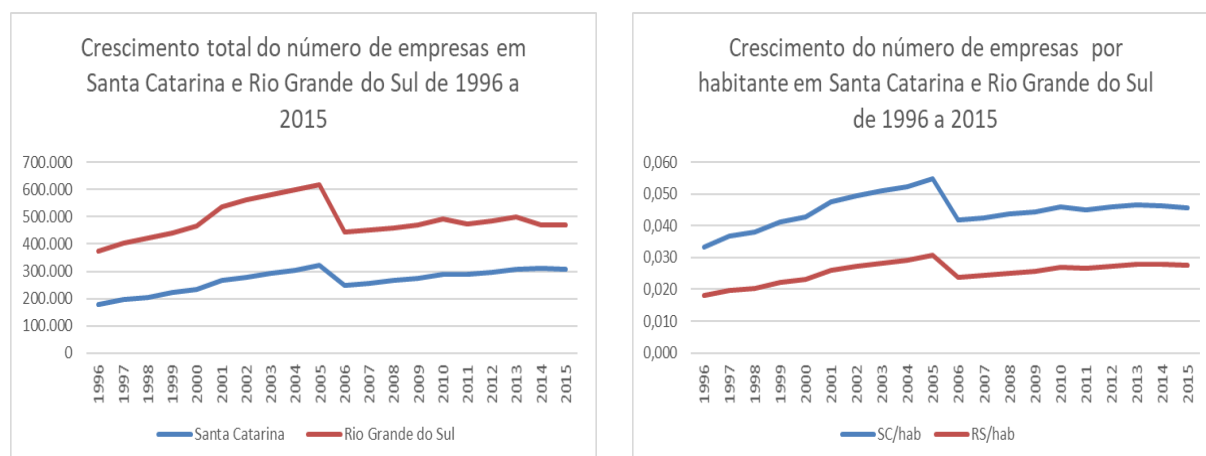
**Fonte:** IPEA sobre dados do IBGE, elaboração do autor.

Acerca do número de empresas, nossa análise se baseia no número de estabelecimentos existentes, não sendo traçado o perfil do porte empresarial em cada segmento e estado. Utilizaram-se os dados do IBGE do cadastro central de empresas, apresentados no apêndice H – Número de empresas/ano e relativo por habitante, no Rio Grande Sul e Santa Catarina de 1996 a 2015 (total para todos os setores).

A análise dos dados aponta a que o Rio Grande do Sul mantém um maior número total de empresas ao longo de toda a série, mas o número de empresas por habitante em Santa Catarina é superior. A observação sobre o crescimento relativo por habitante, indica que Santa Catarina atingiu um ponto máximo na série em 2005, com 0,055 empresa por habitante, caindo para 0,046 em 2015. Já o Rio Grande do

Sul atingiu o índice de 0,031 em 2005 caindo para 0,028 em 2015. O viés de crescimento, no entanto, mostra que o Rio Grande do Sul cresceu mais no número de empresas por habitante, na ordem de 53,5% no período, contra 36,3% em Santa Catarina. O gráfico 12 abaixo, exhibe sinteticamente os dados acima descritos.

**Gráfico 12 – Crescimento total e por habitante do número de empresas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul de 1996 a 2015**



**Fonte:** IBGE. Cadastro central de empresas, elaboração do autor.

Sem um estudo mais detalhado sobre a propriedade empresarial, o que se pode concluir dos dados acima, em linhas gerais, é que um maior número de empresas por habitante indica uma melhor distribuição da propriedade do capital e, em tese, uma melhor capacidade de absorção da mão de obra, vista a diversidade de oportunidades que oferece, o que vem ao encontro da suposição de uma estrutura produtiva mais apta ao crescimento econômico sustentado.

Do até aqui exposto, pode-se considerar que Santa Catarina tem mantido uma melhor distribuição populacional e ocupação das áreas do estado, bem como uma melhor distribuição da renda pelo índice de GINI e um maior número de empresas por habitante, o que aponta para a existência de fatores que entendemos estimular a cooperação e integração da atividade econômica como um todo. O Rio Grande do Sul apresenta-se, ainda, com maior percentual de área rural ocupada por propriedades acima de 100ha e uma menor intensidade na redução das diferenças distributivas da renda, embora acima do nível nacional. Também o menor número de empresas por habitante, supõe maior concentração de capital e menor diversidade da oferta de emprego. Sob nossas hipóteses, o cenário que se apresenta em Santa

Catarina é relativamente mais favorável a um melhor desenvolvimento regional, o que procuraremos observar nos indicadores sociais a seguir.

#### 5.4 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS DO DESENVOLVIMENTO

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>15</sup>, tem sido o índice mais comumente aceito para a avaliação sintética do desenvolvimento de uma região. Se baseia na evolução da renda, da educação e da expectativa de vida que, embora não abranjam todos os aspectos do desenvolvimento socioeconômico, são os principais fatores em que este se faz perceber. Conforme dados do IBGE/ESTADIC (2014), o IDH medido para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos anos censitários são os apresentados na tabela 5, a seguir.

**Tabela 5 – IDH do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina – censos decenais 1991, 2000 e 2010**

<b>ANO/UF</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>Santa Catarina</b>
1991	0,542	0,543
2000	0,664	0,674
2010	0,746	0,774
Cresc. 2010/1991	37,64%	42,54%

**Fonte:** IBGE/ESTADIC, elaboração do autor.

Observa-se que o patamar em 1991 era muito próximo em ambos os estados, mas ao longo das últimas décadas, Santa Catarina vem apresentando uma melhora no índice, o que supõe estar atingindo melhores resultados na elevação da renda per capita, dos níveis de educação e na qualidade de vida, fator abrangente para a elevação da longevidade.

Para a nossa análise, além dos fatores padronizados para a composição do IDH (renda per capita, expectativa de vida e educação) estendemos a observação para os seguintes: saneamento básico (água), característica de domicílios, e disponibilidade de telefonia. Acreditamos que observar a evolução destas dimensões socioeconômicas, enriquecerá a busca da tendência do desenvolvimento regional nos estados em estudo. Os dados analisados provêm da PNAD/IBGE.

<sup>15</sup> Sobre o IDH dos estados, vide Anexos A e B.



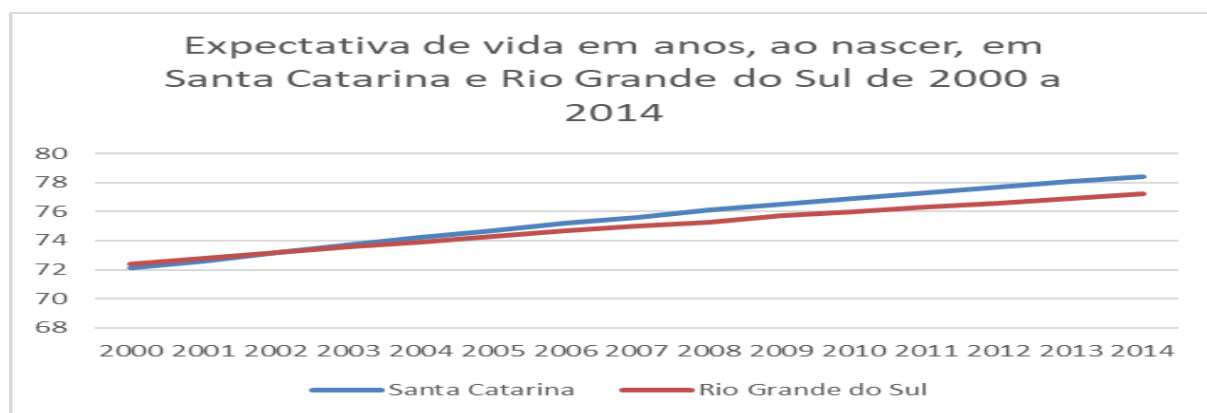
Com relação ao saneamento básico, através do acesso à rede de água tratada, os dados observados vão de 2004 a 2015 e são apresentados no apêndice I. O Rio Grande do Sul apresenta melhores índices do que Santa Catarina ao longo de toda a série, tanto para as áreas urbanas quanto para as rurais. Em 2004, Santa Catarina contava com 90,1% de residências urbanas com acesso à rede geral e apenas 10,4% de acesso a esta nas zonas rurais, enquanto o Rio Grande do Sul, contava com 94,5% nas áreas urbanas e 42,7% nas zonas rurais. Já em 2015, estes índices evoluíram para 94,7% (áreas urbanas) e 25,4% (áreas rurais) em Santa Catarina e 95,5% (áreas urbanas) e 47,8% (áreas rurais) no Rio Grande do Sul. Com relação ao crescimento, Santa Catarina evoluiu um pouco mais (5,11% em comparação à 1,05% no RS), mas mantendo-se ainda abaixo do índice gaúcho. Já nas zonas rurais, o crescimento catarinense foi bastante expressivo, na ordem de 144,23% contra um crescimento de apenas 11,94% no Rio Grande do Sul, mas ainda estando muito abaixo do índice deste segundo. Das diferenças nestes índices, se pode deduzir que o Rio Grande do Sul tenha atingido um nível de atendimento fitossanitário elevado bem mais cedo do que Santa Catarina. A evolução dos índices, por outro lado, aponta a que seja plausível supor que o crescimento em Santa Catarina esteja, pelo menos em parte, revertendo-se em desenvolvimento social no que tange ao atendimento de água tratada para as regiões, até então, não atendidas.

Com relação às características de domicílios, foram utilizados os dados da PNAD/IBGE do número de domicílios adequados à moradia, nos anos de 2004 a 2015, também constantes no apêndice I. Os dados apontam a que o Rio Grande do Sul apresenta número superior aos de Santa Catarina ao longo de toda a série, tanto em termos absolutos, quanto em relação ao número de domicílios por população. O crescimento, no entanto, se mostra mais intenso em Santa Catarina, com índices de 61,72% no número absoluto e 39,39% na quantidade por habitante, contra 36,61% e 17,79% no Rio Grande do Sul para os índices equivalentes. Ainda assim, Santa Catarina ainda está abaixo no número de moradias por habitante, tendo 0,28 moradias/percapita contra 0,30 moradias/percapita no Rio Grande do Sul. Considera-se que a evolução dos índices em Santa Catarina demonstra intensa atividade econômica no setor imobiliário o que guarda relações com movimentos de urbanização. Complementarmente à análise do crescimento de domicílios,

escolhemos o acesso à telefonia como item representativo da elevação do poder aquisitivo da população. Os dados da PNAD/IBGE para o período de 2007 a 2012 apontam a um crescimento bastante próximo em ambos os estados com pequeno percentual maior por habitante em Santa Catarina, que apresentou um crescimento de 29,83% no número de linhas telefônicas fixas e 92,53% em linhas móveis contra 28,86% de linhas fixas e 83,98% de linhas móveis no Rio Grande do Sul, no mesmo período.

A análise da expectativa de vida sobre dados da PNAD/IBGE dos anos de 2000 a 2014, apresentados no apêndice I, apontam a que esta teve um crescimento superior em Santa Catarina nos anos selecionados. Em 2000, a expectativa de vida no estado estava abaixo do mesmo índice no Rio Grande do Sul, no entanto, na década que se segue, a sua evolução levou a que no ano de 2014, esta tenha ultrapassado aquele. O gráfico 13, a seguir, demonstra este comportamento.

**Gráfico 13 – Evolução da expectativa de vida no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina de 2000 a 2014**



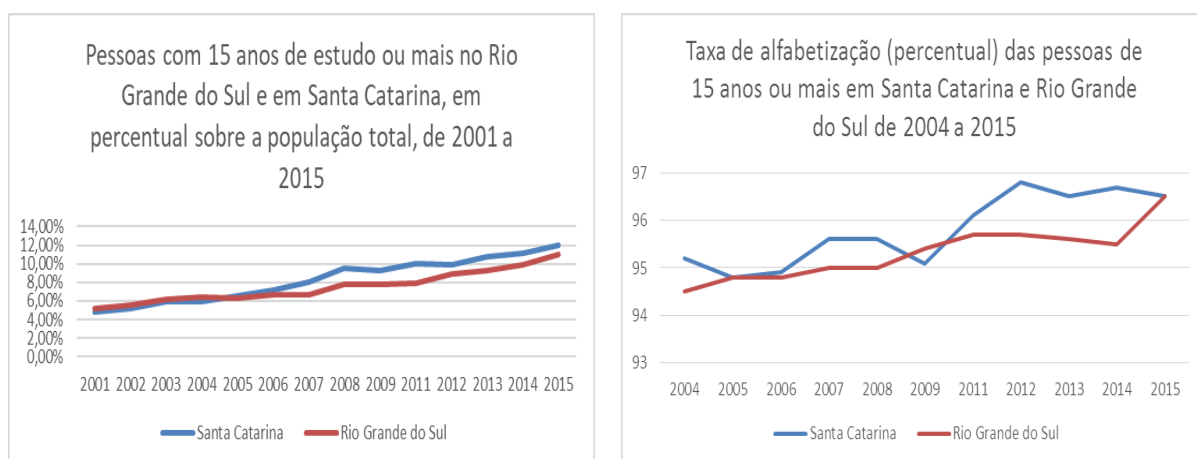
**Fonte:** PNAD/IBGE, elaboração do autor.

Conforme observado, o índice de crescimento foi mais intenso em Santa Catarina, na ordem de 8,74%, contra 6,63% no Rio Grande do Sul. Conforme citado anteriormente, a longevidade guarda relações com a qualidade de vida, através do atendimento fitossanitário de regiões, de acesso à saúde e à informação. Dados da PNAD/IBGE sobre a oferta de serviços básicos de saúde indicam um crescimento do número de estabelecimentos de saúde em 41,19% de 2002 a 2009 em Santa Catarina e de 35,90% no Rio Grande do Sul no mesmo período. Esta melhoria de condições depende em grande parte do investimento público que, indiretamente

através dos impostos, é uma forma de conversão do crescimento econômico em desenvolvimento social. Como observado anteriormente, a parcela de impostos no PIB catarinense elevou-se nas últimas décadas, o que pode respaldar possíveis investimentos públicos em infraestrutura.

Com relação à educação, uma das principais dimensões do cálculo do IDH, os dados da PNAD/IBGE apresentados no apêndice J indicam um número maior de pessoas com 15 anos ou mais de estudo, o que pressupõe o ingresso em formação de nível superior, no Rio Grande do Sul do que em Santa Catarina ao longo do período analisado de 2001 a 2015, mas se observado o percentual por habitante, Santa Catarina apresentou um crescimento maior nesta dimensão saindo de uma posição abaixo do Rio Grande do Sul em 2001 para chegar numa posição superior em 2015. A taxa de alfabetização se apresenta alta em ambos os estados, característica dos estados da Região Sul, sendo um pouco mais elevada em Santa Catarina na maioria dos anos da série de dados. Estes perfis são exibidos no gráfico 14, a seguir.

**Gráfico 14 – Evolução da educação de 2001 a 2015 e taxa de alfabetização de 2004 a 2015 no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina**



**Fonte:** PNAD/IBGE, elaboração do autor.

Com base no apresentado, se pode considerar que Santa Catarina vem apresentando um crescimento percentual da educação de sua população um pouco superior ao Rio Grande do Sul no período analisado, sendo que o ingresso crescente na formação de nível superior, tende a gerar uma classe trabalhadora

mais qualificada e a elevação do patamar dos salários, cenário que condiz com o desenvolvimento socioeconômico regional.

Por fim, retomamos a análise do PIB/pc pelo aspecto de sua participação como elemento principal do cálculo do IDH. A variação do PIB/pc nos estados, do ano 1991 a 2010, conforme dados do IPEA/PNUD apresentados nos anexos A e B, indica que o Rio Grande do Sul saiu de uma posição superior em relação à Santa Catarina no ano de 1991 para uma posição inferior, no ano de 2010, o que ratifica o exposto anteriormente em nossa análise da variação do PIB/pc nestes estados.

Do exposto na análise dos principais indicadores socioeconômicos, é admissível concluir que Santa Catarina tem experimentado um desenvolvimento socioeconômico maior do que o Rio Grande do Sul nas últimas décadas, com uma evolução generalizada de seus principais indicadores sociais, destacadamente seu PIB/pc, apresentando, hoje, um IDH mais elevado que o Rio Grande do Sul e um índice de GINI que representa uma melhor distribuição da renda. Acredita-se que, em função disto, o estado tem se tornado notadamente local atrativo ao fluxo migratório e ao investimento.

Tendo observado os dados que consideramos relevantes em períodos que variam de 1970 a 2015, entendemos ter subsídios, agora, para verificar as hipóteses delineadas ao início deste trabalho, o que passamos a fazer na conclusão que se segue.

## 6 CONCLUSÃO

Estabelecido um comparativo entre os estados escolhidos, nos foi possível identificar a existência de diferenças e similaridades entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em especial, em sua formação histórica onde as regiões de colonização tardia alemã e italiana no norte e nordeste rio-grandenses guardam similaridades com a ocupação de boa parte do interior catarinense. Já nas regiões da chamada Metade Sul do Rio Grande do Sul, diferencia-se a ocupação primitiva em grandes propriedades e a instalação da pecuária extensiva de animais de grande porte que a região favorece. Também foi possível observar que a substituição de parte desta pecuária pela agricultura extensiva de grãos, naquelas regiões, não alterou significativamente a estrutura fundiária ali implantada. Em Santa Catarina, a implantação da pecuária extensiva e a existência de latifúndios não foi característica dominante ao longo de sua história, sendo a ocupação territorial mais homogênea e prevalecendo as pequenas e médias propriedades. Desta forma, atualmente se observam diferenças no desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul entre suas metades sul e norte, o que não é tão marcante em Santa Catarina. Entendemos que estas diferenças não derivam de características étnicas ou culturais, mas do modelo de ocupação territorial, que desenha a estrutura social que irá prevalecer na região, a qual, por sua vez, imputa diferentes exigências de esforço cooperativo e de integração entre seus habitantes. Este cenário onde se faz necessária a cooperação e onde há maior igualdade na distribuição da propriedade e da renda e, por dedução, maior equilíbrio de poder, contém o necessário à constituição de um capital social consolidado em seu aspecto político, o que favorece a ampliação deste capital social em sua dimensão utilitarista ao longo do tempo e, por consequência, um tipo de desenvolvimento socioeconômico mais amplo, estável e progressivo na região. Os dados apontam a que, nas regiões onde o crescimento se deu por união de esforços locais, mesmo mais lento, este tendeu a preservar os recursos localmente e é onde hoje se observam os maiores graus de desenvolvimento socioeconômico regional. Em contrapartida, onde o crescimento se deu sob controle de poucos grandes proprietários ou pelo investimento externo direto, embora

gerando crescimento econômico em determinados momentos, hoje apresentam uma produtividade por área inferior e um fraco desenvolvimento socioeconômico regional.

Considerando plausíveis tais afirmações e pelo demonstrado nos indicadores socioeconômicos analisados, entendemos que o crescimento econômico se mostra mais estável e sustentado no longo prazo onde o desenvolvimento socioeconômico acompanha este crescimento. Pelas diferenças de desenvolvimento observadas nas regiões analisadas, também parece plausível considerar que o crescimento resulte em diferentes padrões de desenvolvimento socioeconômico, dependendo da estrutura social prevalente em uma região. Por fim, pela análise histórica da formação dos estados, distinguindo-se regiões onde a estrutura social é marcadamente mais concentradora e excludente e aquelas onde há maior homogeneidade da propriedade e da renda e que ocorrem em ambos os estados, com relativa igualdade de resultados em seu desenvolvimento socioeconômico, se pode considerar que a estrutura social que parece mais adequada a este desenvolvimento é a que guarda menores diferenças de propriedade e renda e onde a produção é mais diversificada, o que configura nossas hipóteses de trabalho. Desta forma, entendemos razoável considerar a possibilidade de umnexo causal entre a estrutura social e o desenvolvimento socioeconômico de uma região.

Finalizando a presente conclusão, cabe observar que o elo entre estes diversos elementos é a política e seu articulador, o poder público. A adoção de políticas de desenvolvimento é o instrumento capaz de estimular o crescimento econômico local. Quando voltadas aos aspectos estruturantes da sociedade, como igualdade, cidadania, atendimento às necessidades básicas e elevação das capacitações e da renda local, incrementam as relações e elevam o capital social de uma região, o que se reflete na melhora dos indicadores sociais. Se tornam, assim, políticas de desenvolvimento socioeconômico e que tendem a proporcionar um crescimento econômico sustentado de longo prazo. Por outro lado, a persistência de estruturas concentradoras e excludentes e as grandes diferenças na distribuição da renda e da propriedade são barreiras ao desenvolvimento e perpetuam as condições de vulnerabilidade e dependência da economia regional. Diante do cenário que se apresenta na economia gaúcha, em que há uma redução de ritmo em seu crescimento econômico e no crescimento de seus indicadores socioeconômicos,

parece fundamental a adoção de políticas que estimulem atividades de melhor retorno social e econômico, não de curto, mas de longo prazo, consolidando um crescimento menos dependente das flutuações da demanda e câmbio externos. Novas atividades produtivas, mais diversificadas, tanto no setor primário quanto na indústria e serviços, que privilegiem a iniciativa local, a retenção de ganhos e reinvestimentos na região, pode ser um caminho para esta mudança. A retomada de modelos cooperativos e o estímulo à sinergia intersetorial, reforça os laços cívicos regionais, atuando tanto na dimensão política quanto na dimensão utilitarista do capital social. Iniciativas autônomas neste sentido têm aflorado no Rio Grande do Sul, tanto no meio rural quanto nas regiões industriais, fruto da necessidade de investidores locais abrirem novas frentes para o investimento produtivo. Exemplos são o crescimento e profissionalização das pequenas indústrias vitivinícolas da Serra Gaúcha, que têm passado de fornecedoras de insumos de baixo valor agregado para grandes vinícolas, para empresas que buscam uma identidade regional através de marcas próprias e de produtos de alto valor agregado (ARAGÃO, [2008]). Também a recente criação de cooperativas, para o plantio de oliveiras e extração de azeite de alta qualidade e valor agregado em municípios da Metade Sul e central do estado, é exemplo de iniciativas locais que já se colocam em patamar de competição com produtos importados (EMATER, 2016). Os resultados de tais iniciativas, talvez possam vir a ser objeto de futuros estudos, em alguns anos, sobre uma nova realidade da economia gaúcha.

## REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Cláudio F.. Relações macroeconômicas da economia gaúcha – 1960-85. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 21, n.3, 1993, p. 63-64. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/issue/view/37>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- ARAGÃO, Marianna. Pequenas vinícolas se unem para enfrentar a concorrência. **O Estadão**, São Paulo, SP, [2008]. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pequenas-vincolas-se-unem-para-enfrentar-a-concorrencia,42114>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- AREND, Marcelo. Interpretação alternativa para a dinâmica de desenvolvimento industrial regional. **Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise institucionalista e Neo-schumpeteriana evolucionária**. 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial) – Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/87755/221625.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 ago. 2017.
- BANDEIRA, Marilene Dias. Uma visão democrática do estado do Rio Grande do Sul no contexto brasileiro: análise dos principais indicadores demográficos. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.) **A evolução social**. Três décadas de economia Gaúcha. Vol. 3, p. 41-74. Porto Alegre, RS: FEE, 2010.
- BENETTI, Maria Domingues. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.) **O movimento da produção**. Três décadas de economia Gaúcha. Vol. 2, p. 75–102. Porto Alegre, RS: FEE, 2010.
- CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Laudes, 1970.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER/RS. Cultivo de oliveiras é alternativa de renda no Rio Grande do Sul. **Emater notícias**, Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/noticias/detalhe-noticia.php?id=24756#.WwNmPzG5e70>>. Acesso em: 10 maio 2018.
- FIALKOW, Jaime Carrion. PIB e população nas mesorregiões do Rio Grande do Sul: 2001 – 2011. **Carta de Conjuntura FEE**, Porto Alegre, RS, ano 23, n. 8, 2014. Disponível em: <<http://carta.fee.tche.br/article/pib-e-populacao-nas-mesorregioes-do-rio-grande-do-sul-2001-11/>>. Acesso em: 25 out. 2017.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL – FEE. Resumo estatístico. **Perfil socioeconômico – Estado**. Porto Alegre, RS, 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Indicadores**. PIB Estadual. Séries históricas 1947 – 2016. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/pib-rs/estadual/serie-historica/>>. Acesso em 01 out. 2017.



\_\_\_\_\_. **RS em números – 2016**. Porto Alegre, RS, 2016. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/publicacao/rs-em-numeros-2016/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **A economia gaúcha e os anos 80**: Uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. Tomos 1, 2 E 3. Porto Alegre, RS, 1990. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/publicacao/economia-gaucha-e-os-anos-80-uma-trajetoria-regional-contexto-da-crise-brasileira/>>. Acesso em: 03 out. 2017.

FERREIRA FILHO, Arthur. **História geral do Rio Grande do Sul**. 5. ed. Porto Alegre, RS: Globo, 1978.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – FIERGS. Estudos econômicos do Rio Grande do Sul. **Indicadores. Economia**. Porto Alegre, RS, 2017. Disponível em: <[http://www.fiergs.org.br/sites/default/files/panorama\\_industria.pdf](http://www.fiergs.org.br/sites/default/files/panorama_industria.pdf)>. Acesso em: 02 out. 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – FIESC. **Santa Catarina em dados – 2015**. Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <[http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc\\_em\\_dados\\_site\\_correto.pdf](http://fiesc.com.br/sites/default/files/medias/sc_em_dados_site_correto.pdf)>. Acesso em 02 out. 2017.

FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS – FEPESE. **Portal da Economia de Santa Catarina**. Florianópolis, SC: UFSC, 2017. Disponível em: <<http://novosite.fepese.org.br/portaldeeconomia-sc/index.php?c=portal>>. Acesso em 02 nov. 2017.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. 2. ed. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1981.

\_\_\_\_\_. O Desenvolvimento como Processo Endógeno. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984. Cap. 9.

GOULARTI FILHO, Alcides. O planejamento estadual em Santa Catarina de 1995 a 2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 26, n.1, p. 627-660, 2005. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2096>>. Acesso em: 08 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2. ed. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2007.

HERRLEIN JR., Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930**: Um outro capitalismo no Brasil Meridional? Porto Alegre, RS: Armazém Digital, 2014.

\_\_\_\_\_. O crescimento econômico do Rio Grande do Sul no período 1990-2002. **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, Porto Alegre, RS, v. 16, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/face/article/view/268>>. Acesso em: 01 set. 2017.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do Capital Social**. Chapecó, SC: Argos, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/estadosat>>. Acesso em: 20 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Perfil dos estados brasileiros. **Pesquisa de informações básicas estaduais – ESTADIC**. Rio de Janeiro, RJ, 2014. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/estadic2014/>>. Acesso em 10 out. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Sistema Nacional de Cadastro Rural. **Estatísticas**. Arquivos. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/estat-sticas-de-im-veis-rurais->>. Acesso em: 10 de out. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Série Situação Social. Publicações**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=163](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=163)>. Acesso em: 01 maio 2018.

\_\_\_\_\_. Renda/Desigualdade. Coeficiente de GINI. **IPEA dados**. Brasília, DF, [2018]. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 01 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento humano para além das médias**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/IDH/desenvolvimento-alem-das-medias.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2018.

KUHN, Christian Velloso; HERRLEIN JR., Ronaldo. Dinâmica de crescimento da indústria de transformação do Rio Grande do Sul: verificação de algumas hipóteses convencionais para o período 1985-2002. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, RS, v. 26, número especial, p. 221-248, 2005. Disponível em: <[http://cdn.fee.tche.br/ensaios/ensaios\\_fee\\_26\\_especial.pdf](http://cdn.fee.tche.br/ensaios/ensaios_fee_26_especial.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2017.

LOPREATO, Francisco Luiz C. **O endividamento dos governos estaduais nos anos 90**. Texto para Discussão. Instituto de Economia – UNICAMP. São Paulo, SP: UNICAMP, 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução da edição alemã de 1890, p. 44. Lisboa, Portugal: Avante, 1997.

PEREIRA, José Maria Dias; ARENDT, Marcelo. **O desenvolvimento da indústria gaúcha no Séc. XX**. Trabalho apresentado no 1º Encontro de Economia Gaúcha 2002, FEE. Porto Alegre, RS, maio 2002. Disponível em: <[http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa\\_12\\_pereira\\_arendt.pdf](http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_12_pereira_arendt.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD BRASIL. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>>. Acesso em: 01 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Brasília, DF, 2013.  
Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_uf](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf)>. Acesso em: 03 maio 2018.

RODRÍGUEZ, Octavio. Os “estilos de desenvolvimento” e suas bases analíticas. In: \_\_\_\_\_. **O estruturalismo latino-americano**. Rio de Janeiro, RJ, 2009. p. 311-345.

BENETTI, Maria Domingues. O agronegócio gaúcho entre os anos 1980 e 2008. In: CONCEIÇÃO, Octávio A. C. et al. (Org.) **O movimento da produção**. Três décadas de economia Gaúcha. Vol. 2, p. 75–102. Porto Alegre, RS: FEE, 2010.

SACHS, Jeffrey D. **Macroeconomics for global economy**. São Paulo, SP: Makron Books, 2000, c1995, 2006.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Fazenda. Relatórios. **Balanco geral do estado – 2015**. Florianópolis, [2018]. Disponível em: <<http://www2.sef.sc.gov.br/transparenciasc/balanco-geral-do-estado/2015/Resumo%20do%20Balan%C3%A7o.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

WILL, Daniela Erani Monteiro. **Metodologia da pesquisa científica**. Palhoça, SC: UnisulVirtual – Pós-Graduação, 2012.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MONTEIRO NETO, Aristides. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. **Ensaio de economia regional e urbana**. IPEA. Brasília, DF, 2007, cap. 12. P. 375-436. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap\\_12\\_29.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Cap_12_29.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2017.

NORTH, Douglass C. **Instituições, mudança institucional e desempenho econômico**. Trad. Alexandre Morales. São Paulo, SP: Três Estrelas, 2018.

PORTO JR., Sabino da Silva; TILLMAN, Eduardo A.; MENEZES, Gabrielito; FERNANDEZ, Rodrigo Nobre. Análise das Diferenças Regionais do Estado do Rio Grande do Sul. 6º ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 31 de maio e 1º de Junho de 2012. PUCRS. **Anais...** Porto Alegre, RS. Disponível em: <[http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa7/Analise\\_das\\_Diferencas\\_Regionais\\_do\\_estado\\_do\\_RS.pdf](http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa7/Analise_das_Diferencas_Regionais_do_estado_do_RS.pdf)>. Acesso em 20 mar. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas econômico do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/estrutura-da-producao-e-fundiaria>>. Acesso em: 01 out. 2017.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Fazenda. Relatórios. **Caderno de indicadores – 2016**: Santa Catarina e suas regiões. Disponível em: <[http://www.sef.sc.gov.br/arquivos\\_portal/relatorios/11/Caderno\\_de\\_indicadores\\_2016\\_\\_\\_Revisao\\_final\\_junho\\_0.pdf](http://www.sef.sc.gov.br/arquivos_portal/relatorios/11/Caderno_de_indicadores_2016___Revisao_final_junho_0.pdf)>. Acesso em 01 out. 2017.

## APÊNDICE A – TABELA DE DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA EM SANTA CATARINA E NO RIO GRANDE DO SUL NO ANO DE 2016

Categoria de classificação	SANTA CATARINA				RIO GRANDE DO SUL			
	Faixa (ha)	Nº de Propriedades	%	Área total (ha)	Nº de Propriedades	%	Área total (ha)	%
Mais de 0 a 0,5 MF	0 - 10	140.716	38,71%	689.596,32	286.777	40,16%	1.607.196,68	6,32%
Mais de 0,5 a menos de 1 MF	10 - 20	102.187	28,11%	1.293.245,21	196.584	27,53%	2.835.943,22	11,15%
De 1 a 2 MF	20 - 40	73.636	20,25%	1.754.735,57	130.578	18,29%	3.660.702,56	14,39%
Mais de 2 a 3 MF	40 - 60	21.489	5,91%	880.643,05	37.704	5,28%	1.961.035,48	7,71%
Mais de 3 a 4 MF	60 - 80	8.802	2,42%	522.233,37	19.224	2,69%	1.500.042,17	5,90%
Mais de 4 a 5 MF	80 - 100	4.065	1,12%	318.929,74	8.199	1,15%	827.795,06	3,25%
Mais de 5 a 6 MF	100 - 120	2.366	0,65%	229.110,60	5.689	0,80%	717.988,06	2,82%
Mais de 6 a 10 MF	120 - 200	4.595	1,26%	629.693,86	12.279	1,72%	2.227.304,02	8,76%
Mais de 10 a 15 MF	200 - 300	2.238	0,62%	494.070,51	7.031	0,98%	2.055.155,13	8,08%
Mais de 15 a 20 MF	300 - 400	1.133	0,31%	353.258,44	3.191	0,45%	1.305.127,65	5,13%
Mais de 20 a 50 MF	400 - 1000	1.864	0,51%	979.116,16	5.244	0,73%	3.622.738,99	14,24%
Mais de 50 a 100 MF	1000 - 2000	315	0,09%	363.181,66	1.112	0,16%	1.737.778,83	6,83%
Mais de 100 a 200 MF	2000 - 4000	111	0,03%	260.632,36	315	0,04%	975.307,75	3,83%
Mais de 200 a 400 MF	4000 - 8000	30	0,01%	136.555,57	62	0,01%	312.028,46	1,23%
Mais de 400 a 600 MF	8000 - 12000	6	0,0017%	40.208,97	7	0,0010%	68.294,37	0,27%
Mais de 600 MF	acima 12000	2	0,0006%	27.625,27	2	0,0003%	25.516,10	0,10%
<b>TOTAIS</b>		<b>363.555,00</b>	<b>100%</b>	<b>8.972.836,66</b>	<b>713.998,00</b>	<b>100%</b>	<b>25.439.954,53</b>	<b>100%</b>

(INCRA, 2016)

Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em:

- 1. Minifúndio** – é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal
- 2. Pequena Propriedade** - o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais
- 3. Média Propriedade** - o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais
- 4. Grande Propriedade** - o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais

A classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município.

\* Para fins de simplificação, considerou-se 1(um) Módulo Fiscal (MF) = 20( vinte ) ha nos Estados do RS e SC.

FONTE: INCRA - Sistema Nacional de Cadastro Rural 2016.

## APÊNDICE B – Síntese PIB, PIB/área e PIB/população de 1986 a 2015

ANO	Nome da Unidade da Federação	Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (1.000)	Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (1.000)	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes (1.000)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (1.000)	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes (1.000)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (1.000)	Varição % corrigida IPCA
1986	Rio G. do Sul	55.582.187,90	83.752.264,33	88.415.833,19	31.161.345,98	44.014.977,34	302.926.608,72	
1987	Rio G. do Sul	166.592.462,38	306.108.728,80	314.231.219,37	74.886.361,97	146.509.191,33	1.008.327.963,84	2,86%
1988	Rio G. do Sul	1.219.979.953,97	2.547.149.285,63	2.281.016.040,14	703.036.489,60	1.147.700.900,79	7.898.882.670,12	-109,64%
1989	Rio G. do Sul	17.549.982,43	38.590.358,44	40.103.461,79	11.530.040,31	18.321.553,31	126.095.396,28	-57,63%
1990	Rio G. do Sul	298.902.045,98	923.636.903,69	884.470.426,31	368.208.592,15	420.787.054,58	2.896.005.022,72	-63,32%
1991	Rio G. do Sul	1.387.400.323,98	4.239.916.891,92	4.944.460.438,95	1.735.482.032,17	2.092.234.146,79	14.399.493.833,82	-20,78%
1992	Rio G. do Sul	16.301.411.970,09	56.085.258.182,63	58.781.506.610,69	19.811.584.617,04	25.666.559.434,68	176.646.320.815,13	-6,25%
1993	Rio G. do Sul	367.823.372,45	1.439.196.387,46	1.277.945.972,54	452.693.455,24	601.402.061,91	4.139.061.249,60	118,13%
1994	Rio G. do Sul	4.337.712,73	11.441.212,26	10.191.524,35	4.219.565,60	5.132.302,54	35.322.317,48	15,82%
1995	Rio G. do Sul	7.226.240,61	15.295.735,61	19.829.954,25	8.450.924,20	8.636.485,29	59.439.339,96	-8,72%
1996	Rio G. do Sul	8.221.581,97	18.025.707,97	23.379.826,70	10.158.591,57	10.163.570,40	69.949.278,61	0,68%
1997	Rio G. do Sul	8.036.634,88	21.224.034,91	26.059.861,41	10.002.536,41	11.104.921,49	76.427.989,09	5,60%
1998	Rio G. do Sul	9.034.524,46	19.429.592,51	28.029.466,26	10.639.188,38	11.412.571,17	78.545.342,78	-0,30%
1999	Rio G. do Sul	9.481.215,80	21.860.226,90	28.919.443,95	11.079.769,95	12.127.911,62	83.468.568,22	1,41%
2000	Rio G. do Sul	9.531.587,69	26.377.847,12	31.374.996,64	12.482.658,37	13.560.405,27	93.327.495,08	5,84%
2001	Rio G. do Sul	12.739.140,77	28.665.808,92	33.936.362,48	12.683.420,89	14.964.204,62	102.988.937,66	2,68%
2002	Rio G. do Sul	14.779.873,06	32.671.531,13	38.499.087,01	13.927.660,25	16.979.285,75	116.857.437,21	0,94%
2003	Rio G. do Sul	14.081.726,48	27.365.989,28	48.573.591,94	12.432.808,46	16.871.282,50	119.325.398,65	-7,19%
2004	Rio G. do Sul	12.759.033,72	32.585.889,65	53.006.277,02	13.310.473,97	19.530.531,94	131.192.206,30	2,34%
2005	Rio G. do Sul	8.143.541,04	32.687.548,33	58.790.535,82	14.788.255,46	21.952.887,97	136.362.768,61	-1,75%
2006	Rio G. do Sul	10.540.411,56	32.988.726,38	64.837.007,01	16.400.820,54	22.855.633,78	147.622.599,26	5,12%
2007	Rio G. do Sul	13.035.288,64	36.075.536,02	75.726.012,80	18.652.696,81	24.520.217,81	168.009.752,06	9,35%
2008	Rio G. do Sul	15.835.785,17	41.144.445,43	83.405.243,44	20.735.001,57	29.109.346,86	190.229.822,44	7,33%
2009	Rio G. do Sul	15.580.480,57	48.166.085,32	88.972.292,34	22.422.718,90	29.203.363,04	204.344.940,20	3,11%
2010	Rio G. do Sul	17.162.698,16	57.499.409,47	102.427.755,08	28.712.844,11	35.446.457,09	241.249.163,90	12,15%
2011	Rio G. do Sul	18.877.243,18	61.446.640,10	114.678.775,61	31.370.756,53	38.683.000,84	265.056.416,30	3,37%
2012	Rio G. do Sul	16.293.754,44	65.393.614,08	129.347.434,11	34.452.310,60	42.099.905,45	287.587.018,68	2,66%
2013	Rio G. do Sul	28.784.075,94	69.445.164,63	147.890.741,62	40.545.177,79	45.627.566,09	332.292.726,09	9,64%
2014	Rio G. do Sul	28.904.542,36	72.455.166,90	163.249.953,90	45.317.474,45	47.889.286,24	357.816.423,82	1,27%
2015	Rio G. do Sul	31.263.738,29	77.437.235,62	175.970.723,22	48.738.532,91	48.574.912,69	381.985.142,73	-3,92%
<b>Média 1995-2015</b>								<b>2,46%</b>
1986	Santa Catarina	23.963.292,89	45.963.708,14	30.982.547,78	11.774.852,36	19.156.348,20	131.840.749,35	
1987	Santa Catarina	58.347.312,98	138.650.202,20	112.869.550,27	60.319.351,53	62.931.690,89	433.118.107,86	-86,48%
1988	Santa Catarina	463.722.488,71	1.269.473.196,15	890.450.137,80	308.788.888,90	498.513.900,97	3.430.948.612,54	-105,85%
1989	Santa Catarina	10.574.273,85	22.310.077,03	13.201.511,02	5.745.986,78	8.811.414,28	60.643.262,95	-22,46%
1990	Santa Catarina	152.098.952,38	428.790.714,20	341.362.184,21	156.730.744,71	183.427.041,24	1.262.409.636,74	-231,30%
1991	Santa Catarina	641.928.206,76	2.207.200.178,21	1.958.740.431,33	701.408.112,05	936.577.077,82	6.445.854.006,17	-86,40%
1992	Santa Catarina	8.513.119.628,53	28.906.624.134,66	22.189.383.747,35	7.480.903.302,07	11.405.305.238,14	78.495.336.050,75	-58,24%
1993	Santa Catarina	162.354.879,84	611.961.597,68	460.955.698,46	166.675.609,01	238.331.123,45	1.640.278.908,44	10,65%
1994	Santa Catarina	2.160.828,44	4.645.141,00	3.488.248,52	1.687.951,42	2.036.968,80	14.019.138,19	20,37%
1995	Santa Catarina	3.268.246,25	7.952.457,07	6.894.633,24	3.528.672,43	3.679.481,53	25.323.490,52	3,64%
1996	Santa Catarina	3.728.192,40	10.054.919,04	9.309.465,98	4.228.132,66	4.644.520,71	31.965.230,80	5,23%
1997	Santa Catarina	3.797.093,28	10.612.999,63	10.884.164,32	4.287.616,15	5.028.918,47	34.610.791,85	4,62%
1998	Santa Catarina	3.932.888,26	10.905.673,32	11.199.346,41	4.568.211,41	5.203.040,30	35.809.159,69	0,39%
1999	Santa Catarina	4.600.579,03	12.547.568,94	11.230.147,37	4.766.317,80	5.634.584,23	38.779.197,38	3,43%
2000	Santa Catarina	5.404.461,74	15.028.127,02	13.369.534,34	5.435.088,26	6.670.325,93	45.907.537,29	12,41%
2001	Santa Catarina	5.852.564,57	16.812.704,67	15.197.982,33	5.539.013,28	7.378.385,02	50.780.649,87	2,95%
2002	Santa Catarina	7.001.118,84	18.436.984,39	17.637.105,77	5.976.503,34	8.338.791,10	57.390.503,44	0,49%
2003	Santa Catarina	5.888.997,39	17.292.723,89	25.024.765,62	7.301.366,28	8.590.621,52	64.098.474,68	2,39%
2004	Santa Catarina	6.056.098,88	21.240.360,32	29.051.305,79	7.848.681,37	9.422.519,56	73.618.965,92	7,25%
2005	Santa Catarina	5.878.781,08	22.321.015,73	32.790.057,47	9.133.793,00	11.425.596,41	81.549.243,68	5,08%
2006	Santa Catarina	5.792.085,06	25.355.323,27	37.226.710,67	10.272.403,40	12.416.926,23	91.063.448,62	8,53%
2007	Santa Catarina	6.554.496,57	30.979.327,71	40.271.014,83	11.695.472,44	14.227.780,71	103.728.092,25	9,45%
2008	Santa Catarina	8.364.734,08	33.991.287,32	47.921.138,14	13.777.022,03	17.423.076,28	121.477.257,85	11,21%
2009	Santa Catarina	8.584.319,55	34.414.768,06	53.177.893,13	15.105.621,62	17.815.932,68	129.098.535,04	1,96%
2010	Santa Catarina	8.942.401,72	42.611.872,27	62.085.765,98	16.829.600,64	23.256.366,77	153.726.007,37	13,17%
2011	Santa Catarina	8.939.526,52	49.573.572,69	69.597.714,58	18.833.951,95	27.123.556,00	174.068.321,73	6,73%
2012	Santa Catarina	8.896.852,55	52.362.594,05	80.005.603,72	20.787.236,93	29.742.364,90	191.794.652,14	4,34%
2013	Santa Catarina	12.115.977,12	55.719.105,85	88.942.119,71	24.194.421,41	33.540.617,49	214.512.241,57	5,93%
2014	Santa Catarina	12.676.377,38	62.122.645,36	103.567.166,63	26.466.111,98	37.721.069,52	242.553.370,85	6,66%
2015	Santa Catarina	12.478.635,68	60.267.375,71	108.382.871,68	28.534.686,42	39.409.227,22	249.072.796,70	-7,98%
<b>Média 1995-2015</b>								<b>5,14%</b>

(continua)

**(continuação) PIB/área e PIB/população de 1986 a 2015**

PIB Total	A.Santa Catarina	B.Rio Grande do Sul	PIB/área	C.Santa Catarina	D.Rio Grande do Sul	Razão C/D	PIB/Pop.	E.Santa Catarina	F.Rio Grande do Sul	Razão E/F
1986	131.840.749,35	302.926.608,72	1986	1.382.356,12	1.075.197,24	128,57%	1986	27.587,81	32.558,96	84,73%
1987	433.118.107,86	1.008.327.963,84	1987	4.541.262,61	3.578.924,45	126,89%	1987	89.702,44	107.753,08	83,25%
1988	3.430.948.612,54	7.898.882.670,12	1988	35.973.648,70	28.036.021,34	128,31%	1988	703.227,83	839.216,11	83,80%
1989	60.643.262,95	126.095.396,28	1989	635.847,31	447.558,64	142,07%	1989	12.299,88	13.319,04	92,35%
1990	1.262.409.636,74	2.896.005.022,72	1990	13.236.421,15	10.278.980,21	128,77%	1990	253.341,63	304.105,09	83,31%
1991	6.445.854.006,17	14.399.493.833,82	1991	67.585.065,75	51.109.066,09	132,24%	1991	1.279.750,18	1.503.166,96	85,14%
1992	78.495.336.050,75	176.646.320.815,13	1992	823.027.087,39	626.982.350,12	131,27%	1992	15.416.169,84	18.330.950,43	84,10%
1993	1.640.278.908,44	4.139.061.249,60	1993	17.198.397,26	14.691.041,05	117,07%	1993	318.629,91	426.960,03	74,63%
1994	14.019.138,19	35.322.317,48	1994	146.991,29	125.371,81	117,24%	1994	2.693,23	3.621,80	74,36%
1995	25.323.490,52	59.439.339,96	1995	265.517,92	210.971,94	125,85%	1995	4.810,67	6.057,90	79,41%
1996	31.965.230,80	69.949.278,61	1996	335.156,87	248.275,55	134,99%	1996	6.003,90	7.085,80	84,73%
1997	34.610.791,85	76.427.989,09	1997	362.895,69	271.270,86	133,78%	1997	6.426,65	7.694,84	83,52%
1998	35.809.159,69	78.545.342,78	1998	375.460,63	278.786,13	134,68%	1998	6.572,45	7.859,46	83,62%
1999	38.779.197,38	83.468.568,22	1999	406.601,61	296.260,45	137,24%	1999	7.034,49	8.300,49	84,75%
2000	45.907.537,29	93.327.495,08	2000	481.342,57	331.253,39	145,31%	2000	8.229,20	9.223,21	89,22%
2001	50.780.649,87	102.988.937,66	2001	532.437,37	365.545,38	145,66%	2001	8.993,94	10.114,35	88,92%
2002	57.390.503,44	116.857.437,21	2002	601.741,98	414.769,75	145,08%	2002	10.041,67	11.404,10	88,05%
2003	64.098.474,68	119.325.398,65	2003	672.075,36	423.529,45	158,68%	2003	11.078,04	11.571,18	95,74%
2004	73.618.965,92	131.192.206,30	2004	771.898,13	465.649,09	165,77%	2004	12.565,73	12.640,82	99,41%
2005	81.549.243,68	136.362.768,61	2005	855.047,44	484.001,30	176,66%	2005	13.744,59	13.054,72	105,28%
2006	91.063.448,62	147.622.599,26	2006	954.804,31	523.966,56	182,23%	2006	15.153,05	14.041,42	107,92%
2007	103.728.092,25	168.009.752,06	2007	1.087.593,66	596.328,01	182,38%	2007	17.038,22	15.876,72	107,32%
2008	121.477.257,85	190.229.822,44	2008	1.273.694,45	675.195,16	188,64%	2008	19.693,40	17.858,89	110,27%
2009	129.098.535,04	204.344.940,20	2009	1.353.603,88	725.294,87	186,63%	2009	20.652,34	19.057,69	108,37%
2010	153.726.007,37	241.249.163,90	2010	1.611.824,02	856.281,45	188,24%	2010	24.262,72	22.350,32	108,56%
2011	174.068.321,73	265.056.416,30	2011	1.825.114,09	940.782,09	194,00%	2011	27.100,43	24.392,06	111,10%
2012	191.794.652,14	287.587.018,68	2012	2.010.975,45	1.020.751,43	197,01%	2012	29.449,29	26.287,67	112,03%
2013	214.512.241,57	332.292.726,09	2013	2.249.170,39	1.179.428,33	190,70%	2013	32.477,90	30.168,69	107,65%
2014	242.553.370,85	357.816.423,82	2014	2.543.182,87	1.270.021,26	200,25%	2014	36.203,75	32.264,77	112,21%
2015	249.072.796,70	381.985.142,73	2015	2.611.539,34	1.355.804,87	192,62%	2015	36.643,21	34.207,94	107,12%

**Fonte:** IBGE. Variação anual do PIB corrigida pelo IPCA (IBGE), elaboração do autor. (1986-1988 em Cz\$, 1989 em NCz\$, 1990-1992 em Cr\$, 1993 em CR\$, 1994-2015 em R\$)

## APÊNDICE C – PIB/MESORREGIÕES DE 2002 A 2015, RIO GRANDE DO SUL

ANO	UF	Nome da Unidade da Federação	COD.	Nome da Mesorregião	Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto de Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)
2002	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	3.287.630,42	2.648.969,94	6.404.347,05	1.855.460,27	1.705.388,95	15.901.796,63
2003	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	6.022.130,88	3.429.815,08	8.373.124,13	2.244.758,86	2.198.216,60	22.268.045,52
2004	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	4.500.758,86	4.056.782,78	8.662.002,66	2.419.940,55	2.350.891,60	21.990.376,45
2005	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	2.376.986,82	3.533.307,09	8.263.087,33	2.694.360,40	2.220.679,78	19.088.421,43
2006	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	3.718.078,45	3.800.526,60	9.474.660,39	2.985.136,91	2.251.163,98	22.208.421,43
2007	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	5.308.702,41	4.204.629,72	11.285.239,45	3.427.589,79	2.333.462,06	25.559.603,44
2008	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	6.261.605,21	5.191.818,18	13.011.954,99	3.828.589,81	3.967.432,06	31.261.400,23
2009	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	6.010.901,45	5.599.741,94	13.703.575,40	4.090.433,05	3.078.539,45	32.493.191,30
2010	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	6.953.091,09	7.327.683,59	15.528.544,28	5.278.579,97	3.585.272,73	38.673.171,65
2011	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	8.350.153,56	8.606.195,18	18.353.439,31	5.761.976,07	4.156.276,54	45.228.040,67
2012	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	5.935.901,22	8.912.061,70	20.527.237,72	6.340.316,41	4.846.674,11	46.562.191,18
2013	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	12.550.968,54	10.132.261,72	25.309.419,09	7.489.537,50	5.821.982,71	61.304.169,58
2014	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	11.536.113,75	10.284.740,96	27.159.339,09	8.368.864,61	6.175.058,25	63.524.116,66
2015	43	Rio G. do Sul	4301	Noroeste Riogrand.	12.440.066,07	11.009.528,22	29.386.046,06	9.069.026,89	6.256.659,21	68.161.326,45
2002	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.169.892,70	3.802.482,45	4.504.493,10	981.290,60	1.190.749,19	12.388.908,04
2003	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.496.210,62	4.488.304,19	4.946.881,89	1.217.475,92	1.218.707,00	16.379.567,52
2004	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.457.235,86	5.949.355,78	5.592.465,13	1.313.743,29	2.630.645,75	16.943.445,80
2005	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.126.581,69	6.115.239,09	6.309.942,09	1.415.094,75	2.904.992,98	17.871.850,60
2006	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.423.644,76	6.239.194,95	6.884.456,49	1.577.760,69	2.920.196,88	19.045.253,77
2007	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.549.259,10	6.776.309,29	8.089.012,55	1.819.222,53	3.175.302,14	21.409.105,61
2008	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.807.498,74	8.028.078,07	8.954.602,15	2.049.343,63	3.967.028,07	24.806.550,66
2009	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.720.875,38	8.349.305,60	9.617.206,36	2.239.156,15	4.024.782,01	25.951.325,50
2010	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.988.061,11	11.180.218,09	11.487.570,52	2.906.172,57	5.111.192,38	32.673.214,67
2011	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	2.054.413,21	12.800.486,08	12.934.575,19	3.197.317,34	5.701.317,91	36.698.109,73
2012	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	1.990.474,59	14.047.579,85	14.394.523,41	3.533.988,94	5.875.749,04	39.842.315,83
2013	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	2.867.865,39	14.395.543,36	15.991.297,09	4.155.558,52	6.308.858,09	45.709.222,44
2014	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	3.124.087,11	14.428.959,44	18.290.316,79	4.667.140,72	6.994.859,36	47.505.363,40
2015	43	Rio G. do Sul	4302	Nordeste Riogrand.	3.391.326,73	13.049.870,16	18.916.023,99	5.054.281,60	6.565.232,22	46.976.734,70
2002	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	648.469,14	571.992,90	3.094.173,65	600.617,64	330.481,60	3.650.691,40
2003	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	1.090.121,61	605.180,36	1.993.404,15	601.200,10	425.778,74	4.625.865,96
2004	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	935.292,98	653.702,26	2.095.648,51	636.961,71	450.938,79	4.772.544,25
2005	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	526.492,87	627.247,22	2.209.091,40	708.552,24	456.387,36	4.528.770,80
2006	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	762.015,06	702.095,36	2.509.473,80	803.917,07	474.891,26	5.252.392,55
2007	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	983.899,02	831.131,80	2.976.744,80	885.151,30	504.214,63	6.181.141,62
2008	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	1.286.312,27	936.367,77	3.293.557,54	992.055,73	596.155,61	7.101.443,91
2009	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	1.276.255,60	1.055.160,62	3.501.669,96	1.097.350,63	613.050,50	7.543.487,30
2010	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	1.257.647,81	1.140.612,63	3.874.657,41	1.397.468,04	669.409,10	9.339.794,99
2011	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	1.491.189,98	1.231.451,92	4.587.295,42	1.515.995,84	777.617,39	10.600.550,56
2012	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	1.216.659,88	1.261.492,79	4.949.765,04	1.679.581,38	814.622,30	9.922.121,39
2013	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	2.536.381,62	1.213.638,18	5.936.070,65	1.970.040,33	945.828,62	12.601.959,40
2014	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	2.489.713,78	1.362.691,79	6.665.572,49	2.187.541,09	1.067.419,48	13.772.938,62
2015	43	Rio G. do Sul	4303	Centro Ocidental	2.742.412,14	1.577.763,74	6.853.346,21	2.337.994,37	1.082.580,20	14.584.096,66
2002	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.084.158,21	2.478.796,15	2.573.568,98	697.520,57	1.016.283,64	7.850.327,56
2003	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.400.173,43	2.399.369,35	2.910.195,49	847.610,39	1.202.193,38	8.759.542,05
2004	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.432.899,80	2.720.099,67	3.271.105,30	918.814,63	1.361.183,45	9.704.102,86
2005	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.080.053,33	2.500.669,22	3.640.293,90	1.031.119,39	1.458.211,34	9.710.347,18
2006	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.251.670,21	2.606.012,46	3.950.852,26	1.149.311,49	1.469.702,50	10.427.548,68
2007	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.471.231,01	2.499.039,93	4.509.963,95	1.308.804,25	1.510.983,50	11.300.022,64
2008	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.657.486,89	3.067.492,38	5.027.788,41	1.471.438,39	1.772.241,24	12.996.447,32
2009	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.645.014,43	3.332.777,29	5.508.114,39	1.577.688,55	2.021.979,62	14.085.544,27
2010	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.831.195,27	4.161.098,99	6.335.122,35	2.020.864,06	2.433.095,13	16.781.375,80
2011	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	2.109.595,22	4.755.210,63	7.229.590,69	2.205.941,35	2.666.139,08	18.966.476,97
2012	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	1.909.411,49	5.458.631,63	8.141.198,30	2.417.250,45	2.957.214,70	20.883.706,57
2013	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	2.953.607,72	6.466.459,00	9.186.222,59	2.863.647,34	3.284.859,95	24.754.796,60
2014	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	3.064.371,02	6.969.801,26	10.562.800,40	3.226.363,85	3.934.643,27	27.577.979,79
2015	43	Rio G. do Sul	4304	Centro Oriental	3.066.221,13	6.788.734,91	10.812.910,86	3.472.385,23	3.873.153,09	28.013.405,21
2002	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.190.904,57	11.451.281,15	23.195.510,95	4.611.553,64	8.292.546,07	48.741.796,40
2003	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.457.114,20	14.491.442,49	25.512.185,80	5.676.550,70	9.554.076,77	56.691.369,96
2004	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.708.006,66	17.182.101,30	28.001.097,55	6.040.967,11	11.337.182,15	64.269.354,77
2005	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.155.498,19	18.063.330,84	32.630.223,09	6.762.468,07	13.374.030,58	71.985.550,75
2006	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.257.650,64	17.688.286,76	35.712.320,74	7.484.755,03	14.145.726,13	76.288.739,31
2007	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.351.676,05	19.544.706,21	41.172.911,21	8.517.604,47	15.048.944,14	85.635.842,06
2008	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.602.963,68	21.295.910,82	44.504.030,53	9.425.978,85	17.330.731,29	94.159.614,38
2009	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.637.011,72	26.860.985,84	47.651.598,88	10.184.186,13	17.047.649,24	103.381.431,81
2010	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.753.096,66	30.270.586,99	55.042.764,58	12.943.619,17	20.797.620,84	120.807.688,25
2011	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.651.659,23	30.654.741,07	60.171.459,55	14.145.560,11	22.271.731,47	128.895.151,43
2012	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	1.859.613,15	31.866.370,29	68.261.231,81	15.456.675,56	24.159.724,68	141.593.615,47
2013	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	2.505.965,93	32.990.965,25	75.998.544,29	18.158.821,50	25.604.212,34	155.258.509,31
2014	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	2.815.860,24	34.782.589,55	84.298.481,76	20.229.088,87	26.594.458,89	168.720.479,31
2015	43	Rio G. do Sul	4305	Metropolitana P.Aleg	2.981.302,70	39.729.060,82	92.243.764,75	21.622.311,16	27.538.269,12	184.114.708,56
2002	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.119.515,84	520.449,19	1.948.447,07	674.461,18	374.265,76	4.637.139,04
2003	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.601.991,55	598.418,77	2.177.673,89	822.799,80	455.652,88	5.646.536,88
2004	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.666.578,16	657.215,99	2.446.573,41	877.415,15	502.233,27	6.150.015,99
2005	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.112.247,56	676.941,16	2.571.493,52	974.554,11	547.438,23	5.882.674,59
2006	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.321.439,73	644.434,76	2.759.705,89	1.079.006,91	557.389,42	6.361.976,70
2007	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.385.517,40	645.848,86	3.172.624,09	1.176.557,83	568.140,20	6.948.688,38
2008	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.988.949,59	830.311,75	3.479.984,17	1.306.780,22	693.274,27	8.299.300,00
2009	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	2.001.813,35	949.868,86	3.651.473,48	1.409.955,27	687.729,14	8.700.840,10
2010	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	2.027.272,71	1.045.741,29	4.107.099,21	1.843.099,40	747.740,73	9.770.953,33
2011	43	Rio G. do Sul	4306	Sudoeste Riogrand.	1.881.700,98					



## APÊNDICE D – PIB/MESORREGIÕES DE 2002 A 2015, SANTA CATARINA

ANO	UF	Nome da Unidade da Federação	COD. Nome da Mesorregião	Valor adicionado bruto da Agropecuária, a preços correntes (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto da Indústria, a preços correntes (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes (R\$ 1.000)	Valor adicionado bruto da Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (R\$ 1.000)	Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos, a preços correntes (R\$ 1.000)	Produto Interno Bruto, a preços correntes (R\$ 1.000)
2002	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	2.125.519,55	2.448.349,57	3.665.134,57	1.285.790,13	1.136.602,65	10.661.396,46
2003	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	2.661.708,80	2.866.916,80	4.312.952,40	1.487.189,85	1.379.356,98	12.708.124,84
2004	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	2.728.120,27	3.535.080,90	5.129.004,42	1.581.658,16	1.433.626,97	14.407.490,71
2005	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	2.658.507,19	3.636.392,21	5.568.424,20	1.831.024,93	1.601.509,60	15.295.858,12
2006	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	2.637.297,65	4.065.077,43	6.029.781,12	2.049.738,55	1.603.912,14	16.385.806,91
2007	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	3.106.798,84	5.132.383,54	6.645.935,15	2.323.993,09	1.855.451,74	19.064.562,36
2008	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	3.875.417,82	5.545.401,56	8.014.583,97	2.711.220,03	2.219.266,93	22.365.890,32
2009	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	3.787.407,75	5.721.721,80	8.719.466,89	2.924.174,57	2.296.151,25	23.448.922,26
2010	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	3.690.325,54	6.987.678,16	10.622.385,83	3.223.664,37	3.017.643,43	27.541.697,34
2011	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	3.928.720,32	8.653.236,88	12.181.913,12	3.587.071,38	3.679.000,04	32.029.941,74
2012	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	3.644.144,05	8.806.567,24	13.755.090,81	3.927.305,95	3.881.285,76	34.014.393,82
2013	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	5.088.965,92	9.842.087,83	15.325.259,83	4.539.719,63	4.338.055,61	39.134.088,82
2014	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	5.221.590,73	11.042.414,19	15.728.365,45	4.933.408,80	4.034.602,36	40.960.381,52
2015	42	Santa Catarina	4201 Oeste Catarinense	5.185.020,04	10.891.281,88	15.897.714,28	5.278.677,81	4.152.198,24	41.384.141,50
2002	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	626.397,37	5.017.335,62	4.374.386,43	1.239.191,38	1.655.801,53	12.913.112,33
2003	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	770.897,54	6.063.361,32	5.071.325,54	1.449.108,43	2.023.345,84	15.378.038,67
2004	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	861.732,20	7.494.954,44	6.038.815,67	1.583.681,62	2.186.005,77	18.165.189,70
2005	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	752.080,76	7.743.636,98	6.806.889,92	1.812.139,38	2.792.863,70	19.907.610,74
2006	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	722.979,20	8.675.676,99	7.775.092,26	2.025.192,49	3.007.498,50	22.206.439,45
2007	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	853.316,59	10.261.951,46	8.425.539,80	2.319.761,12	3.408.131,62	25.268.700,59
2008	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.094.769,47	11.420.474,30	10.092.143,03	2.703.814,31	4.152.198,24	29.463.399,34
2009	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.209.755,56	11.262.359,77	10.700.319,46	2.955.660,96	4.219.609,08	30.347.704,82
2010	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.354.666,18	13.667.341,08	12.458.491,27	3.298.909,32	5.064.858,87	35.844.266,70
2011	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.350.970,37	15.304.758,34	13.501.537,24	3.712.366,88	5.747.916,16	39.617.548,99
2012	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.386.600,20	15.999.867,76	15.331.199,31	4.128.602,72	6.210.204,02	43.056.474,01
2013	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.805.979,85	16.840.373,07	17.361.710,23	4.768.613,15	7.190.962,70	47.967.639,00
2014	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.929.189,42	16.534.912,32	19.995.763,49	5.241.664,34	8.929.779,46	52.631.309,03
2015	42	Santa Catarina	4202 Norte Catarinense	1.728.674,30	15.972.358,69	20.838.104,72	5.652.638,42	9.413.483,20	53.605.259,33
2002	42	Santa Catarina	4203 Serrana	611.188,27	695.341,24	1.024.606,80	444.289,74	295.315,48	3.070.741,53
2003	42	Santa Catarina	4203 Serrana	733.820,59	790.962,97	1.200.613,21	506.751,23	379.194,03	3.611.342,03
2004	42	Santa Catarina	4203 Serrana	644.250,77	953.560,89	1.349.523,30	536.838,77	404.781,48	3.888.955,20
2005	42	Santa Catarina	4203 Serrana	635.368,50	963.498,80	1.502.804,72	620.114,02	445.941,39	4.167.727,42
2006	42	Santa Catarina	4203 Serrana	667.661,03	1.067.171,03	1.640.816,91	694.868,73	471.818,79	4.542.336,49
2007	42	Santa Catarina	4203 Serrana	717.950,13	1.492.461,67	1.712.847,02	785.216,45	505.939,98	5.214.415,25
2008	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.025.566,55	1.685.801,12	2.044.012,32	922.023,79	560.287,16	6.237.690,95
2009	42	Santa Catarina	4203 Serrana	983.567,16	1.520.985,51	2.286.250,94	1.002.244,63	574.328,49	6.367.376,73
2010	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.105.604,84	2.087.321,38	2.678.630,08	1.077.589,65	721.654,42	7.670.800,36
2011	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.112.746,83	2.196.404,13	2.887.305,69	1.201.106,72	800.969,97	8.198.470,34
2012	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.118.898,27	2.412.675,48	3.946.309,11	1.325.144,39	1.041.468,01	9.844.495,26
2013	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.438.044,62	2.585.744,30	3.664.993,59	1.515.936,91	966.002,85	10.170.722,27
2014	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.504.289,88	2.950.875,96	4.271.797,22	1.617.706,83	1.086.221,61	11.430.891,49
2015	42	Santa Catarina	4203 Serrana	1.509.175,24	3.249.025,06	4.663.241,78	1.725.673,52	1.135.327,95	12.282.443,55
2002	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	583.033,98	717.129,66	5.755.212,64	1.465.464,42	1.849.960,65	13.370.801,35
2003	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	650.789,63	4.346.450,38	6.784.080,69	1.714.764,86	2.237.676,44	15.733.761,99
2004	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	712.038,88	5.347.170,39	7.989.878,97	1.841.073,98	2.633.436,85	18.523.599,06
2005	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	721.831,21	5.848.319,16	9.118.127,54	2.151.768,82	3.217.492,62	21.057.539,35
2006	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	708.311,91	6.715.556,33	10.607.228,88	2.429.297,93	3.670.605,38	24.131.000,41
2007	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	788.898,43	8.015.881,19	11.357.043,65	2.779.790,12	4.454.725,94	27.396.339,33
2008	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	919.478,25	8.801.853,80	13.382.857,87	3.325.190,82	5.579.580,24	32.008.960,97
2009	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	953.269,84	9.012.907,24	15.443.072,94	3.692.026,74	5.847.214,65	34.948.491,41
2010	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	1.128.293,33	11.132.736,84	17.864.823,11	4.185.153,74	8.241.938,88	42.552.945,90
2011	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	1.011.744,36	12.806.010,71	20.463.219,83	4.703.408,71	9.712.404,84	48.696.788,43
2012	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	1.135.900,22	13.718.299,98	23.649.522,22	5.223.414,51	11.000.307,71	54.727.444,64
2013	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	1.436.009,62	14.163.062,56	26.423.341,24	6.150.822,61	12.817.812,96	60.991.048,98
2014	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	1.503.421,32	18.068.261,75	32.296.783,17	6.758.274,74	14.621.511,10	73.248.252,08
2015	42	Santa Catarina	4204 Vale do Itajaí	1.513.760,07	16.886.440,08	32.889.588,11	7.337.233,92	14.624.995,23	73.452.017,42
2002	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	283.315,39	1.146.480,41	4.196.438,26	1.050.845,27	1.485.027,32	8.042.106,65
2003	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	292.087,96	1.276.204,51	4.847.266,93	1.118.894,12	1.684.058,48	9.218.512,00
2004	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	297.721,90	1.559.403,73	5.318.013,23	1.209.243,25	1.824.289,19	10.208.671,31
2005	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	298.678,75	1.649.875,90	6.198.834,47	1.436.536,20	2.338.509,68	11.922.435,00
2006	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	324.084,64	1.900.430,19	7.142.255,00	1.637.737,47	2.530.284,90	13.534.792,20
2007	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	316.298,27	2.592.882,72	7.937.884,41	1.858.635,71	2.751.435,10	15.457.136,20
2008	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	421.920,36	2.637.577,19	9.454.528,81	2.206.367,65	3.364.321,76	18.084.715,77
2009	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	459.315,21	3.014.741,27	10.265.982,90	2.446.892,16	3.303.162,61	19.490.094,15
2010	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	556.669,20	3.878.317,29	11.728.231,04	2.720.695,02	4.358.220,21	23.242.132,75
2011	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	488.743,98	4.733.979,87	13.116.631,46	3.032.269,46	5.059.463,45	26.431.088,23
2012	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	469.724,35	5.127.084,18	15.005.853,24	3.335.687,81	5.366.659,62	29.305.009,19
2013	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	774.993,18	5.421.466,43	16.678.178,49	3.913.428,46	5.709.167,80	32.497.234,34
2014	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	763.586,63	5.760.808,08	20.028.012,31	4.299.558,18	6.132.180,84	36.984.146,03
2015	42	Santa Catarina	4205 Grande Florianópolis	812.721,27	5.734.754,40	22.306.448,38	4.686.299,31	6.918.423,01	40.458.646,37
2002	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	625.304,30	1.734.561,91	2.442.566,04	891.305,50	729.997,15	6.423.734,90
2003	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	779.692,86	1.948.827,92	2.808.526,84	1.024.657,80	886.989,75	7.448.695,16
2004	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	812.234,86	2.350.189,97	3.226.070,21	1.096.185,60	940.379,70	8.425.059,95
2005	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	812.314,67	2.479.292,68	3.594.976,62	1.282.209,65	1.029.279,43	9.198.073,06
2006	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	731.750,63	2.931.411,30	4.031.536,50	1.435.568,23	1.132.806,51	10.263.073,17
2007	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	771.234,32	3.483.767,12	4.191.764,79	1.628.075,96	1.326.096,33	11.326.938,52
2008	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.027.581,64	3.900.179,35	4.933.012,14	1.908.405,42	1.547.421,94	13.316.600,50
2009	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.191.004,03	3.882.052,47	5.762.800,00	2.084.622,57	1.575.466,60	14.495.945,67
2010	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.106.842,64	4.858.477,52	6.733.204,65	2.323.588,55	1.852.050,96	16.874.164,31
2011	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.046.600,67	5.879.182,75	7.447.107,25	2.597.728,80	2.123.864,54	19.094.484,01
2012	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.141.585,45	6.298.099,41	8.317.629,03	2.847.081,56	2.242.439,77	20.846.835,22
2013	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.571.983,94	6.866.371,66	9.488.636,34	3.305.900,65	2.518.615,57	23.751.508,15
2014	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.754.299,41	7.765.373,07	11.246.444,99	3.615.499,09	2.916.774,15	27.298.390,71
2015	42	Santa Catarina	4206 Sul Catarinense	1.729.284,76	7.533.515,59	11.787.774,41	3.854.163,44	2.985.550,32	27.890.288,53

## APÊNDICE E – RESUMO POPULAÇÃO, TAXA DE CRESCIMENTO, PROPORCIONALIDADE ENTRE RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 1970 A 2017

UF/Década	1970	1980	1991	2000	2010	2017	1970-80	1980-91	1991-2000	2000-10	2010-17
	Total	Total	Total	Total	Total	Total	Taxa a.a.	Taxa a.a.	Taxa a.a.	Taxa a.a.	Taxa a.a.
A. Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.357.864	6.248.436	7.001.161	2,50%	2,29%	2,00%	1,66%	1,51%
B. Rio Grande do Sul	6.664.841	7.773.849	9.138.670	10.187.842	10.693.929	11.322.895	1,66%	1,60%	1,28%	0,50%	0,74%
Razão B/A	129,69%	114,26%	101,20%	90,15%	71,15%	61,73%	66,45%	69,72%	63,91%	29,89%	48,82%
C. SC Hab/km <sup>2</sup>	30,31	37,90	47,44	55,96	65,27	73,13					
D. RS Hab/km <sup>2</sup>	23,66	27,59	32,44	36,16	37,96	40,19					
Razão D/C	78,05%	72,80%	68,37%	64,61%	58,16%	54,96%					

**Fonte:** IBGE-SIDRA. Censo Demográfico decenal. Elaboração do autor.

### RESUMO COMPOSIÇÃO ETÁRIA DE 2001 A 2015

UF/ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2001
SC 0-14 anos	26,08%	26,90%	25,32%	24,85%	24,54%	23,55%	22,63%	22,27%	21,27%	20,44%	20,45%	19,59%	18,85%	18,13%	-30,48%
SC 15-59 anos	64,93%	64,26%	65,85%	66,01%	66,28%	66,34%	66,98%	66,49%	67,86%	67,60%	66,57%	66,28%	66,79%	66,66%	2,67%
SC > 60 anos	8,97%	8,82%	8,82%	9,12%	9,18%	10,12%	10,38%	11,25%	10,86%	11,94%	12,98%	14,11%	14,33%	15,24%	69,77%
RS 0-14 anos	25,89%	21,29%	20,70%	20,57%	20,21%	20,17%	19,23%	18,83%	18,27%	17,62%	16,82%	16,73%	15,71%	15,43%	-40,40%
RS 15-59 anos	63,17%	63,45%	63,40%	64,04%	64,20%	64,19%	64,74%	64,58%	64,99%	64,55%	64,22%	63,91%	64,17%	63,97%	1,26%
RS > 60 anos	10,96%	11,48%	12,14%	11,97%	12,25%	12,45%	12,90%	13,47%	13,73%	14,73%	16,13%	16,61%	17,28%	17,71%	61,58%

**Fonte:** IBGE-PNAD. Resumo da pesquisa domiciliar de residentes por faixa etária. Elaboração do autor.

### RESUMO POP. OCUPADA POR FAIXA ETÁRIA DE 2002 A 2015

UF/ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2001
SC 0-14 anos	2,70%	2,12%	2,32%	2,24%	2,15%	1,87%	1,05%	1,40%	0,62%	0,88%	0,58%	0,57%	0,22%	-92,01%
SC 15-59 anos	91,09%	92,06%	92,03%	92,13%	91,28%	92,28%	92,96%	92,60%	94,51%	93,68%	92,59%	92,69%	93,19%	2,31%
SC > 60 anos	6,18%	5,83%	5,58%	5,69%	6,54%	5,85%	6,05%	6,02%	4,90%	5,46%	6,82%	6,71%	6,57%	6,20%
RS 0-14 anos	3,14%	2,72%	2,51%	2,18%	2,28%	2,02%	1,61%	1,17%	1,07%	0,84%	0,95%	0,94%	0,66%	-78,97%
RS 15-59 anos	88,42%	88,21%	89,15%	89,00%	88,95%	89,38%	89,73%	90,03%	89,73%	88,10%	88,43%	87,16%	88,23%	-0,21%
RS > 60 anos	8,48%	9,03%	8,36%	8,82%	8,78%	8,61%	8,65%	8,80%	9,20%	11,07%	10,63%	11,88%	11,10%	30,90%

**Fonte:** IBGE-PNAD. Resumo da pesquisa domiciliar de residentes por faixa etária. Elaboração do autor.

### RESUMO POP. OCUPADA/POP. TOTAL POR FAIXA ETÁRIA DE 2002 A 2015

UF/ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2001
SC 15-59 anos	79,16%	78,26%	79,34%	79,79%	79,84%	79,90%	79,95%	80,46%	76,78%	77,75%	79,08%	79,41%	75,94%	-4,07%
SC > 60 anos	38,79%	36,83%	34,78%	35,54%	37,50%	32,70%	30,75%	32,70%	22,54%	23,24%	27,37%	26,78%	23,42%	-39,63%
RS 15-59 anos	79,21%	79,48%	79,38%	80,10%	80,46%	79,18%	80,07%	79,49%	78,77%	78,78%	77,96%	79,47%	77,89%	-1,67%
RS > 60 anos	41,98%	42,51%	39,72%	41,58%	40,95%	38,29%	37,01%	36,76%	35,39%	39,42%	36,08%	40,21%	35,39%	-15,70%

**Fonte:** IBGE-PNAD. Resumo da pesquisa domiciliar de residentes por faixa etária. Elaboração do autor.

**APÊNDICE F – PERFIL DA PROPRIEDADE NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 1970 A 2006**

UF	Número de Estabelecimentos				Área em hectares			
	até 10ha	10 a 100ha	100 - 1000ha	>1000ha	até 10ha	10 a 100ha	100 - 1000ha	>1000ha
Santa Catarina								
1970	66.074	132.180	8.477	468	339.874	3.609.980	2.063.225	1.012.246
1975	69.921	127.931	8.170	475	344.507	3.485.401	1.986.011	1.061.361
1980	75.724	130.788	8.856	624	376.792	3.498.385	2.246.092	1.352.504
1985	91.883	133.536	8.861	571	448.981	3.453.442	2.256.902	1.260.210
1995	72.462	122.036	8.231	508	364.673	3.130.948	2.074.321	1.042.904
2006	69.394	112.445	7.252	455	334.180	2.842.357	1.783.559	1.102.410
Rio Grande do Sul								
1970	177.519	301.069	29.827	3.235	853.463	7.699.620	8.371.286	6.882.812
1975	153.735	283.774	30.437	3.379	769.004	7.442.335	8.636.130	6.816.322
1980	161.141	278.362	31.768	3.389	790.084	7.300.043	9.018.707	6.948.768
1985	181.777	279.340	32.133	3.329	874.989	7.265.896	9.133.067	6.547.737
1995	150.679	244.905	30.727	3.072	743.402	6.428.393	8.815.092	5.814.000
2006	171.582	232.610	27.580	2.843	779.381	6.022.914	7.987.275	5.537.145

**Fonte:** Censo agropecuário decenal IBGE. Elaboração do autor.

## APÊNDICE G – ÍNDICE DE GINI DA RENDA DE 1976 A 2014 (ANOS NÃO CENSITÁRIOS) NO BRASIL, RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA

Ano	Brasil	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
1976	0,623	0,581	0,546
1977	0,625	0,582	0,547
1978	0,604	0,557	0,504
1979	0,593	0,562	0,495
1981	0,584	0,544	0,503
1982	0,591	0,547	0,516
1983	0,596	0,555	0,538
1984	0,589	0,553	0,538
1985	0,598	0,560	0,526
1986	0,588	0,549	0,521
1987	0,601	0,566	0,543
1988	0,616	0,583	0,551
1989	0,636	0,593	0,565
1990	0,614	0,569	0,569
1991	0,638	0,588	0,548
1992	0,583	0,535	0,545
1993	0,604	0,556	0,511
1995	0,601	0,564	0,537
1996	0,602	0,562	0,522
1997	0,602	0,553	0,529
1998	0,600	0,561	0,522
1999	0,594	0,564	0,520
2001	0,596	0,554	0,497
2002	0,589	0,548	0,471
2003	0,583	0,539	0,481
2004	0,572	0,528	0,461
2005	0,570	0,520	0,461
2006	0,563	0,515	0,465
2007	0,556	0,506	0,463
2008	0,546	0,504	0,465
2009	0,543	0,500	0,460
2011	0,531	0,486	0,444
2012	0,530	0,477	0,424
2013	0,527	0,478	0,435
2014	0,518	0,476	0,421
<b>2014/1976</b>	<b>-16,83%</b>	<b>-18,05%</b>	<b>-22,80%</b>

**Índie de GINI:** Mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Série calculada a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

**Fonte:** IPEA sobre dados da PNAD/IBGE. Elaboração do autor.

**APÊNDICE H – NÚMERO DE EMPRESAS/ANO E RELATIVO POR HABITANTE,  
NO RIO GRANDE DO SUL E SANTA CATARINA DE 1996 A 2015 (TOTAL PARA  
TODOS OS SETORES)**

<b>ANO/UF</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>SC/hab</b>	<b>RS/hab</b>
<b>1996</b>	177.992	372.382	0,033	0,018
<b>1997</b>	195.376	402.293	0,037	0,020
<b>1998</b>	204.350	421.966	0,038	0,020
<b>1999</b>	223.546	441.963	0,041	0,022
<b>2000</b>	235.023	468.025	0,043	0,023
<b>2001</b>	265.509	534.650	0,048	0,026
<b>2002</b>	278.975	562.353	0,049	0,027
<b>2003</b>	291.819	581.173	0,051	0,028
<b>2004</b>	302.972	598.252	0,052	0,029
<b>2005</b>	321.553	618.941	0,055	0,031
<b>2006</b>	248.983	443.752	0,042	0,024
<b>2007</b>	256.881	452.684	0,043	0,024
<b>2008</b>	267.781	460.071	0,044	0,025
<b>2009</b>	275.949	470.987	0,044	0,026
<b>2010</b>	290.034	491.584	0,046	0,027
<b>2011</b>	287.997	472.343	0,045	0,027
<b>2012</b>	297.744	484.288	0,046	0,027
<b>2013</b>	307.159	498.060	0,047	0,028
<b>2014</b>	309.553	470.737	0,046	0,028
<b>2015</b>	309.133	471.192	0,046	0,028

**Fonte:** IBGE/SIDRA. Cadastro central de empresas. Elaboração do autor.

**APÊNDICE I – ACESSO À ÁGUA TRATADA, DOMICÍLIOS ADEQUADOS À MORADIA E EXPECTATIVA DE VIDA AO NASCER NO RIO GRANDE SUL E SANTA CATARINA DE 2000/2004 A 2015**

**Percentual de residências com água da rede geral**

UF Local/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2004
Santa Catarina urbana	90,1	91,2	92,6	92,6	92	91,7	94,2	94,7	92,3	94,2	94,7	5,11%
Santa Catarina rural	10,4	13,2	15,7	12,7	12,7	15,4	27,5	23,1	24,9	23,6	25,4	144,23%
Rio Grande do Sul urbana	94,5	93,4	93,5	94,5	93,8	94,4	94,7	95,3	95,8	95,3	95,5	1,06%
Rio Grande do Sul rural	42,7	42,8	40,7	42,5	39,4	45,5	36,3	40	49,8	43,1	47,8	11,94%

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do autor.

**Domicílios particulares permanentes adequados para moradia (Unidades)**

UF/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2004
Santa Catarina	1.189.696	1.285.699	1.331.090	1.415.543	1.365.781	1.427.757	1.674.057	1.547.083	1.498.333	1.658.009	1.923.966	61,72%
Rio Grande do Sul	2.396.770	2.365.762	2.418.237	2.602.392	2.542.343	2.703.079	2.895.653	2.633.502	2.730.857	2.872.214	3.274.255	36,61%

**Número de unidades por habitante**

UF/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015	2015/2004
Santa Catarina	0,20	0,22	0,22	0,23	0,22	0,23	0,26	0,24	0,23	0,25	0,28	39,39%
Rio Grande do Sul	0,25	0,25	0,25	0,26	0,25	0,27	0,28	0,25	0,26	0,27	0,30	17,75%

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do autor.

**Expectativa de vida ao nascer**

UF/ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2014/2000
Santa Catarina	72,1	72,6	73,2	73,7	74,2	74,7	75,2	75,6	76,1	76,5	76,9	77,3	77,7	78,1	78,4	8,74%
Rio Grande do Sul	72,4	72,8	73,2	73,6	73,9	74,3	74,7	75	75,3	75,7	76	76,3	76,6	76,9	77,2	6,63%

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do autor.

**APÊNDICE J – PESSOAS (EM MILHARES) COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE E NÚMERO DE ANOS DE ESTUDO NO RIO GRANDE SUL E SANTA CATARINA DE 2001 A 2015 E TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE 2004 A 2015**

**Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Mil pessoas)**

UF/ANO	Faixa	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	<b>Total</b>	4.628	4.681	4.815	4.918	5.007	5.126	5.232	5.355	5.465	5.633	5.740	5.840	5.944	6.049
	5 anos	318	349	312	320	293	302	329	304	304	275	309	301	287	304
Santa Catarina	8 anos	528	581	602	636	592	631	632	640	623	728	804	753	770	743
	11 anos	666	671	777	833	967	985	995	1.066	1.173	1.280	1.263	1.279	1.305	1.425
	15 anos ou mais	220	245	286	294	328	366	420	508	504	565	569	625	659	724
	15 anos >/hab	4,75%	5,23%	5,94%	5,98%	6,55%	7,14%	8,03%	9,49%	9,22%	10,03%	9,91%	10,70%	11,09%	11,97%
UF/ANO	Faixa	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
	<b>Total</b>	8.628	8.791	8.876	9.020	9.130	9.218	9.339	9.441	9.518	9.664	9.815	9.853	9.925	9.978
	5 anos	1.377	1.388	1.397	1.269	1.340	1.285	1.306	1.226	1.230	1.134	1.202	1.166	1.122	1.123
Rio Grande do Sul	8 anos	846	887	878	932	935	939	1.016	1.008	992	1.078	1.093	1.123	1.108	1.138
	11 anos	1.087	1.179	1.277	1.436	1.475	1.556	1.617	1.669	1.792	1.938	1.882	1.902	1.999	1.992
	15 anos ou mais	448	492	545	575	576	618	627	732	739	770	871	913	987	1.095
	15 anos >/hab	5,19%	5,60%	6,14%	6,37%	6,31%	6,70%	6,71%	7,75%	7,76%	7,97%	8,87%	9,27%	9,94%	10,97%

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do autor.

**Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%)**

UF/ANO	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Santa Catarina	95,2	94,8	94,9	95,6	95,6	95,1	96,1	96,8	96,5	96,7	96,5
Rio Grande do Sul	94,5	94,8	94,8	95	95	95,4	95,7	95,7	95,6	95,5	96,5

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do autor.

## ANEXO A – PNUD – IDH SANTA CATARINA, BASE 2010

### Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Santa Catarina é 0,774, em 2010, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da UF é Longevidade, com índice de 0,860, seguida de Renda, com índice de 0,773, e de Educação, com índice de 0,697.

### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Estado - Santa Catarina

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,329	0,526	0,697
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	31,79	41,48	58,87
% de 5 a 6 anos na escola	31,76	73,59	91,17
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	53,61	76,36	91,51
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	31,38	54,02	69,19
% de 18 a 20 anos com médio completo	17,01	33,39	51,80
<b>IDHM Longevidade</b>	0,753	0,812	0,860
Esperança de vida ao nascer	70,16	73,69	76,61
<b>IDHM Renda</b>	0,648	0,717	0,773
Renda per capita	449,78	693,82	983,90

### Evolução

#### Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,674 em 2000 para 0,774 em 2010 - uma taxa de crescimento de 14,84%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM da UF e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 69,33% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,171), seguida por Renda e por Longevidade.

#### Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,543 em 1991 para 0,674 em 2000 - uma taxa de crescimento de 24,13%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 71,33% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,197), seguida por Renda e por Longevidade.

#### Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM da UF passou de 0,543, em 1991, para 0,774, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 42,54% para a UF e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 49,45% para a UF e 53,85% para o Brasil. Na UF, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,368), seguida por Renda e por Longevidade. No Brasil, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.



## ANEXO B – PNUD – IDH RIO GRANDE DO SUL, BASE 2010

### Componentes

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - Rio Grande do Sul é 0,746, em 2010, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM da UF é Longevidade, com índice de 0,840, seguida de Renda, com índice de 0,769, e de Educação, com índice de 0,642.

### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Estado - Rio Grande do Sul

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,328	0,505	0,642
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	31,24	41,90	56,29
% de 5 a 6 anos na escola	31,41	59,94	79,90
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	56,87	76,97	89,69
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	29,66	52,63	61,13
% de 18 a 20 anos com médio completo	16,97	32,02	43,79
<b>IDHM Longevidade</b>	0,729	0,804	0,840
Esperança de vida ao nascer	68,76	73,22	75,38
<b>IDHM Renda</b>	0,667	0,720	0,769
Renda per capita	507,61	708,12	959,24

### Evolução

#### Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,664 em 2000 para 0,746 em 2010 - uma taxa de crescimento de 12,35%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM da UF e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 75,60% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,137), seguida por Renda e por Longevidade.

#### Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,542 em 1991 para 0,664 em 2000 - uma taxa de crescimento de 22,51%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 73,36% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,177), seguida por Longevidade e por Renda.

#### Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM da UF passou de 0,542, em 1991, para 0,746, em 2010, enquanto o IDHM do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica em uma taxa de crescimento de 37,64% para a UF e 47% para o país; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,46% para a UF e 53,85% para o Brasil. Na UF, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,314), seguida por Longevidade e por Renda. No Brasil, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.